



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 68

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de setembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se a sessão com a [Verificação de poderes da Sra. Deputada Rute Isabel Dias Gregório](#) e da [Sra. Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado](#).

Após a leitura dos relatórios pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), os mesmos foram aprovados por unanimidade.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião com a [Interpelação ao Governo Regional sobre “Agricultura – Impacto da Seca e Gestão da Água”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), interveio no debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Deputado Paulo Mendes (*BE*), Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*),

Deputado Iasalde Nunes (*PS*), Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), Deputada Mónica Rocha (*PS*), Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e o Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Posteriormente, foi apresentado a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro \(Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas\)”](#)

Apresentado o diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), João Vasco Costa (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 86/XI – “Alargamento da participação de cada jovem no programa Bento de Góis”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*).

Por fim foi apresentada e debatida a [Proposta de Resolução n.º 12/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019”](#), apresentada pela Mesa da Assembleia;

Proferiram intervenções o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 38 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Iniciamos a III Sessão Legislativa, desta XI Legislatura.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Sabrina Marília Coutinho Furtado Furtado

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Alonso Teixeira Miguel

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Conforme puderam verificar nós temos um ponto prévio à nossa ordem de trabalhos, nomeadamente a verificação de poderes das Sras. Deputadas Rute Isabel Dias Gregório, do CDS e Sabrina Marília Coutinho Furtado, do PSD.

Para apresentação dos relatórios tem a palavra a Sra. Relatora da CAPAT, a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DA CANDIDATA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES RUTE ISABEL RODRIGUES DIAS GREGÓRIO.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de setembro de 2018, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de Angra do heroísmo, ilha Terceira.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Graça Silva (Relatora), Catarina Chamacame Furtado (Secretária), Bárbara Torres Chaves, José Contente, José Ávila (em substituição do Deputado Manuel Ramos), Ricardo Ramalho e Pedro Moura do PS, Jaime Vieira, Antonio Vasco Viveiros (em substituição do deputado João Costa) e Jorge Jorge (em substituição do Deputado Paulo Parece) do PSD, Alonso Miguel do CDS-PP, Zuraida Soares do BE e o deputado João Corvelo do PCP que participa sem direito a voto.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º,

n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 29 de agosto de 2018, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira e pelo Deputado Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 01 de setembro de 2018, a Direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira.

A candidata Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades,

verifica-se que a candidata é professora Auxiliar da Universidade dos Açores, tendo suspenso essas funções a 31 de agosto de 2018, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE** consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 01 de setembro de 2018.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 14 de setembro de 2018

A Relatora, Maria da Graça Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Francisco Coelho

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste relatório de verificação de poderes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório de verificação de poderes apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, peço novamente à sra. Deputada Graça Silva, para agora fazer a apresentação do relatório referente à Sra. Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DA CANDIDATA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES SABRINA MARÍLIA COUTINHO FURTADO.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de setembro de 2018, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Graça Silva (Relatora), Catarina Chamacame Furtado (Secretária), Bárbara Torres Chaves, José Contente, José Ávila (em substituição do Deputado Manuel Ramos), Ricardo Ramalho e Pedro Moura do PS, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros (em substituição do Deputado Paulo Parece) e Jorge Jorge (em substituição do Deputado João Costa) do PSD, Alonso Miguel do CDS-PP, Zuraída Soares do BE e o deputado João Corvelo do PCP que participa sem direito a voto.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 29 de agosto de 2018, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Maria João Soares Carreiro e pelo Deputado Francisco Manuel Raposo Gaspar ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 01 de setembro de 2018, a Direção do Grupo Parlamentar do PSD comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de

outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Maria João Soares Carreiro.

A candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que a candidata não apresenta qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE** consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 01 de setembro de 2018.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 14 de setembro de 2018

A Relatora, *Maria da Graça Silva*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste relatório de verificação de poderes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório de verificação de poderes apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Convidava então agora a Sra. Deputada Rute Gregório e a Sra. Deputada Sabrina furtado, para ocuparem os vossos lugares.

Sejam bem-vindas a este parlamento e desejo-vos um bom trabalho.

Entramos agora na nossa agenda de trabalhos.

O ponto 1 é a **Interpelação ao Governo Regional sobre “Agricultura – Impacto da Seca e Gestão da Água”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o ponto 2 que é a interpelação requerida pelo BE, será debatida na manhã de amanhã.

Os tempos foram também definidos pela Conferência de Líderes e são os que habitualmente utilizamos e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

O CDS-PP, 15 minutos;

O BE, 12 minutos;

As Representações Parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos.

Da parte do PSD, tem a palavra para iniciar o debate o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O governo não tem culpa da seca e os agricultores também não têm.

Não há vida sem água nem água sem a sua boa gestão.

Mas o Governo, que tem os recursos financeiros, que decide a política agrícola, que é o executivo que fala com o Governo da República e com a Comissão Europeia, tem responsabilidades e tem culpa em não fazer o que tem de ser feito para defender os interesses futuros da economia, dos agricultores e do equilíbrio na gestão dos ativos sustentáveis da Agricultura açoriana.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando a seca acontece é uma calamidade, que não pode ser um negócio, mas que tem de ser uma lição para todos.

Não podemos ficar contentes porque há quem ganhe com a seca, mas os agricultores que verdadeiramente apanharam com a seca, não podem deixar de ser efetivamente apoiados.

Situações de crise exigem apoios públicos aos agricultores e o seu pagamento atempado.

A lavoura estima prejuízos superiores a 10 milhões de euros com a seca. E o governo que estimativa tem com base nos dados que já conhece?

A situação de seca severa e de seca extrema que se viveu em algumas zonas dos Açores deve fazer-nos refletir:

Por um lado, porque as alterações climáticas começam a fazer-se sentir também nos Açores, pois sempre estivemos habituadas a conviver com os prejuízos provocados pelo excesso de chuva e não pela sua falta.

Por outro lado, o modelo de produção agrícola e a organização das explorações para que possam lidar com as consequências da falta de chuva e de água.

E, por fim, com a utilização dos dinheiros públicos:

- os critérios da sua distribuição e a garantia de que os apoios chegam, efetivamente, a quem precisa;
- mas principalmente na realização dos investimentos públicos na reestruturação das explorações agropecuárias e nas infraestruturas que servem coletivamente os agricultores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na pecuária de leite, na ilha Terceira e em determinadas zonas das restantes ilhas os agricultores viveram uma redução da produção de erva, esgotaram as forragens armazenadas do ano anterior, compraram forragens, aumentaram o consumo de rações, ficaram descapitalizados, e perderam os milhos na totalidade ou parcialmente.

O pior pode ainda não ter acontecido. O inverno ainda não chegou e importa ponderar isso.

Com a decisão do governo em subsidiar a produção de fibra e a importação de palha e feno, todos os agricultores ficaram com essa possibilidade e não apenas os que sofreram com a seca.

Comprar comida mais barata para os animais deixa todos os agricultores satisfeitos, ajuda, mas também torna evidente como está o seu rendimento e os custos de produção e que, para serem mais competitivos, procuraram ter mais vacas e a produzir mais leite.

Este modelo que compromete o governo e as políticas agrícolas não é o de melhor preço, mas sim o do preço mais competitivo e nos mercados tradicionais.

Quanto mais baixo for o preço ao produtor do leite e da carne ou de qualquer outro produto agrícola, maior será a intensificação da produção por hectare e, por isso, com maior risco sempre que uma seca tem impacto.

Apesar disso podemos até terminar 2018 com uma produção superior à do ano passado, pois o recurso a alimentos importados minimiza o impacto da seca.

Resta saber quanto custou em apoios públicos e se os agricultores ficarão sem receber em 2018 esses apoios e se ficarão em risco os outros apoios essenciais à atividade agrícola.

Com esta interpelação queremos que o Governo nos diga:

O que fez para evitar o excesso de encabeçamento nos casos em que a falta de alimentos forrageiros iria penalizar os produtores.

Num cenário em que a maior parte das indústrias de lacticínios diz que não quer mais leite, que penaliza os agricultores que ultrapassem determinadas quantidades entregues ou que só compra para vender barato porque razão o governo não acautelou os riscos que os produtores correm para aumentar a receita na aflição de melhorar o seu rendimento.

O governo tem a obrigação de saber quantas vacas e bovinos existem por exploração, por freguesia, por concelho e por ilha, bem como as suas necessidades alimentares médias e de água agrícola.

Com a informação de controlo a Secretaria Regional já sabe que alimentos foram importados, que quantidades foram destinadas por ilha e qual o montante atribuído pelo governo.

Para o apoio à perca na produção de milhos forrageiros estranhámos a incapacidade da Secretaria de Agricultura e Florestas de fazer, em tempo útil, a avaliação da cultura nas explorações em algumas ilhas.

A Secretaria de Agricultura já nem cumpre com a sua missão, sabendo que tem técnicos capazes de o fazer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não devemos dissociar a seca dos recursos hídricos e do abastecimento de água agrícola.

O abastecimento de água agrícola, num cenário de seca, torna-se mais evidente, pois a disponibilidade da água é menor e as necessidades de abastecimento geral são superiores.

Tornam-se visíveis as fragilidades nas captações, quer nas nascentes e furos, mas também na armazenagem e nas redes de distribuição.

Sendo a água um recurso sensível, procurado e essencial à vida e à economia não podemos deixar de exigir os investimentos públicos essenciais à sua gestão, estejamos falando de responsabilidades do governo ou das câmaras pois os destinatários da água são todos os açorianos e as respetivas empresas.

Consideramos, por isso, que faz sentido voltar a colocar na ordem do dia assunto tão importante pois com as primeiras chuvas de outono a tendência é esquecer a intervenção planeada de médio longo prazo.

Mas afinal de quem é a água na origem, quem promove a sua captação, quem investe em armazenagem e distribuição, quem coloca a água na exploração agrícola e quem cobra o seu pagamento.

Com os fundos comunitários para apoiar este tipo de investimentos quem pode aceder: a Secretaria de Agricultura, as Câmaras Municipais, a IROA?

Quem gere afinal o abastecimento de água agrícola?

Deputado António Parreira (PS): Claro que não!

O Orador: Vamos ter diversas entidades a gerir diversas redes de abastecimento de água?

Vamos ter agricultores a pagar água e outros com água de graça?

Vamos ter água nas explorações ou os agricultores terão de transportar?

A água disponível está identificada, as necessidades futuras em cada setor também.

Então o governo espera o quê para fazer o que lhe compete na colocação de água nas explorações agrícolas?

Ficamos, naturalmente, com um conjunto de interrogações, razão desta interpelação.

Deputado Marco Costa (PSD): Preocupante!

O Orador: No apoio à produção de fibra e na importação de palha e feno o governo já comprometeu mais de 2,5 milhões de euros.

Deputado António Parreira (PS): Dizer é fácil, fazer é mais difícil!

O Orador: Por que razão esta **ajuda foi destinada a todos** os agricultores.

Porque razão uma **empresa privada** do setor agro comercial **não pôde ser apoiada** na importação de palha e feno à semelhança das organizações de agricultores.

Quais foram os **critérios para a atribuição** das quantidades por ilha da fibra, da palha e do feno.

Porque razão um **agricultor que compra** forragem a outro agricultor nos **Açores**, de forma comprovada, **não recebe apoio**.

No prejuízo dos milhos, hortícolas e tabaco, gostaríamos de saber qual a **estimativa do governo em quantidade e valor**, das percas, visto que a 6 de setembro terminou o período da apresentação de candidaturas dos agricultores.

Em ambas as ajudas o governo vai **retirar dinheiro ao programa da Modernização das Explorações Agrícolas** do Plano Anual para a Agricultura, quando se trata de uma situação de calamidade agrícola.

Em 2017 o governo não executou 7,5 milhões de euros nesse programa. E em 2018? Como fica o Plano para a Agricultura?

Deputado Marco Costa (PSD): Quem é que está tomando notas? Ninguém está tomando nota nessa bancada para responder a estas perguntas?

O Orador: Porque que razão o **governo regional não recorreu ao Fundo Ambiental** nacional que se destina, entre outros, a apoiar políticas de

desenvolvimento sustentável, combate as alterações climáticas e defesa dos recursos hídricos e situações de emergência.

O próprio Ministro do Ambiente declarou que o governo regional, no âmbito da sua autonomia, sente que tem a capacidade para resolver os problemas da seca.

A União Europeia autorizou a antecipação das ajudas para outubro, à semelhança do que acontece todos os anos e mostrou **disponibilidade para apoiar os agricultores devido à seca. Que solicitações desenvolveu o governo** neste sentido.

No fabrico e na importação de alimentos as fábricas e as organizações de produtores **adiantam o subsídio** do governo com o desconto na fatura aos agricultores.

No caso do apoio aos milhos **aguentam os agricultores**.

É fundamental que estes **apoios sejam pagos** este ano de 2018 e como as finanças regionais, segundo o governo, estão excelentes, não há razão para atrasos.

Se Bruxelas antecipa as suas ajudas a pedido do governo, o **governo regional já devia ter antecipado** as suas ajudas.

Estas são as questões que fundamentam a nossa interpelação ao governo dos Açores, que gostaríamos de ver respondidas.

Não nos move apenas a situação atual, mas principalmente a situação futura da Agricultura e dos agricultores. Se o governo cumprir com a sua parte os agricultores farão a sua.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Neste momento a Deputada Bárbara C. Alves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega:

O setor agropecuário, pela sua dimensão económica, social e ambiental, detém um papel determinante para o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma dos Açores constituindo um pilar estratégico e, como tal, uma das prioridades do Governo Regional.

A política promovida pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas visa dotar este setor das melhores condições técnicas e financeiras favorecendo o progresso e a competitividade nos mercados assegurando os melhores níveis de rendimento das suas produções.

As alterações climáticas são uma das preocupações da atualidade, mas também do futuro, podendo gerar consequências transversais a várias áreas da sociedade, onde a agropecuária é indiscutivelmente uma das atividades mais vulneráveis a essas alterações, sobretudo devido à importância dos recursos hídricos para garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade agrícola.

Combater, minimizar e adaptarmo-nos aos impactos das alterações climáticas é uma das prioridades deste Governo. Este é o compromisso para com os Açorianos, o qual está plasmado no Programa de Governo, e consubstanciado no Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores para o Setor Recursos Hídricos.

Mas a situação de seca que se assistiu no corrente ano, sobretudo devido à falta de chuva nos meses da primavera, onde se registou uma quebra de precipitação de 50% em comparação com o valor médio homólogo nos meses de abril, maio e junho, é uma situação absolutamente invulgar e completamente atípica.

Comecemos exatamente por aí, e vejamos o caso da estação meteorológica dos serviços de desenvolvimento agrário de Santa Maria, onde de maio a agosto a precipitação acumulada foi de 35,5 l/m², o valor mais baixo desde 1971 e um valor muito inferior ao valor médio registado nos últimos 48 anos, que foi de 160 l/m².

Em S. Miguel, a precipitação acumulada de março a agosto é 47% inferior à média dos últimos 12 anos. Também no caso da ilha Terceira, a precipitação acumulada para o mesmo período, é inferior em 35% à média registada nos últimos 12 anos.

Apesar das adversidades que nos confrontamos, com um período de seca prolongado, e reconhecendo que em algumas atividades a situação terá impactos nos próximos meses, relembro que o setor agrícola na Região atravessa um bom momento e que as medidas adotadas fazem parte desse sucesso. Dou dois exemplos, a exportação de carne cresceu nos primeiros 8 meses do ano 17,7%, um crescimento de 10,7% no total dos abates aprovados para consumo. No leite nos primeiros 7 meses a produção cresceu 3,2%.

A dinâmica revelada pelo setor agropecuário nos últimos anos, com uma crescente expressão na taxa de crescimento das exportações, supera a taxa de crescimento de outros setores e decorre de um conjunto de fatores. Enumero alguns que me parecem importantes:

- Tem-se registado nos últimos anos investimentos significativos destinados ao reforço e melhoramento das infraestruturas agrícolas;
- **Deputado Marco Costa (PSD):** Não é verdade!

O Orador: houve e continua a haver um forte investimento na modernização das infraestruturas de abate;

- há cada vez mais profissionalismo na gestão das explorações, fruto de uma aposta na formação levada a cabo nos últimos anos;
- há uma aposta na modernização do setor através de um sistema de incentivos eficaz e atrativo. O PR+, com dados oficiais a 30 de junho, é tão somente o programa operacional do PT 2020, que integra 15 PO's, com a melhor taxa de execução, 45%;
- um apoio importante e substancial às organizações de produtores, o que lhes possibilitou uma concentração da oferta, uma maior escala para aceder aos mercados em condições mais competitivas.

O crescimento sustentável da agricultura nos Açores exige a atenção permanente a todos os fatores que referi. Por este motivo, nos últimos anos fizemos um enorme investimento na melhoria das infraestruturas agrícolas, com destaque para as acessibilidades, eletrificações e abastecimento de água.

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Só nos últimos dez anos, o Governo dos Açores investiu, em toda a Região, através da IROA mais de 50 ME em infraestruturas agrícolas.

No que toca especificamente ao sistema de abastecimento de água à agricultura, a Região tem uma capacidade atual de armazenamento de cerca de 500 milhões de litros, quase 200 postos de distribuição, 4.000 ramais de água e uma extensa rede de distribuição com 523 km.

Deputado Marco Costa (PSD): Em algumas ilhas!

O Orador: São estes os investimentos, oportunamente executados, nos permitem presentemente superar a situação atual a significativa falta de pluviometria que nos últimos tempos se verifica na região, como tive oportunidade de demonstrar na parte inicial da minha intervenção.

Desde o surgimento da IROA, já se investiu quase 55 milhões de euros, só relativos ao abastecimento de água, metade dos quais, na última década.

Deputado Marco Costa (PSD): Zero

O Orador: É verdade que muitos dirão, é pouco e é preciso mais!

Nós somos os primeiros a reconhecer tal facto.

Por isso queremos sempre fazer mais e melhor, neste domínio em particular, e pelo setor agrícola e pelos nossos agricultores.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos bem o quanto os agricultores valorizam a água nas suas explorações e o quanto é importante o acesso à água de forma fácil e contínua para o rendimento das suas explorações.

Por isso é imperativo dar continuidade a um planeamento e uma gestão eficiente dos recursos hídricos, neste caso particular da água, em especial ao nível do reforço do abastecimento e do armazenamento.

Assim sendo, a IROA, S.A. está já a desenvolver, para várias ilhas – S. Miguel, S. Maria, Pico, S. Jorge, e Graciosa -, uma avaliação sobre as necessidades de água para abastecimento às explorações agrícolas, bem como, implementar um plano de ação com os investimentos para a próxima década, para garantir a contínua disponibilidade deste importante recurso.

Um plano que vai ser desenhado com a colaboração das autarquias, Associações Agrícolas e com o apoio de reconhecidos especialistas nesta área. Recordo que esta decisão foi tomada muito antes de se alcançar a dimensão com que a seca nos iria afetar.

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Este plano de ação de onde sairá propostas de investimentos será um documento estratégico e virado para o futuro, que servirá para apoiar decisões nos investimentos a realizar no âmbito do novo quadro comunitário

2021-2027, onde a água terá um papel central em matéria de investimentos na agricultura. Aliás, já em 2019 a anteproposta de plano da IROA propõe investir mais de 50% do seu orçamento no armazenamento e abastecimento de água, num investimento estimado de 3 ME.

Deputado Marco Costa (PSD): Por isso é que se diz que o investimento tem sido zero!

O Orador: Mas estes desafios exigem uma abordagem multidisciplinar e com a envolvimento de todos os intervenientes, impera a necessidade da união de esforços, refiro-me também à necessária colaboração das autarquias neste processo.

Foi precisamente com essa preocupação que apenas uma semana após tomar posse reuni com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel onde se abordou a problemática da gestão da água ...

Deputado Marco Costa (PSD): Falta de atuação do IROA!

O Orador: ... e a necessidade do estabelecimento de parcerias entre o governo e os municípios. Esta abordagem foi alargada a todas as ilhas e a todos os municípios, onde naturalmente os desafios são de dimensão e com grau de complexidade diferente de ilha para ilha.

Um destes desafios tem muito a ver com a infraestruturização. Há zonas do território onde a IROA não consegue chegar ...

Deputado Marco Costa (PSD): E noutros sítios não devia chegar e não chega!

O Orador: ... e os municípios têm redes, daí que faz todo o sentido haver uma cooperação para que mais agricultores tenham acesso a este bem, que é imprescindível para a sua atividade, para a melhoria dos seus rendimentos e para a competitividade das explorações agrícolas que geram riqueza nos seus territórios.

Promove-se assim o desenvolvimento local, a fixação de pessoas nas zonas rurais e o aproveitamento do recurso terra e água.

Deputado Mónica Rocha (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que tenho defendido é que os municípios devem encarar o abastecimento de água às explorações agrícolas com o mesmo nível de preocupação com que o fazem, em relação a outros setores de atividade económica.

Deputadas Sónia Nicolau e Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A agricultura e o seu importante contributo para o desenvolvimento das comunidades e para a fixação de pessoas, como já referi, assim o exige.

Não se está a exigir que os municípios façam investimentos unilaterais ou sozinhos, mas que a cooperação e a comunhão de esforços incitem o desenvolvimento mais célere dos concelhos e da Região no seu todo, naquilo que é a luta de todos os açorianos pela melhor distribuição possível do recurso água.

Também é justo referir que de uma forma geral existe esta visão e esta preocupação por partes das autarquias, com as quais a IROA tem estabelecido parcerias para a construção de infraestruturas e para a sua gestão.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Noutra dimensão, os próprios agricultores devem estar cada vez mais conscientes que dentro das suas capacidades também devem apostar no reforço do armazenamento de água através do aproveitamento das águas pluviais.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Neste contexto, o Governo tem vindo a incentivar e promover um conjunto de iniciativas no sentido de alavancar a capacidade de armazenamento e abastecimento de água nas explorações agrícolas.

A comparticipação dos investimentos é extremamente atrativa, aliás, é precisamente neste tipo de investimentos que atribuímos o máximo de comparticipação que se fixa atualmente em 75%.

Neste QCA e no anterior, foram aprovados 139 projetos, o que representa uma capacidade de armazenamento de mais de 50 milhões de litros de água nas explorações agrícolas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não acerta!

O Orador: Nesta situação particular que este ano atravessamos, atuámos desde o primeiro momento para minimizar os efeitos da seca prolongada que tem vindo a afetar o setor agrícola. O grau de dificuldade foi diferente de ilha para ilha, não só pela severidade com que foi afetada, mas também pela capacidade de armazenamento instalada em cada uma.

No caso particular da Ilha Terceira, apesar da intensidade com que foi afetada, não se registaram problemas no abastecimento. Atrevo-me a dizer que atualmente é ilha mais bem preparada para situações de carência de água.

O mesmo se sucedeu com a ilha do Faial.

Estas duas constatações são uma evidência de um planeamento acertado na ação do governo que recorreu a investimentos estruturantes realizados naquelas ilhas. São também uma evidência que sustenta a decisão de novos investimentos estruturantes ao nível do armazenamento que terão que ser realizados em outras ilhas, como é o caso de São Miguel onde se regista o maior consumo de água na agricultura.

Os investimentos que o Governo Regional irá promover, conjuntamente com aqueles que os agricultores poderão concretizar nas suas explorações é uma condição necessária para enfrentarmos melhor, no futuro, situações como a que se verificou este ano.

Por isso, gostaria de anunciar que o Governo Regional irá abrir, até ao final deste ano, um aviso no âmbito do Prorural +, como a dotação de 1,5 ME para participar exclusivamente a instalação de reservatórios ou lagoas artificiais nas explorações agrícolas, dando assim mais um passo no reforço da capacidade de armazenamento de água no setor agrícola.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Não menos importante de tudo o que já foi referido, e que de forma alguma pode ser descurado, é o papel da floresta no ciclo da água. A sua real importância vai muito para além de um mero valor económico, assumindo uma relevância fundamental na conservação dos solos, da biodiversidade e claro, dos recursos hídricos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Criámos incentivos à arborização de terras agrícolas, especialmente em pastagens de altitude, o que permitiu que só nos últimos 3 QCA, a floresta privada tenha crescido mais de 2.000 hectares e a beneficiação de outros tantos (2.100 ha).

Só no âmbito do PRORURAL+, quase 1.400 hectares foram recuperados e arborizados mais 73 hectares.

Lembro que nos Açores 31% do território é ocupado por floresta e já são mais de 70 mil hectares!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra dimensão do problema da seca que afetou a agricultura praticamente em toda a Região foi na produção de erva para silagem e de milho forrageiro destinados à alimentação dos efetivos pecuários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a firmar o que a gente sabe!

O Orador: Perante esta dificuldade o Governo Regional, em articulação com a Federação Agrícola, deu no mês de julho uma resposta imediata às necessidades de alimentos para explorações afetadas, através de apoio à importação de palha e feno na forma prensada, e de matérias primas para a produção de concentrado fibroso.

Este apoio representa uma redução de 30% do preço normal do mercado, permitiu apoiar 20 mil toneladas de alimento, num montante global da ajuda de 1,2 ME.

Alguns poderão dizer que a solução encontrada não foi a ideal, mas qualquer outra solução seria seguramente muito mais burocrática do ponto de vista administrativo, com consequências imprevisíveis e nefastas para o setor pecuário.

É uma solução que garante o controlo das quantidades adquiridas pelos agricultores, que ao concentrar apenas na Região a produção do concentrado fibroso dá-nos garantias de qualidade e contribui para a dinâmica económica que pretendemos assegurar.

Decidimos ainda, atribuir um apoio financeiro aos produtores de milho, tabaco e hortícolas correspondente a 75% das perdas consideradas, de acordo com os graus de perda da cultura. Estamos a falar de quase 1.500 candidaturas e mais de 6.000 hectares com prejuízos, repartidos por cerca de 8 mil parcelas.

O controlo de milhares de parcelas em tempo útil tem obrigado um enorme esforço, só possível de ser executado, graças à enorme dedicação que os serviços e técnicos da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas têm disponibilizado.

Estamos ainda a avaliar a situação da fruticultura cujos produtores estão também a ser afetados.

Solicitamos à Comissão Europeia um adiantamento até 70% dos pagamentos diretos no âmbito do POSEI e até 85% do apoio concedido no âmbito do desenvolvimento rural para fazer face à situação climática inusitada verificada nos Açores, que afeta o setor agrícola.

Reforçamos o abastecimento de água através do transporte de água, em cooperação com os agricultores, em pontos estratégicos o que permitiu aos agricultores terem acesso a água de forma mais facilitada e libertar a pressão que existia em outros locais de abastecimento de água.

Avançamos de imediato com os estudos para a captação de água em ribeiras com caudal permanente, para reforçar o abastecimento à agricultura e assim dar

melhores condições aos agricultores para desenvolverem a sua atividade de forma sustentável.

Com o objetivo de promover uma melhor racionalização do consumo e uma melhor resposta ao abastecimento das explorações, vamos ainda este ano implementar o sistema de cobrança de água aos lavradores nos sistemas integrados de abastecimento de água à pecuária na ilha de São Miguel.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação particularmente difícil que vivemos este Verão criou dificuldades aos agricultores e foi mais um novo desafio para o Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez, o Governo Regional esteve ao lado dos agricultores. Foram identificadas e avaliadas as necessidades. Apresentamos propostas, soluções concretas, demos respostas rápidas e trabalhamos em cooperação com a Federação Agrícola e demais associações agrícolas do setor.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Decidimos para conseguir os melhores resultados possíveis para o setor.

Estamos no caminho certo!

Um caminho que é o de em cada momento, em conjunto, encontrar as melhores soluções para ajudar os agricultores a vencerem as dificuldades imediatas e tomar decisões de médio prazo, com sentido estratégico, que permita potenciar a agricultura a ganhar os desafios do futuro.

Muito Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já tive oportunidade de publicamente denunciar, várias vezes, a situação que se viveu e que enfrentaram os agricultores da Ilha do Corvo, ao longo deste verão.

A verdade é que ao longo de dois anos, a empresa que está a realizar a obra de ampliação do Porto da Casa, na Ilha do Corvo, realizou e captou um grande conjunto de água diariamente.

Milhares de litros de água nos reservatórios agrícolas, em primeiro lugar e depois também nas lagoas artificiais, com total complacência do Governo Regional e da Câmara Municipal, até como o próprio Presidente da Câmara referenciou, no âmbito de um acordo de cavalheiros, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que foi notícia numa edição do Diário Insular, de maio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Devo dizer que perante a situação de seca que estamos a enfrentar, e nesse contexto, a irresponsabilidade e a ilegalidade destes atos é gritante.

Eu tive oportunidade de denunciar publicamente esta situação, eram retirados diariamente milhares de litros de água, estou a falar de grandes quantidades, várias cisternas diárias que eram retiradas.

O resultado de tudo isto é que há poucos dias aos agricultores da Ilha do Corvo estava impedido o abastecimento por estarem secos vários reservatórios de abastecimento agrícola.

Portanto, o único que estava disponível, ao contrário do que o Sr. Secretário dizia, que é preciso garantir que os recursos hídricos estejam disponíveis de forma fácil e regular, a verdade é que apenas um reservatório, o reservatório da

Cova Vermelha, estava disponível, mas é um reservatório de difícil acesso, uma vez que é necessário recorrer a veículos de tração às quatro rodas.

Todos os outros reservatórios agrícolas da ilha tinham sido esgotados por ação evidentemente também da seca, mas muito, muito devido à captação de água que foi feita por parte da empresa da Somague, Ediçor ao longo de todos estes meses, onde foram retirados 20 000 litros, 30 mil litros, 40 000 litros diariamente.

O que eu lhe pergunto, Sr. Secretário é: qual é a responsabilidade do Governo Regional nesta matéria? O Governo Regional monitorizou esta situação? Se não monitorizou por que é que não o fez, existindo várias denúncias públicas? Qual é a vossa responsabilidade nesta matéria, que significou uma autêntica catástrofe ambiental e que significou para os agricultores do Corvo que ficaram sem água para a agricultura, de forma acessível.

O que lhe pergunto é: qual é a vossa responsabilidade? Tinham conhecimento? Autorizaram? Qual é a vossa responsabilidade nesta matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos que é totalmente impossível não referir o Plano Regional da Água, quando nós estamos a falar de gestão da água, do recuso que ao contrário do que a maior parte, ou uma parte significativa faz pessoas possa pensar, não é um recurso ilimitado e sempre acessível.

Aliás, na nossa Região e como já foi até referido na intervenção inicial desta interpelação, é um recurso que merece, neste momento, especial atenção por parte da Região, porque nós estamos a viver um maior período de seca, do que propriamente aquilo a que estávamos habituados, que era de intempéries

associadas a chuvas torrenciais e a mesma gestão dos danos decorrentes dessas chuvas torrenciais.

Por isso é de estranhar que só agora, em pleno mês de julho, em plena época de seca, mas também de silly season, que tenha o Governo Regional se lembrado que existe um Plano Regional da Água.

É verdade que assumiu, em Resolução de Conselho de Governo, que é um plano setorial mais antigo da Região, aliás é um plano que data de 2003, que deveria ter sido renovado em 2010, 2011 e que só agora por Resolução de Conselho de Governo, será revisto e essa revisão só irá, em princípio, efetuar-se e será consubstanciada numa proposta que virá quase de certeza a esta Casa, provavelmente em finais de 2019, ou seja, já quase na próxima Legislatura.

A minha dúvida e tendo em conta que estamos a falar da gestão da água, que é um bem valioso para a nossa Região, não só para consumo doméstico, mas também como hoje discutimos, também, para a atividade agrícola, quais as razões para esse atraso, um atraso tão significativo, num plano referente a um recurso que a nós é bastante claro.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É certo que o Governo não pode controlar as condições climatéricas e meteorológicas, mas é do Governo a responsabilidade de apresentar soluções perante situações extraordinárias, de apresentar medidas preventivas e acima de tudo medidas de planeamento e organização, de forma a minimizar períodos críticos como este ano.

No que se refere principalmente à gestão de água muito tem ficado por fazer.

No entender do Grupo Parlamentar do CDS, toda esta situação de calamidade não pode ser vista como algo pontual.

Todos nós sabemos das alterações climáticas com que o mundo se depara e não podemos achar que tal não nos afetará.

Não podemos continuar na Região, sem uma estratégia responsável para a agricultura e para a pecuária da Região, que nos permita encarar os desafios do futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A gestão da água e a disponibilidade desta é um fator determinante na atividade agrícola, para além deste seu recurso limitado e como tal requer uma gestão sustentável e cuidada.

Ao longo deste verão foram inúmeras as notícias preocupantes quanto ao abastecimento de água em diversas ilhas.

Por exemplo, a falta de água da manutenção nos tanques de S. Jorge, do IROA, está à vista de todos.

No caso específico de S. Jorge, em relação aos tanques de abastecimento de água, a gestão é feita pelo Governo Regional e pelo IROA e é bastante caricata.

O lema é deixar ao abandono e a manutenção é inexistente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Temos um reservatório de abastecimento que desabou por falta de manutenção, apesar dos avisos efetuados, perdendo-se toda água do existente.

Temos outro reservatório que apresenta várias patologias na estrutura metálica, nomeadamente junto à base verificando-se percas de água.

Sr. Secretário, que manutenção é esta? Espera que os agricultores fiquem satisfeitos com os anúncios quanto ao abastecimento de água, quando é esta a realidade com que se deparam diariamente?

Sr. Secretário, em S. Jorge temos um reservatório que foi construído há sensivelmente 10 anos, que até agora nunca foi utilizado, nem mereceu trabalhos de manutenção e como é natural já se encontra bastante degradado.

De que serve fazer investimentos, atrás de investimentos, sem acautelar o seu uso e a respetiva manutenção?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Qual a justificação que o Sr. Secretário dá aos agricultores jorgenses no caso, para toda esta situação?

O Deputado André Rodrigues, após a audição do Presidente Conselho de Administração do IROA, em sede de Comissão de Economia, afirmou que aquele instituto executa a sua missão e cumpre com os seus objetivos.

Como é isso compaginável com a realidade com que os agricultores se deparam diariamente em S. Jorge?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Não se esqueça de responder, Sr. Secretário!

Deputado Paulo Parece (PSD): Se tiver tempo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Em relação a este assunto e à seca da Ilha do Corvo, cabe-me apenas dizer o seguinte: esta é uma situação atípica. A seca foi transversal a todas as ilhas dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS não tem conhecimento de nenhum agricultor que não tenha tido acesso à água para os seus animais.

O Grupo Parlamentar do PS, não tem conhecimento de nenhuma morte de qualquer animal ou que em calores extremos poderia efetivamente acontecer.

Deputado Marco Costa (PSD): Fez um inquérito aos animais!

O Orador: A distância que os agricultores tiveram que percorrer para aceder à água não ultrapassou os três quilómetros.

Em muitas outras ilhas os mesmos tiveram que percorrer dezenas de quilómetros para aceder à água para os seus animais.

Estamos solidários com os agricultores e compreendemos o seu transtorno, mas volto a lembrar que esta foi uma situação atípica.

Em relação à Câmara Municipal e àquilo que diz ter sido o uso indevido de águas do reservatório, só tenho a lembrar que estamos a concluir uma das maiores obras já feitas na Ilha do Corvo, a obra do Porto da Casa e sem ovos não se fazem omeletes.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não acredito que o Presidente da Câmara alguma vez, assim como todos nós pensou que esta seca intensa e extrema aconteceria.

Em relação às possíveis ilegalidades e uma vez que o Sr. Deputado já disse publicamente que apresentou uma queixa no Ministério Público, não está certamente à espera que faça aqui qualquer comentário

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa Região sentiu desde o passado mês de Maio e durante todo o Verão os efeitos de uma prolongada seca como há muito não havia memória.

A chuva tão necessária à vida andou ausente do nosso arquipélago e a sua falta revelou-se de um modo particularmente grave quer para a agricultura quer para a pecuária.

Segundo os especialistas quer este tipo de fenómeno meteorológico quer prolongados períodos de seca quer chuvas intensas num curto espaço de tempo ou ainda outros fenómenos meteorológicos extremos são ocorrências previsíveis atualmente e que são motivadas pelo fenómeno do aquecimento global, aquecimento global este cuja sua origem reside nas políticas capitalistas de exploração dos recursos do planeta até à sua exaustão e numa produção que coloca acima de tudo a obtenção do lucro do modo mais rápido e fácil sem ter a mínima preocupação ecológica e de preservação do planeta e do seu meio ambiente saudável.

Consequentemente, pois sem a mínima preocupação em relação ao lançamento para a atmosfera dos gases poluentes provocadores do efeito de estufa e responsáveis pelo aquecimento global e pelas alterações climáticas a que assistimos e que neste Verão nos bateu à porta.

Basta um breve olhar pelas posições que vários governantes têm vindo a assumir nas cimeiras realizadas sobre o clima, quer por parte de toda a direita europeia da formação política onde PSD e CDS se integram quer de modo muito particular os Estados Unidos da América, ...

Deputado António Almeida (PSD): Isso é macro-economia!

O Orador: bem como a tábua rasa que depois fazem de posições e compromissos assumidos nomeadamente no combate à contínua poluição da atmosfera, ou da entrega de um recurso e bem público essencial como a água a interesses e grupos privados para fazer soar os alarmes e percebermos que estas políticas têm de ser firmemente denunciadas e combatidas por todos nós sob pena de uma catástrofe ambiental com fenómenos como o da prolongada seca que nos afetou durante o passado Verão são sérios avisos e prenúncios.

É tempo de dizer: Basta de hipocrisia e de cinismo!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A seca do passado Verão afetou de um modo geral todo o nosso arquipélago mas em algumas Ilhas os seus efeitos fizeram-se e fazem-se sentir com particular evidência.

Ilhas como Santa Maria, a Graciosa, a Terceira, o Pico e as Flores bem como muitos locais de São Miguel, nomeadamente nas quotas mais baixas sentiram e sentirão os efeitos desta prolongada seca cujos efeitos mais se fizeram sentir de fato nuns locais ainda de forma particularmente mais gravosa que noutros, pondo em causa entre outras, as sementeiras do milho e a produção do melão e da batata.

Exemplo disso é o caso da freguesia de Ponta Delgada na Ilha das Flores onde culturas como a do milho ficaram na sua quase totalidade comprometidas e a produção pecuária seriamente posta em causa devida à inexistência de erva nas pastagens que permitisse fazer a engorda própria deste período do ano, obrigando até os produtores a recorrer à alimentação do gado com recurso à cana-roca/roca-da velha/conteira (conforme cada qual a designe) para conjuntamente com alguma fibra apenas manter vivas as suas cabeças de gado, já que a sua engorda estava irremediavelmente comprometida.

Se é verdade que toda as ajudas para enfrentar esta crise são sempre bem-vindas como naturalmente foram as ajudas à aquisição de fibras para a alimentação dos bovinos, dada a gravidade da situação e o prolongamento do período de seca, manifestou-se insuficiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os efeitos da prolongada seca deste Verão não cessaram com a chegada da chuva no corrente mês de Setembro.

Estes efeitos serão particularmente sentidos durante todo o ano agrícola.

Se no capítulo da alimentação animal são as necessidades imediatas de forragens e fibras situação que obriga a uma necessária ajuda de emergência para além daquilo que neste domínio já foi posto em prática, não podemos esquecer a elevada perda de rendimentos que a escassez de alimentos provocou devida à não engorda em devido tempo dos animais.

Temos de ter presente que a inexistência de forragens devido à impossibilidade de silagem provocada pela seca será um problema que os produtores irão enfrentar durante todo o ano.

É necessário não esquecer que para além da perda de rendimento imediato com as culturas que não se desenvolveram e não produziram devido à seca, será necessário em muitos casos a aquisição de muitos desses produtos por parte dos agricultores para o seu próprio consumo, somando-se o custo dos mesmos à falta de rendimentos devido à sua não produção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já referi, por parte da representação parlamentar do PCP consideramos que todas as ajudas até agora postas em prática por parte do Governo Regional são de fato importantes só que manifestamente insuficientes devido à gravidade da situação.

A situação exige que mais e melhores apoios sejam colocados à disposição dos agricultores e produtores pecuários para fazer frente à situação verdadeiramente catastrófica em que a seca do corrente ano os colocou e colocará durante todo o ano.

É necessário ter ainda bem presente que situações como esta poderão ocorrer com alguma frequência pelo que importa que sejam equacionadas medidas tendentes a prevenir no futuro os seus efeitos. Desde logo que passem pela criteriosa e adequada gestão deste bem público que é a água e que assim deverá continuar a ser de modo a servir os interesses de todos e não apenas os lucros de alguns.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuo à espera da resposta do Governo, em relação à monitorização desta situação, conhecimento desta situação e responsabilidade nesta situação e o que lhe quero dizer também ao Sr. Deputado Iasalde, é que a situação, por exemplo, na lagoa artificial era esta ...

Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara

... imagens captadas no dia 12 de setembro, depois de terem sido retirados diariamente milhares de litros de água para esta empresa Somague, Ediçor gratuitamente, quer aqui nestas lagoas artificiais, quer nos reservatórios agrícolas até os secar e deixar sem água, com exceção de um único que é o da Cova Vermelha, em que só tem acesso através de veículos de tração às quatro rodas.

O Sr. Deputado disse que tinha algumas perguntas para lhe fazer.

O que eu lhe pergunto é: é falso, que esta empresa até agosto tenha realizado tenha realizado até quase dois anos a captação de água de 30 000, 40 000, 50 000 litros diariamente? É falso que isto tenha sucedido Sr. Deputado?

Deputado Manuel Pereira (PS): Quantos cortes de água é que houve?

Deputado João Vasco Costa (PS): Quantas vacas morreram?

O Orador: O que é que o Governo fez em relação à monitorização desta situação que acabou por provocar que estes reservatórios estejam atualmente sem água?

O que eu lhe pergunto é: tem conhecimento desta situação ou não tem? Nega essa situação?

A segunda questão que tenho para si, Sr. Deputado é: todos estes reservatórios de fácil acesso, reservatórios agrícolas, têm água, Sr. Deputado? Estes reservatórios têm água? É capaz de dizer, cara a cara, aos senhores agricultores da Ilha do Corvo que estes reservatórios têm água e que esta água é de fácil acesso? São as perguntas que lhe deixo, para já.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** O PS encara esta como uma excelente oportunidade para demonstrar mais uma vez quem é que esteve ao lado e está sempre ao lado dos produtores, sempre que é necessário e na altura que se mostre prioritário.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): Não está é ao lado dos “pingos de chuva”!

A Oradora: O Governo Regional dos Açores, mais uma vez agiu e interveio de forma rápida e pronta, para o que manda implementar soluções, contornar sem desafios burocráticos ...

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Pode continuar Sra. Deputada.

A Oradora: ... para assim agir de imediato, tendo em conta que era fundamental compensar as perdas destes agricultores.

O PSD pode acusar o Governo Regional de gerir o dia a dia, pois pode, nós agradecemos, só tem que acrescentar que tem gerido e bem.

Vai ter de admitir que no cenário preocupante deste verão, o Governo Regional evidenciou claramente uma boa gestão recorrente dos recursos financeiros, na

medida em que foram alocados até ao momento perto de 1.3 milhões de euros, para a medida de apoio à compra de fatores de produção aliados à alimentação animal ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas isso não dá água!

A Oradora: ... bem como na disponibilidade da criação da linha de apoio orientada pelas perdas diretas na produção do milho, dos hortícolas e do tabaco. Aliado a estas medidas pontuais que são efetivamente necessárias, temos o continuo investimento das explorações agrícolas no abastecimento e no armazenamento da água feito pelo IROA.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás este compromisso foi assumido e é reforçado, foi efetivamente na Comissão de Inquérito quando questionado pelo Sr. Deputado Almeida que está empenhado em aumentar e reforçar as medidas de abastecimento.

Até agora, neste momento, podemos constatar que temos a construção de cerca 523 quilómetros de redes de abastecimento de água, a construção de 151 reservatórios, de 6 lagoas artificiais e 6 futuros que representam uma capacidade de armazenamento por volta de 500 000 metros cúbicos.

Tudo isto assegurado a uma política de proximidade, que o Sr. Deputado António Almeida chama de campanha, mas nós consideramos que o leve efetivamente a um plano de ação colaborativo, consensual, em que todos os representantes do setor se reviram no mesmo e que se mostraram prontamente disponíveis para colaborar nas soluções efetivas e nas propostas em cima da mesa.

A ação, igualmente eficaz, foi a reposição dos níveis da água e de reservatórios em locais estratégicos em S. Miguel.

De igual valor também podemos referir a intenção da captação das águas das ribeiras que neste momento estão a seguir o seu curso natural e que podem

naturalmente se aproveitadas, enfim, e em suma, todas estas medidas já instaladas e a instalar, pretendem dar uma resposta a uma situação extrema e imprevisível, que exigiu sim uma intervenção numa perspetiva de redução de danos, mas que não atesta que este Governo não esteja a trabalhar numa mitigação dos efeitos das alterações climáticas e que não seja capaz de implementar uma estratégia a longo prazo.

E porque esta é uma interpelação, eu pergunto ao Sr. Secretário, como encara a proposta, por exemplo, do Sr. Presidente do IROA, sobre a possibilidade de começarmos a trabalhar uma gestão integrada das redes de água, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Agora!

A Oradora: ... possibilitando assim um reforço de parcerias para que se consiga efetivamente melhorar esta questão.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Eu gostaria de nesta segunda intervenção tentar esclarecer e explicar, enfim, todas as questões que me foram colocadas, de forma o mais clara e objetiva possível, pelo menos assim penso fazê-lo.

Vou responder às questões, não pela ordem que me foram colocadas, mas se calhar pela ordem inversa.

Começando por responder à Sra. Deputada Mónica Rocha, naturalmente que o Governo Regional está disponível para se sentar à mesa com os municípios para pensarmos e decidirmos em relação à gestão integrada da água.

Julgo que ao nível do abastecimento em alta, acho que faz todo o sentido e haverão ganhos, maior eficiência neste domínio.

Da parte do Governo estaremos disponíveis e espero que isso seja possível concretizar.

Gostaria também de responder ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo e dar nota do reconhecimento que faz em relação àquela que foi a ação do Governo

Na resposta a esta situação. Registo esse aspeto positivo e também gostaria de deixar uma nota que da parte do Governo irá continuar a acompanhar, juntamente com a Federação Agrícola, como interlocutor privilegiado, mas também com todas as associações agrícolas que esse contato é feito permanentemente e com muita frequência.

Temos consciência que em relação à disponibilidade de alimentos para os animais a situação pior vai se colocar, que é no inverno. O Governo irá reunir com a Federação muito em breve, provavelmente na próxima semana, onde vamos fazer uma avaliação da situação e naturalmente se for necessário tomar mais medidas no futuro, o Governo naturalmente estará presente e dará uma resposta cabal a esta situação.

A verdade é que a situação é diferente neste momento, felizmente já choveu e as pastagens começam a recuperar.

Agora vamos acompanhar a situação porque de facto a perda ao nível de milho forrageiro foi muito significativa.

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Paiva, gostaria de dizer o seguinte: para já uma nota prévia, a sua líder do partido, julgo que em 2012, perante uma situação de seca prolongada que se registava no País, respondia assim: “Sou uma pessoa de fé e vou continuar à espera que chova!”.

Bom, o Governo Regional, independentemente das convicções religiosas de cada um, eu também sou uma pessoa de fé, mas nós não esperamos que chovesse, nós demos uma resposta imediata aos agricultores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, no caso concreto da Ilha de S. Jorge e vamos à situação da Ilha de S. Jorge, eu devo notar que nos últimos anos o Governo fez investimentos muito significativos na ilha, são investimentos de quase 5 milhões de euros. Nesta legislatura já investiu, numa segunda sela no reservatório de Santo Amaro, no sistema integrado na Ribeira de Santo Amaro, está a investir no sistema dos Bardinhas e também no reservatório dos Biscoitos.

Aquilo que tem sido a política do IROA, em relação à Ilha de S. Jorge, nós temos sistemas, temos parecerias com as associações agrícolas, em termos do acompanhamento do dia a dia e são as associações que reportam ao Governo as situações que não estão bem, que sejam necessárias intervenções, mas nunca houve da parte do IROA qualquer limitação de recursos para esse tipo de manutenção, agora, bem sabemos que as coisas com o tempo degradam-se e é preciso substituir e é isso que temos feito e é isso que vamos fazer sempre, mas é preciso que fique claro que o IROA não tem estruturas, digamos, de pessoas, de técnicos, em todas as ilhas e aquilo que tem feito são parcerias com os municípios ou com as associações agrícolas.

No caso de S. Jorge com a associação agrícola, é uma parceria que tem funcionado bem, são no fundo os olhos da IROA em S. Jorge, qualquer situação que nos é reportado nós tentamos dar uma resposta, digamos, imediata.

Deputado Marco Costa (PSD): O povo também tem olhos!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação à situação particular da Ilha do Corvo é verdade e é público aquilo que referiu em relação à captação por parte da empresa.

Devo dizer que em matéria de abastecimento de água à agricultura, o sistema é gerido pela Câmara Municipal do Corvo, portanto sempre assim foi. A posição

do IROA tem sido uma posição de parceiro na ajuda em investimentos que têm sido necessários efetuar ao longo do tempo, no sentido de garantir o abastecimento de água aos agricultores, mas também é preciso dizer que não houve falta de abastecimento de água aos agricultores na Ilha do Corvo durante este ano.

Na verdade, nos últimos tempos o abastecimento de água concentrou-se apenas no reservatório que referiu, é verdade que o acesso é difícil e necessita de apoio de viaturas de todo o terreno, mas também é verdade que a Associação de Agricultores do Corvo, utilizando um trator, cuja aquisição foi apoiada pelo Governo ajudou ao transporte de água para esses agricultores.

Naturalmente, que esta situação que aconteceu é um alerta e um aviso em relação ao futuro e tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo, irá agir em conformidade em relação ao futuro, em situações análogas.

Agora, é preciso que fique registado aqui: nenhum agricultor deixou de ter água disponível para abastecer as suas explorações e também da parte da Associação Agrícola do Corvo, teve todo o empenho nessa situação e nós não temos, digamos, relatos de uma situação de rutura de abastecimento de água à Ilha do Corvo.

Sr. Deputado António Almeida, o Sr. Deputado desta vez alterou a estratégia, em vez de nos surpreender aqui com a sua intervenção, fez publicar parte da sua intervenção hoje no jornal, que é também uma forma diferente de respeitar aqui o Parlamento, mas até facilitou-nos o trabalho.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta por aí!

O Orador: De qualquer das formas eu não tive tempo de ler, mas vou ler com atenção, mas o Sr. Deputado deixa ali umas indiretas, tenta lançar para o ar alguma confusão. **Deputado António Almeida (PSD):** Indiretas!

O Orador: Eu devo dizer que aquilo que o Governo procurou fazer desde o início foi por um lado, acautelar os interesses dos agricultores, dar respostas imediatas e ter soluções simples, eficazes e que fosse possível controlar.

Naturalmente antes de tomar essa decisão, não vou negar que pensei e refleti em relação à aquisição de alimentos, ser de acesso a todos os agricultores, ou só aqueles agricultores que, digamos, foram afetados pela seca.

Mas na verdade e quando se fala em quase oito mil parcelas e a maior parte delas estamos a falar de parcelas do milho, sabe e tem consciência que para ir ao terreno verificar *in loco* essas oito mil parcelas, implica muito tempo despendido, muitos técnicos e que naturalmente nenhuma estrutura, em nenhum governo do mundo está preparado para dar resposta, num espaço de tempo, que seria necessário para tomar essa decisão.

Na verdade aquilo que o Governo fez, e acho que fez bem e que foi reconhecido pelos próprios agricultores e foi reconhecido também pelas associações, porque que nem todos os agricultores recorreram a essa situação, felizmente, porque há agricultores que têm as coisas organizadas de forma diferente, porque têm condições para isso e também têm terra disponível para isso, a verdade é que a situação correu bem. Correu bem porque nós definimos critérios de distribuição, em termos de número de efetivos por exploração e quantidades de alimentos por dia e a verdade é que a situação funcionou, está a funcionar e era importante. Nós não podíamos aguardar pelo fim de toda a avaliação das parcelas e só aí decidir. Isso já seria tarde demais e as consequências seriam muito pior para o setor. Daí que foram decididos a importação de 10 000 toneladas, numa segunda fase mais 10 000 toneladas e aquilo que acabei de dizer ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, foi que o Governo, na próxima semana irá reunir com a Federação Agrícola e vamos fazer uma avaliação e se necessário for, face também às perspetivas e àquilo que são os primeiros resultados que temos, que ainda são provisórios, da avaliação que nós

estimamos para a perda da produção do milho forrageiro, se for necessário o Governo dirá presente e tornará a tomar uma decisão, no sentido de apoiar os agricultores para as percas que têm, que são efetivas e são reais.

Tive oportunidade de visitar algumas parcelas com a comunicação social e outras sem comunicação social e de fato há zonas de S. Miguel, e na Ilha Terceira também, que a situação é a situação dramática, na verdade. Daí que se justificou a resposta rápida por parte do Governo.

Portanto, esses apoios, aquilo que já foi atribuído está estimado ou representa 1.2 milhões de euros, estamos a falar em cerca de 600 mil euros por cada 10 000 toneladas.

Porquê a concentração nas organizações de produtores? Na verdade a forma de nós podermos controlar melhor, de forma a termos um sistema mais simples e é um sistema que está a funcionar bem, não tenho tido queixas. Na verdade, no início houve alguma perturbação, mas neste momento as coisas estão a funcionar.

Em relação à produção de material fibroso, a opção foi só produções locais, nós controlamos a qualidade, gera-se negócio na economia local.

Portanto, julgo que também me parece pacífico essas situações.

Em relação à questão do abastecimento da água, julgo que na minha intervenção e foquei muito a questão do abastecimento da água, que eu julgo que é a questão central, acho que a minha intervenção é clara, houve aqui um grande investimento no passado por parte do IROA, que criou sistemas de reserva, no caso concreto da Ilha Terceira e da Ilha do Faial e a verdade é que nessas duas ilhas nós não tivemos perturbações no fornecimento de abastecimento de água, agora neste momento é preciso avançarmos para outras ilhas. O caso de S. Miguel onde a pressão é maior, o número de animais é maior, há mais animais, há mais consumo e aí naturalmente neste momento já estamos concentrados em preparar projetos para captar água em linhas de água

que neste momento a água corre para o mar, o caso da Água D'alto, Ribeira de Alegria, nas Furna e também o Túnel dos Mosteiros, portanto são captações que nós vamos fazer com sistemas elevatórios e vamos colocar essas águas nos perímetros de Ponta Delgada, dos Arrifes, através das cumieiras, vamos também reforçar a Maia e Lomba da Maia que são zonas também de grande consumo e a zona de Vila Franca.

Portanto, com esses investimentos, alguns deles, ou pelo menos um deles já se iniciará no próximo ano, esperamos que a curto prazo vamos dar uma resposta cabal neste sentido.

Vou terminar por aqui, posso precisar de mais alguns minutinhos.

Deputada Mónica Rocha (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Já aprendeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretário, Srs. restantes Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional reparou que hoje publiquei, terça feira, um artigo no jornal, na imprensa regional, mas não reparou na passada semana que eu republiquei um artigo sobre a questão da água que já tinha 14 anos.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não convinha!

O Orador: Portanto, isso é que denota que quem vem acompanhando as questões e as preocupações estruturais da agricultura, já o faz há muitos anos.

Naturalmente, que o Sr. Secretário Regional, como responsável, não era responsável pela política agrícola regional nessa altura, mas fi-lo com o propósito de fazer crer e de perceber que as questões estruturais não podem ser resolvidas em cima do acontecimento, na urgência e na emergência.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Não foram!

O Orador: Portanto, o nosso contributo e o meu contributo é para ir um pouco mais além. Importar alimentos ou subsidiar a aquisição de alimentos é naturalmente, havendo recursos, a solução fácil.

Nós no plano teórico até podíamos ter vacas dos Açores, sem produzir nada nos Açores, portanto não é esse, parece, nem o objetivo, nem o modelo em cada uma das nossas ilhas.

Vamos um bocadinho mais a fundo, Sr. Secretário Regional, relativamente à questão da seca e depois ao abastecimento de água agrícola, para lhe dizer o seguinte: há distinção entre ilha. S. Miguel e Terceira, cada vez que a cadeia de valor é reduzida na produção de leite, de carne ou em qualquer outra produção agrícola, sempre que há perda de rendimento, ou quebra no rendimento, o que é que acontece? Intensifica-se, é a regra natural. Os produtores o que é que fazem quando o rendimento baixa? Procuraram otimizar o seu rendimento, intensificando a produção e intensificar a produção são: mais vacas por hectare, mais leite por vaca, maior número de bovinos de carne por hectare e, portanto, utilizar os recursos disponíveis, para potenciar ao máximo, digamos, a receita no final do mês e com isso minimizar a perda que tem na cadeia.

A grande interrogação que coloquei na minha intervenção e que volto a colocar, tem a ver com o modelo, tem a ver com o facto da Secretaria Regional, que gere recursos públicos e vai decidir sobre os investimentos no plano para 2019, dentro em breve, mas também no quadro plurianual dos Fundos da União Europeia, tem que precaver, tem que pensar não nas situações de seca ou nas situações pontuais, mas ter uma estratégia para cada uma das nossas ilhas, relativamente ao modelo de produção, porque os agricultores vão trabalhar com as regras que lhes forem disponibilizadas. Se houver fatores de produção mais baratos, se houver uma forma de ser competitivo num determinado modelo, é esse que eles vão seguir.

Se se achar que a cadeia de valor tem que ser diferenciada com entendimento entre produtores, indústrias e mercado, aí a estratégia é diferente, decidirá naturalmente o Governo que estratégia pretende seguir relativamente a esta matéria e não vamos colocar aqui a questão da gestão ser feita, com base ou não, numa situação de uma situação de uma alteração climática, mas é verdade que a tendência a existir, ela vai prejudicar os agricultores, em circunstâncias anormais, de forma muito especial em algumas ilhas.

Portanto, é preciso ter isso em conta porque atribuir os apoios são legítimos, são precisos e são circunstancialmente fundamentais para evitar a falta de alimentos, nesse caso é a falta de alimentos, nem sequer é só a questão do rendimento por via direta e, portanto, a Secretaria Regional se tem uma estratégia tem que pensá-la em termos de médio/longo prazo, avaliando esse modelo, mas fundamentalmente acrescentando valor à cadeia.

O Sr. Secretário referiu na sua intervenção a propósito da seca o crescimento na exportação, o crescimento na produção, não é disso que se trata, aliás vai crescer sempre que o rendimento cair, o que interessa aqui é acrescentar valor a cada fileira e a cada cadeia. Isso se se fizer vamos adequar o modelo a uma realidade diferente e vamos ter produtos que poderão ser remunerados noutros mercados e por outros consumidores de forma diferente.

Passando ao abastecimento de água, o abastecimento de água é um custo, é um fator de produtor, é um custo de produção.

Eu gostaria de dizer aqui que o setor agrícola, no contexto dos diversos setores económicos na Região, o setor agrícola é aquele que tem mais empresas, sem abastecimento de água nas explorações.

Portanto, isso releva claramente ao longo dos últimos anos, a falta de investimento estratégico no abastecimento de água agrícola.

Percebo que a construção de lagoas artificiais de novas captações, de impermeabilização de lagoas, é importante, mas é por uma rede intermédia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Aprenda, aprenda!

O Orador: Cada vez que se criou um ponto de abastecimento de água para os agricultores está a minimizar-se o impacto da falta de água, mas não está a resolver-se o problema, porque o agricultor continua a ter que investir no Prorural para comprar tratores, equipamentos e cisternas, para fazer ele próprio o transporte de água.

Deputada Mónica Rocha (PS): Mentira! Mentira!

O Orador: Ora, isto não é resolver o problema de forma estrutural no século XXI.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal “carrete”!

O Orador: Quando o Sr. Secretário acabou de dizer que vai disponibilizar agora um milhão e meio de euros, para os agricultores investirem na sua exploração, na recolha da água e no armazenamento está a desresponsabilizar-se daquilo que o Governo tem que fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Mónica Rocha (PS): Mentira!

O Orador: O Governo tem é que colocar água nas explorações, tem que investir na captação, na gestão, no armazenamento e não passar para os agricultores o ónus daquilo que é o investimento estrutural e público, porque qualquer empresa precisa de acessos, abastecimento de água e eletrificação. É esse o caminho que a agricultura tem que percorrer nos Açores, porque o problema no futuro não é agricultura, é desenvolvimento rural, tudo o que for infraestruturado em termos agrícolas, não vai servir apenas as explorações, mas vai servir famílias de agricultores e investidores que no meio rural podem potenciar outras atividades e ao fim e ao cabo melhorar a rentabilidade das explorações e não só.

Se não houver essa visão em termos de investimento estratégico da parte do Governo, não vamos chegar lá e já vamos ter o Plano, dentro em breve, a ser discutido aqui e vamos ver onde e que o Governo vai colocar lá a dotação necessária.

Vou lembrar Sr. Secretário, estamos aqui a falar de uma quantidade de investimentos e de opções que já estão planeadas há muito tempo e agora eu pergunto: então em 2017 o Governo Regional não executou 17 milhões de euros do Plano?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional no projeto “Modernização das explorações agrícolas”, onde agora vai lá socorrer-se para financiar tanto a importação de alimentos, como superar a quebra dos milhões, é o que está nas portarias identificado, vai socorrer-se dos fundos da modernização das explorações agrícolas e em 2017 não executou 7 milhões e meio desse projeto. Então em que é que ficamos? Então havia a inscrição, havia dotação e depois não executou?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pois é!

O Orador: Não executou em matéria estruturais, abastecimento de água, caminhos e eletrificação? Vai fazê-lo agora porque estamos a falar em seca?

Deputada Mónica Rocha (PS): Investiu sim senhor!

O Orador: Portanto, há aqui uma incoerência muito grande da sua parte, já no âmbito da sua gestão e não dos seus antecessores que é preciso rever.

Ainda relativamente à rede de abastecimento de água, gostaria de lhe dizer o seguinte, a questão das competências nos investimentos e na gestão.

Ainda na passada semana, no âmbito da audição ao IROA, ficamos confusos relativamente a competências e temos que clarificar isso, porque quando o IROA diz que a maior parte da coleta, do reportamento da água e da sua gestão

está na mão dos municípios, que o IROA não tem competências nessa matéria em termos e gestão, eu pergunto: não tem competências na gestão da água, mas agora está investindo uma rede na bacia leiteira de Ponta Delgada, em que o IROA é que vai gerir essa rede. Em que é que ficamos?

Deputado Paulo Parece (PSD): À deriva!

O Orador: A gestão é ou não é da Administração Pública Regional, no âmbito das competências do Governo?

Bom, é preciso clarificar, investimentos: se os municípios é que têm responsabilidade em investir na captação da água e na monitorização e inventariação das nascentes, então nos fundos comunitários, no próximo Quadro Plurianual, é preciso contabilizar fundos para que os municípios possam fazer essa tarefa e disponibilizar águas aos agricultores e não terem que recorrer a outros fundos que já são escassos para as tarefas que os diversos municípios têm que fazer.

Portanto, repare, estamos aqui a falar de uma estratégia de fundo, olhando para o futuro e não na eminência de resolver problemas dos agricultores, aliás, é triste vermos o Sr. Secretário Regional numa peça do telejornal ao lado de uma lagoa vazia, com caminhões dos bombeiros a disponibilizar água para essas lagoas e ter uma fila de tratores (já não foi visível nessa peça) de agricultores com tratores e cisternas a fazer o abastecimento de manhã e ao final da tarde, nessa mesma lagoa.

Isto não é século XXI, Sr. Secretário Regional, isto é a emergência das emergências!

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, isso chama-se não pôr o dinheirinho, nem pôr de forma estratégica, promover os investimentos que são necessários a resolver aquilo que é uma questão estrutural.

Portanto, é preciso clarificar as competências e dotar as entidades que vão ter essas responsabilidades de fazê-lo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Para finalizar, o Sr. Secretário não respondeu.

Pagamento dos apoios: é importante, estamos numa situação de emergência, é importante que os pagamentos às organizações de agricultores e às fábricas, que vão ao encontro daquilo que o Governo solicitou, que os pagamentos sejam feitos este ano, portanto os operadores têm que receber do Governo, porque foi uma situação de emergência, deduziram na fatura o valor que o Governo decidiu abater na produção e na importação desses alimentos e portanto o Governo tem que pagar o que se comprometeu até ao final do ano.

Eu queria uma resposta evidente, Sr. Secretário, relativamente a essa matéria.

Ainda relativamente à avaliação dos milhos, que disse que agora na próxima semana é que procederá a essa avaliação, gostaria de saber se já tem um valor por hectare a atribuir à perca de milhos forrageiros nos Açores e também relativamente a esta intervenção, que os agricultores é que vão arrecadar com ela, se está aqui assumido ou não o pagamento desses prejuízos ou da compensação ou minimização desses prejuízos durante 2018 e não empurrar com a barriga para a frente, senão continuamos a ter não execução e problemas do passado e eles vão perdurar em 2019, se Deus quiser e o Sr. Secretário Regional também.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições que ficarão para depois do intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero reconhecer a seriedade da resposta do Sr. Secretário da Agricultura, que de facto reconheceu que os reservatórios que eu referenciei não estão a funcionar, não têm água, estão secos. Que há um deles que está a funcionar, que é o da Cova Vermelha, mas que é de difícil acesso e é necessário utilizar veículos de tração a quatro rodas. Isto é a pura das verdades!

A questão é a seguinte, vejam bem: num período de seca, em que é evidente esta questão desde maio, junho, julho até agosto, a captação de água, quer nos reservatórios de água para a agricultura, quer nas lagoas artificiais continuou a ser feito. Uma irresponsabilidade! Ainda por cima no contexto que a ilha estava a enfrentar. É uma irresponsabilidade!

O Sr. Secretário diz: “Bom, mas a responsabilidade é da Câmara municipal!”. Sim, mas é necessário que exista da parte do Governo uma monitorização em relação a este assunto e que possam ser ouvidos, diretamente, por exemplo, os agricultores que possam descrever a situação difícil que estão a enfrentar, porque existiam ou não alternativas para que a obra continuasse? Existiam, tanto é que desde meados de agosto que a captação de água está a ser feita no

mar. Esta é que é a solução! Fica mais caro para a empresa? Fica! Fica mais caro para a empresa, mas a empresa recebeu por parte do Governo Regional, dez milhões de euros, para fazer a obra ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Escândalo!

O Orador: ... e não incluía o fornecimento de água nestas questões e não incluía que esse fornecimento de água pudesse afetar os recursos hídricos da ilha, como afetou. Portanto há aqui um elemento de irresponsabilidade.

Também devo dizer, para terminar esta terceira intervenção, dizer o seguinte: além da questão da seca, para além do abastecimento de parte da empresa de milhares de litros por dia, além disso também existiam reservatórios que não funcionavam e outros que estavam por reparar.

O que eu pergunto é o seguinte: esta questão não foi descrita pelo gestor do sistema, ou seja, pelo Presidente da Câmara Municipal, por exemplo, ao IROA? O Sr. Presidente do IROA o que disse na Comissão de Inquérito é que não, que não tinha notícia da questão e destas restrições todas e talvez isso explique por que é que em 2017 o IROA gastou, sabem quanto, por ilha? Em S. Miguel, 900 mil euros. Sim, é necessário e até é necessário muito mais; na Terceira, 533 mil euros; em S. Jorge, 236 mil euros. São despesas que são necessárias, é necessário até incrementar as intervenções do IROA. Mas sabem quanto é que foi na Ilha do Corvo? 119 euros. 119 euros, com reservatórios que estão por funcionar e com o abastecimento neste momento tem todas as dificuldades que acabei de descrever.

Sabem o que é que está previsto para 2018? Intervenções em todas as ilhas, menos na Ilha do Corvo. O IROA prevê intervenções em todas as ilhas, menos na Ilha do Corvo.

Eu penso que a situação está bem descrita.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

De facto, nós não negamos, são necessárias respostas imediatas às contingências que se impõem e neste caso da seca e das consequências na atividade agrícola, agora também faltam e na nossa perspetiva esse é um aspeto fundamental, que são políticas estruturais e quando falamos em gestão da água, mais uma vez recorro que está mais do que na altura, de termos um plano estruturado.

É verdade que o Governo Regional assumiu essa necessidade no passado mês de julho, mas estamos a falar do mais antigo plano setorial da Região que está sob maneira desatualizado, aliás de tal forma desatualizado que se tivermos em conta o final do seu prazo e o início da sua elaboração, distam sete anos e poderão distar até oito anos até à sua conclusão, o que daria para por exemplo fazer mais ou para entrar em vigor mais um Plano Regional da Água. Portanto, trata-se de um plano que está desatualizado e que a nós, BE, e aos açorianos e açorianas interessa saber o porquê desta desatualização numa Região que precisa da sua água, não só para consumo doméstico, mas principalmente para o consumo agrícola que é um ramo da atividade económica que requer uma utilização de água muito mais intensa do que o consumo doméstico.

Ora, lembrando e voltando ao atual Plano Regional da Água, aquele que está em vigor, apesar de desatualizado e tendo em conta que houve uma avaliação intercalar, aliás, prevista e realizada em 2011, salvo erro, de acordo com essa avaliação, as perdas na rede de abastecimento eram um problema.

A pergunta que eu tenho para fazer é: se esse é um problema também que se verifica no abastecimento de água à agricultura, já que em 2000 essas perdas representavam 30% e em 2005, 54%, gostaríamos de saber se essas perdas estão quantificadas no setor agrícola?

Outra questão tem a ver com as metas que foram definidas no atual Plano Regional da Água.

Ora, se virmos as metas definidas para 2021, verificamos que em 2021 era expeável que 50% das explorações agropecuárias estariam cobertas por redes de distribuição própria.

A pergunta que eu tenho para colocar é: neste momento qual a percentagem de explorações agropecuárias que estão cobertas por redes de abastecimento próprias?

Ainda sobre a avaliação intercalar ao Plano Regional da Água, nessa avaliação que já foi feita há alguns anos, estamos a falar de uma avaliação já com alguns anos, apenas 2% das entidades do setor agrícola admitiram a reutilização de águas residuais tratadas para a atividade de rega. Atualmente que percentagem de atividades do setor agrícola reutiliza essa água?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir o Sr. Deputado, pela voz do PSD, percebe-se que continua a teimar e a afirmar que o Governo dos Açores não tem estratégia de fundo, que não tem uma estratégia a médio e longo prazo, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): E não tem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E demonstrou!

A Oradora: ... falando em fundos, falando em falta de investimento e que já acompanha esta matéria já há 14 anos atrás.

Pois muito bem, recuemos no tempo e podemos ver que em 1996 nós tínhamos nos Açores zero explorações com disponibilidade de água; em 2007 nós passámos para 2600; em 2018 temos por volta de 3 600.

Deputado Bruno Belo (PSD): E em 1700, quantos tinha?

Deputado Paulo Parece (PSD): E no tempo dos Descobrimentos?

A Oradora: Isto demonstra mais uma vez o claro investimento e o crescendo investimento nesta matéria.

O senhor também ignora e esquece de referir que nós somos também a Região que melhor executa, que tem melhor percentagem de execução de fundos comunitários.

O que o senhor também ignora, e aqui é importante referir, é um conjunto de factos e documentos que eu não sei se é intencionalmente ou não, ou não quer ver e assumir que este assunto está sim na agenda e na ação deste Governo.

Mas assumindo que não foi intencional, vou enumerar alguns que comprovam isso mesmo, ora vejamos:

Em vigor nós temos o Plano de Gestão de Região Hidrográfica dos Açores, com vigência de 2016 a 2021;

Nós temos a entrar para análise em Comissão, o plano regional para as alterações climáticas, que já esteve em análise a pública e que não surge só agora porque o Sr. Deputado decidiu debater este assunto;

Nós temos também o relatório do setor da agricultura e florestas que consubstancia as principais necessidades e linhas de ação dos diferentes setores em matéria de seca, precipitação excessiva, qualidade das águas, disponibilidade, entre outras;

Nós temos também o plano regional e a lei da água que salvaguarda em segundo lugar o fornecimento da água às principais atividades e mais relevantes na Região e neste caso é o setor agrícola;

Nós temos também os contributos da PAC pós 2020, que refletem a necessidade e aqui é muito importante reforçar, as políticas orientadas também nesta matéria, realçando a necessidade de orientar cada vez mais todos os setores para uma melhor gestão, para um aproveitamento dos recursos naturais disponíveis,

para a implementação de culturas e modos de produção e produtos direcionados para métodos mais amigos do ambiente que diminuam a pegada ambiental; Esta proposta também veio colocar por outro lado a aposta no crescimento dos setores na vertente da qualidade e não tanto na quantidade, para que assim se possa efetivamente conquistar mais valor e devolver mais rendimento aos nossos produtores, enfim ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto tem tudo a ver!

A Oradora: Aqui, nós acabamos e terminamos porque julgo que este debate tem um potencial muito superior e nós temos bem mais contributos, só que estamos confinados a uma determinada necessidade que o PSD tem de tirar dividendos políticos da desgraça dos produtores e isso para nós é de mau tom e nós não compactuamos com essa postura.

Deputado Paulo Parece (PSD): O papel a que se presta! Não disse nada! Foi um discurso desadequado, está na estratosfera!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Tem agora a palavra Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate porque se trata de uma questão específica da área da agricultura, mas tendo sido levantado aqui as questões por parte do BE ao nível do Plano Regional da Água, julgo que é importante aqui relembrar algumas situações.

O Plano Regional da Água existe e é o que está em vigor, obviamente, no entanto é preciso ter em conta que a Diretiva Quadro da Água, 2015, refere

especificamente a necessidade de implementação de planos de gestão de recursos hídricos ou das regiões hidrográficas no País.

Nos Açores nós apesar de termos o Plano Regional da Água datado de 2003, já tivemos o Plano da Região Hidrográfica dos Açores 2015 e temos em vigor o Plano da Gestão da Região Hidrográfica dos Açores de 2017, ou seja, é um Plano que transpõe em modo de gestão dos recursos hídricos aquilo que espelha o Plano Regional da Água e aquilo que diz a Diretiva Quadro da Água.

O plano de gestão da região hidrográfica dos Açores, ou melhor, os planos de gestão das regiões hidrográficas no País, tem vindo nas várias regiões substituindo os planos regionais da água, ou seja, há muitas regiões no País que deixaram de ter planos regionais da água e passaram a ter os planos das regiões hidrográficas. No entanto estes planos de gestão tem, em nosso entender um aspeto que deve ser contemplado, que tem a ver com a parte económica e financeira previsto em plano, os planos de gestão não tem essa componente, por isso o Governo Regional, e bem, decidiu atualizar o seu Plano Regional da Água porque terá essa componente económica e financeira mais evidente e será mais abrangente e procederá à gestão dos recursos hídricos de uma melhor forma.

Também é preciso não esquecer que o plano regional das alterações climáticas que não existe ainda, também não está a começar agora a ser trabalhado, já existia uma estratégia para a gestão das alterações climáticas nos Açores desde 2003 que andamos a ter reuniões, existem a nível nacional grupos em que os técnicos aqui da Secretaria Regional do Ambiente participam ao nível das alterações climáticas, portanto isso é um caminho, isso não aconteceu, as alterações climáticas não existem de dum dia para o outro e a gente agora é que se lembrou, só porque deixou de chover ao longo dos últimos anos, de fazer o plano regional das alterações climáticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não. Houve quem se lembrasse nesta casa! Trouxemos a esta casa e os senhores desprezaram! Já está esquecida!

A Oradora: Também gostava de dizer que aquilo que nós temos publicamente foi os documentos da consulta pública, do plano regional das alterações climáticas e é preciso não esquecer que existe especificamente um capítulo sobre a agricultura e florestas, que tem medidas não só do abastecimento de água à lavoura, mas também outras medidas ao nível da florestação, por exemplo, ou do coberto florestal, que são importantes para a manutenção dos recursos hídricos.

Existem também capítulos específicos para a gestão dos recursos hídricos em termos globais.

Também existem na Região outros planos relacionados com os recursos hídricos, como por exemplo o plano regional de riscos e inundações que também é importante para os Açores.

Também gostaria de dizer que, segundo também os documentos que serviram de consulta pública ao plano regional das alterações climáticas, existe ainda na Região, uma quantidade muito considerável de disponibilidade hídrica, para fazer face às necessidades atuais, ou seja, os consumos são ainda muito inferiores à disponibilidade hídrica estimada nas nossas ilhas,

É claro que não se pode estar a fazer furos de água, ou captar todos os aquíferos que existem na Região, isso tem a ver com a boa gestão da água, não se vai começar a retirar a água toda, tem que se ir gerindo esses aquíferos.

É preciso implementar outras medidas também que o Governo Regional tem feito ao nível da agricultura, nomeadamente ao nível dos tanques, ao nível dos tanques de abastecimento à lavoura, da captação das ribeiras, ou das águas superficiais, portanto todas essas questões são importantes ter em conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está tudo no papel!

A Oradora: Também gostaria de referir que ao nível também dos documentos da consulta pública que todos os interessados tiveram acesso, que esteve disponível na página da internet, existe um conjunto de medidas, no próximo plano regional das alterações climáticas, ao nível por exemplo da redução dos impactos ao nível da poluição difusa das massas de água, que tem a ver especificamente com a aquicultura, a promoção de aplicação de boas medidas de carácter agroambiental, a redução dos focos de poluição, o controlo de espécies exóticas, ou seja, há uma data de medidas que mais para a frente quando tivermos falar e trabalhar, certamente em Comissão trabalharemos sobre este plano, poderemos explorar mais e trabalhar mais a fundo nestas áreas.

Por agora era só, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, está o Governo Regional a ponderar outras ajudas aos agricultores para colmatar a situação grave, de seca, causada na Ilha das Flores? Ou seja, devido à seca os agricultores fizeram três vezes menos silagem do que faziam em anos anteriores, alimento este que não é suficiente para os meses de inverno para dar alimento aos animais.

Está o Sr. Secretário Regional a ponderar alguma ajuda de aquisição de alimento durante os meses de inverno para a Ilha das Flores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é verdade que o acesso da estrada que o Sr. Deputado falou não é o mais adequado, mas no corvo os agricultores têm algo de muito importante, sentido de interajuda.

Para além do trator que a Associação Agrícola disponibilizou e que o Sr. Secretário já falou sobre isso, o Sr. Deputado sabe que não só neste caso de falta de água, mas noutras situações, existe a interajuda entre todos.

Sabe muito bem, Sr. Deputado, quando se faz o embarque do gado, ou então quando vão à procura de gado do baldio, ajudam-se entre si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então para que é o Governo?

O Orador: Existem aqueles que têm as carrinhas 4x4 e existem aqueles que ainda utilizam motocultivadores, mas existe sempre ajuda entre todas.

Em relação às perguntas que me fez, embora a interpelação seja para o Governo ...

Deputado Carlos Silva (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... nunca disse na minha intervenção que era falso que a água foi utilizada pelos empreiteiros, aliás admiti o seu uso quando disse que estava a ser feita uma das maiores obras da Ilha do Corvo, o alargamento e crescimento do Porto da Casa...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... são mais de 10 milhões de euros só nesta obra, para não falar em todos os outros milhões que estão a ser investidos na nissa ilha.

Queremos obras ou não queremos?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos investimentos ou não queremos?

Todas nós sabemos que par haver obra feita, existem condicionalismos e transtornos Sr. Deputado.

Para terminar, e isso é que importa dizer, a situação está a ser ultrapassada, a Lagoa já está com mais água, porque felizmente choveu e mais uma vez se

provou que os agricultores corvinos ultrapassam as adversidades ajudando-se mutuamente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava, tal como a Sra. Deputada Bárbara, para intervir neste debate, mas fez-me ela lembrar e bem a questão das alterações climáticas e, portanto, gostaria de lembrar nesta Casa que em 2014, foi aqui apresentado um Projeto de Resolução, pelo então Deputado Félix Rodrigues que tinha como título “Mitigação e adaptação às alterações climáticas globais” e que foi aprovado nesta Casa. Tinha vários pontos e um deles ...

Deputado Francisco César (PS): Quem foi o Deputado!

O Orador: Félix Rodrigues! António Félix Rodrigues!

Não sei se se lembra, ...

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: ... aliás perseguido por Vs. Exas. agora por ter opinião é perseguido por Vs. Exas. agora.

É contaminação de solos, negada por Vs. Exas. negligentemente que levaram oito anos para aceitar a verdade de um ambiente que destruíram negligentemente.

Os senhores que o apoiaram, esse senhor que está aí ao seu lado e outros senhores, que era Secretário ali da Presidência, do anterior Governo ...

Deputado Francisco César (PS): Não venham com argumentos do tempo dos Felícios!

Presidente: Srs. Deputados vamos centrar-nos na questão que está aqui em debate.

O Orador: Portanto foi e é um crime ambiental que os senhores fizeram na Ilha Terceira e agora quem o denunciou em liberdade e em investigação científica, os senhores perseguem e atacam, ...

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... na ditadura socialista que agora vinga na Região, depois do vosso Congresso.

Deputado Francisco César (PS): A justiça é comparada com perseguição! É rigorosamente verdade, Sra. Presidente

O Orador: Sra. Presidente, fui provocado, tive que ouvir.

Portanto, há alterações climáticas, onde tinha várias sugestões e uma delas era exatamente a gestão da água, Sra. Deputada Bárbara, como se lembra, e bem, foi aqui aprovado.

O problema é que os senhores nunca implementaram nada disto. Zero! Desta Resolução aprovada aqui, zero! Isto é que é vergonhoso, esta Casa aprovar iniciativas e o Governo metê-las na gaveta. É o chamado veto de gaveta às propostas do Parlamento que devia ser cada vez mais o primeiro órgão da autonomia, cada vez mais num sistema parlamentar como é o nosso e é cada vez mais desprezado pelo Governo Regional dos Açores.

Sr. Deputado Iasalde, também não posso deixar de lhe dizer uma coisa, não vim a este debate por este motivo, mas já que V. Exa. falou também gosto de o prezar quando fala e, portanto, dizer-lhe o seguinte: a água, Sr. Deputado, é um bem público, não e para fazer negócio, nem ser cedida a empresas para fazerem negócio e ganharem dinheiro. A água é um bem público e como tal deve ser respeitado e como tal deve ser tratado e não há protocolos para se vender água ou ceder água para empresas privadas ganharem dinheiro com um bem público. Esse é que é o problema, porque há métodos para fazer obras, para fazer

tetrápodes, iam buscar água do mar que tem que ser tratada como se faz em todos os sítios, não se usa água pública para fazer tetrápodes, Sr. Deputado, isto é também um crime, usar água pública para fazer tetrápodes.

É claro que vem justificar: “É a maior obra! É a maior obra!”. Bom, eu nem quero imaginar se começassem a fazer maior obra, os senhores secavam as ilhas, com o mar à volta.

Portanto, o senhor também como Deputado tinha a obrigação de ter denunciado essa situação e nunca o fez.

É verdadeiramente desajustado que já em maio prevendo-se que a seca se ia agravar (em maio!), o Presidente da Câmara tenha continuado a deixar extrair água, em junho, em julho e em agosto, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, a provocação veio dali!

O Orador: Em junho, em julho e em agosto!

Portanto esse é um comportamento que deve ser condenado. É um comportamento condenável e reprovável. É a falta de respeito pelo bem público! É a falta de respeito por um bem essencial à vida! Não morreu nenhum animal, vá lá, que não morreu nenhum animal, podia ter morrido.

Portanto é desajustado, foi negligente, a gestão da água na ilha do Corvo e que podia ter consequências gravosas se a seca tem continuado. Vá lá, que há quem tenha fé e choveu e resolveu o problema, a lagoa já tem um bocadinho de água.

Mas agora já pode a empresa ir ao mar buscar água, enquanto teve o sorvedouro da água doce, foi o sorvedouro da água doce, isso é que é no nosso entender verdadeiramente desajustado, condenável e deve ter as suas consequências nessa matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Disse o Sr. Deputado Iasalde Nunes: “Bom, está a fazer-se uma grande obra!”. Eu devo dizer-lhe que essa grande obra foi aqui aprovada no Parlamento dos Açores, esse Projeto de Resolução foi que se fizesse a ampliação do Porto da Casa, por proposta do PPM.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, em relação a essa matéria estamos conversados, Sr. Deputado.

Agora, essa grande obra deve ser feita respeitando aquelas que são as questões ambientais e os recursos de água para os agricultores.

Deputado André Bradford (PS): Para fazer uma obra que é para todos!

O Orador: Mas tem alguma explicação, tem alguma racionalidade que num período de seca sejam retirados milhares de litros de água aos agricultores, aos agricultores da Ilha do Corvo, deixando vários reservatórios sem água, para que a obra esteja a ser feita por parte da empresa. Mas isto é admissível?! É admissível que sejam retirados 40, 50 mil litros por dia, para que depois os agricultores fiquem sem os reservatórios e diz-me o senhor assim: “Não há problema, porque nós vamos ajudar-nos todos!”. Não! Há muito problema porque foi utilizado um recurso que é de todos e que era sobretudo para os agricultores do Corvo e que foi utilizado indevidamente. Indevidamente, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): Para fazer uma obra que era para todos!

O Orador: Os agricultores não tinham que se ajudar uns aos outros, quem tinha que ajudar era o Governo Regional, cumprindo as suas obrigações e a Câmara

Municipal tinha obrigação de evitar que a água faltasse nos reservatórios agrícolas.

Sr. Deputado, essa é que era a ajuda que tinha que ser dada.

Deputado Francisco César (PS): Com a qual o senhor foi conivente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que esgotou o seu tempo para a sua participação neste debate.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de responder a mais algumas questões que me foram colocadas e outras que ficaram por responder.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, que fique claro que em relação aos valores que referiu só comprovam que a gestão da água na Ilha do Corvo, compete ao município e aquilo que tem sido contributo do IROA, tem sido no sentido de ajudar algumas recuperações e algumas manutenções que são necessárias fazer e algumas obras em termos de abastecimento de água.

Sr. Deputado Paulo Mendes em relação às questões que referiu e aquelas que lhe posso responder, gostaria de dizer que algumas delas, não tenho essa informação, mas gostaria de dizer que a percentagem de explorações com água neste momento é superior já a 40%. É verdade que ainda estamos longe daquilo que seria o desejo do Governo, mas também é verdade que muito se evoluiu nas últimas duas décadas e que naturalmente daqui a duas décadas espero que o resultado seja completamente diferente. É para isso que estamos a trabalhar, é para isso que trabalhamos todos os dias, é para isso que a IROA também se esforça.

Agora, é preciso também notar, a dimensão das nossas explorações, o nosso desenvolvimento do território também não ajuda nesse sentido, mas de qualquer

das formas hoje há uma grande parte das explorações agrícolas que têm água disponível.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, em relação à questão que colocou, há um entendimento da Direção Regional da Agricultura e com a Associação de Agricultores, se o inverno for rigoroso, naturalmente o Governo está disponível para ajudar tanto mais que nesta fase os agricultores das Flores só consumiram menos de 25% daquela que era a quota que estava disponível.

Deputado Marco Costa (PSD): Não existe fornecimento!

O Orador: Sr. Deputado António Almeida e em relação ao modelo de produção é sempre legítimo que os produtores queiram deduzir mais e que sejam mais eficientes ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Urgente e necessário!

O Orador: ... e isso também julgo que é resultado dos investimentos que foram feitos, da modernização que foi incutida nas próprias explorações, na aposta na genética, na sanidade.

Isso resultou nesta vontade e disponibilidade das estruturas em serem capaz de produzir mais.

No caso concreto da seca que atravessamos este ano, eu não estou em crer e não temos indicadores que assim o comprovam, que o aumento da produção, por exemplo de leite, que se registou de 3% até agosto, tenha a ver com mais animais. Não! Há menos vacas leiteiras. Se compararmos os abates registados este ano e o ano passado no mesmo período, há mais 15% de abates de vacas leiteiras, ou seja, houve também por parte dos agricultores uma reação que foi reduzir o seu efetivo, que contraria um pouco aquilo que era a teoria que estava a tentar construir.

Reforçar que não houve da parte do Governo e da parte da IROA desinvestimento no abastecimento de água. Os números assim comprovam, houve um esforço muito grande por parte da IROA, foram 55 milhões de euros

investidos, investidos em ramais, investidos em redes, redes integradas, investidos em reservatórios, agora naturalmente partimos de um patamar muito baixo e “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Deputado António Almeida (PSD): Não! Isso é verdade!

O Orador: É verdade que os orçamentos são limitados; é verdade que foi preciso acudir a outras situações importantes em termos de desenvolvimento do setor agrícola, o setor agrícola não se faz só pelas infraestruturas, é uma parte importante, agora também é verdade que demos um salto qualitativo muito, muito grande. Isso é inquestionável e o Governo está aqui presente, a trabalhar para melhorar esses indicadores e cada vez ter mais agricultores com água disponível nas suas explorações.

Agora, isso não desresponsabiliza também aquilo que cabe aos agricultores e quando anunciei a medida de disponibilizar um milhão e meio para a construção de reservatórios, é no sentido de aproveitar águas das chuvas, porque sabemos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... que há muitas estruturas que têm condições para instalar reservatórios desses, para captar águas das chuvas que serve, por exemplo, para a limpeza, até com tratamento para os animais e isso resulta numa redução dos custos de exploração que o senhor defende e eu também defendo, portanto é uma medida de apoio ao setor, não é uma medida de responsabilização do Governo.

Deputado Paulo Parece (PSD): Tem que gerir melhor o seu tempo! Tem que fazer como fazia antes!

O Orador: Dizer também - Sra. Presidente, mesmo a terminar, dê-me essa atenção porque é uma atividade importante para a Região – que aquilo que foram as medidas anunciadas pelo Governo não vai ter qualquer interferência

com o Plano de Investimentos da Região para o próximo ano, como será comprovado aqui.

Deputado António Almeida (PSD): Cá estaremos!

O Orador: Naturalmente aquilo que o Governo pretende é pagar, quer aos agricultores, quer às cooperativas no mais rápido espaço de tempo, ...

Deputado António Almeida (PSD): Quando?

O Orador: ... sendo certo que as avaliações ainda estão a decorrer, prevejo que só no início do próximo ano seja possível pagar aos agricultores.

Deputado António Almeida (PSD): Só?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Governo Regional já esgotou o seu tempo, a minha tarefa fica muito dificultada porque interessava-me questionar o Sr. Secretário acerca, não só do Plano Regional da Água, como tenho feito até agora, mas também interessava-me antecipar um pouco, aquele que será um debate que será feito nesta Casa, que tem a ver com o Plano Regional para as Alterações Climáticas e que terá impactos, claro, certamente na atividade agrícola.

Agora, uma das questões que gostava de colocar, que depois o Sr. Secretário poderá dar-me a resposta informalmente, tem a ver com a origem dos seus números, nomeadamente quanto à percentagem de explorações agrícolas que neste momento têm rede de abastecimento próprio.

Ora, na preparação desta interpelação tive enormes dificuldades em encontrar dados, dados não só sobre a atividade agrícola que existem, mas são escassos e aiada mais escassos são, senão mesmo inexistentes no que diz respeito entre a gestão da água e a atividade agrícola, são mesmo muito escassos, os dados

resumem-se àqueles que foram enunciados pelo Sr. Secretário na sua intervenção final e a pergunta que tenho para lhe fazer é: onde é que posso encontrar os dados que permitiram ao Sr. Secretário concluir que 40% das explorações agrícolas neste momento estão servidas por rede de abastecimento de água própria?

Bem, antecipando um pouco aquele que é o debate que será feito nesta Casa sobre o Plano Regional para as Alterações Climáticas e já indo àquele que é o conteúdo da proposta que neste momento está em Comissão nesta Assembleia, às páginas tantas, deparamo-nos com um cenário que é tudo menos animador para a atividade agrícola e principalmente para uma atividade agrícola da Região que se quer distinguir pela diferença e aqui a diferença tem a ver com a melhor qualidade ou maior qualidade dos nossos produtos agrícolas.

Ora, a maior qualidade dos nossos produtos agrícolas tem a ver com a qualidade da nossa pastagem e o Plano Regional para as Alterações Climáticas, identifica essa como uma das grandes ameaças, ou seja, a degradação da qualidade das nossas pastagens e que tem a ver com uma tendência a médio e longo prazo de redução da precipitação entre 10 a 20% no mês de março, à exceção do Pico em que essa redução máxima ocorrerá em junho.

A pergunta era que medidas estão pensadas, por este Governo Regional para evitar a degradação da pastagem resultante dessa quebra na precipitação que a curto prazo será ao contrário, teremos períodos de maior precipitação a curto prazo, mas a médio e longo prazo isso será cada vez mais raro e iremos fazer face a períodos longos de seca.

Por falar em períodos de seca se calhar está na altura de o Governo Regional começar a elaborar de imediato planos de gestão de seca por ilha. Para quando é que teremos esses planos de seca por ilha?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu informo a câmara que se encontra nas galerias a Sra. Humberta Bettencourt, da vizinha ilha do Pico, antiga Deputada desta Casa, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrita e dou a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, não era para intervir novamente nesta matéria, mas tendo em conta a afirmação, o relembrar da aprovação nesta Casa da Resolução de 2014, do CDS, que eu me lembro perfeitamente, gostaria de dizer que através da Resolução do Conselho do Governo 109/2009, de 30 de julho, procedeu-se à criação da comissão para as alterações climáticas na Região Autónoma dos Açores, que decorreu, ou que fez com que houvesse a elaboração da estratégia para as alterações climáticas na Região e também dizer que a Resolução de Conselho e Governo de 2011, de 19 de outubro, procedeu à aprovação da estratégia para as alterações climáticas, que teve um parecer positivo do CRADS, e portanto só depois é que veio a Resolução do CDS, que muito bem veio reforçar aquilo que tinha sido já uma estratégia implementada pelo Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Salvo seja a Resolução, Sra. Deputada!

A Oradora: Também dizer que esta estratégia de alterações climáticas, vai conduzir à aprovação nesta Casa certamente, ou pelo menos à análise do Plano Regional da Alterações Climáticas que o Governo desenvolveu ao longo do último do último ano e meio, dois anos e que já esteve em consulta pública, em

dezembro de 2017, o que quer dizer que durante o ano de 2015 e 2016, esteve a ser elaborado e bem elaborado, no nosso entender.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estranhei que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, não tivesse aproveitado o intervalo nesta Casa para ligar ao Sr. Vice-Presidente e garantir as disponibilidades financeiras numa situação de emergência.

Gostaria de lhe deixar nota de que uma situação de calamidade em termos do Plano e do orçamento deve ter um tratamento próprio e não pôr em causa os procedimentos e os investimentos normais para um setor tão importante, como o setor agrícola e acabamos por reparar agora que o Sr. Secretário Regional numa situação de emergência que identificou em tempo útil como emergente, dando nota de alguma imprevisibilidade relativamente ao que se iria passar no futuro, acaba de anunciar nesta casa que “empurra com a barriga para a frente”, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o compromisso com as organizações de produtores e com as fábricas que produzem os alimentos para os bovinos leiteiros e de carne e também, espanto meu, relativamente ao apoio aos agricultores, ou seja, serão os outros, os privados, que vão aguentar a crise consequente da seca e não o Governo que anunciou, ligeiro e vezeiro que iria agir rapidamente a favor dos agricultores, arranjando um conjunto de instrumentos que entender, entendido e combinado com as próprias organizações para o efeito.

Portanto, está aqui evidente que o Sr. Secretário Regional afinal não tem recursos, empurra para o próximo ano a execução efetiva, a execução financeira

dos contributos que se comprometeu com os agricultores e com os operadores e que afinal continua a ser verdade que não executou em 2017 aquilo que era o previsto para o projeto de modernização das explorações agrícolas, como vai acontecer o mesmo em 2018, razão pela qual há um conjunto de medidas no âmbito do PRORURAL, que continuam a aguardar a abertura para satisfazer necessidades de investimento.

Portanto, estamos todos ao contrário: os agricultores vão continuar a necessitar de adquirir tratores e equipamentos para superar as ineficiências da responsabilidade pública.

Volto aqui a deixar nota: não ficou claro da sua intervenção que relativamente ao abastecimento de água, as competências ficam com quem?

Nós não sabemos a IROA em que é que vai intervir; as Câmaras Municipais, no âmbito da gestão e dos investimentos ao abastecimento de água agrícola, com que é que poderão contar; e a própria Secretaria Regional em que é que intervém, diretamente nessa matéria.

Portanto, vamos continuar com a maior parte das explorações agrícolas sem terem abastecimento de água e a terem um custo de produção elevadíssimo comparativamente com aquilo que seria o normal da atividade privada na agricultura.

Portanto, fica aqui evidente que a estratégia de médio e longo prazo não existiu, digo à Sra. Deputada que estou aqui a falar em nome da agricultura e dos agricultores, não quero, nem vejo que vamos capitalizar seja lá o que for, quando dizemos as verdades não vamos capitalizar nada, estamos a dizer a verdade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Nota-se!

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto isso é que custa: assumir que é verdade!

Estamos a falar de uma matéria que é prioritária. Nós sabemos que no Plano Regional devem existir prioridades e aquilo que são infraestruturas e responsabilidade pública do governo, merecem ser tratados como prioritário e quando há uma situação emergente, como o caso de seca, o Governo tem que assumir essa prioridade.

Diga-se de passagem, Sr. Secretário Regional, não é dando nota, se pediram à Comissão, através do Ministro da Agricultura a antecipação de 70% das ajudas, que o problema da seca fica resolvido. O ano passado as ajudas também foram antecipadas e no ano anterior e não havia situação de seca.

O rendimento dos agricultores não aumenta porque as ajudas normais são pagas dois ou três meses mais cedo. Isso não é verdade! Não resolve o problema do rendimento por essa via.

Mas também questiono: por que razão é que o Governo Regional, na boca do Sr. Ministro do Ambiente não recorreu ao fundo ambiental que procura dar resposta a esse tipo de necessidades? Não vimos da parte do Sr. Secretário nenhuma reação nessa matéria.

Desconhecemos até se junto da Comissão Europeia, atendendo à situação excepcional, se a própria Região, apresentou algum pedido de apoio específico e diferenciado para uma situação dessa natureza. Continuamos aqui sem saber com que linhas é que nos cozzemos, relativamente aos propósitos do Governo, quer em termos de investimento, quer apoio à emergência dos agricultores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Aquando da marcação desta interpelação, confesso que fiquei agradada porque efetivamente é uma temática que tem que ser discutida, é uma temática que tem

o potencial e merece o nosso respeito e merece também que tenhamos aqui um debate construtivo.

Para meu infeliz desagrado percebe-se que o PSD mantém a sua postura, não construtiva, de contributos, mantém a sua postura para retirar dividendos ...

Deputado Paulo Parece (PSD): A senhora não percebeu nada deste debate. Está a leste do paraíso!

A Oradora: Não seja ingénuo porque sabe muito bem que o fez!

... mas todavia com responsabilidade e com sentido de dever, nós queremos qui deixar bem presente, porque essa é que é a nossa responsabilidade, esse é o nosso dever e esta Casa tem a capacidade de servir de eco, de que as pessoas nos possam ouvir e que nós a partir daqui possamos mandar uma mensagem de esperança, de contributos válidos, de medidas que existem ao favor e ao serviço dos produtores e é isso que nós queremos deixar.

Deputado Paulo Parece (PSD): Para dizer “presente”!

A Oradora: Para isso mesmo nós estamos para mais uma vez e repetindo contribuir com mais e mais medidas para a mitigação das alterações climáticas. Cá estaremos para orientar e informar! Cá estaremos para alertar para a necessidade de gerir melhor as redes de água, de evitar e sensibilizar a população em geral e em específico do setor agrícola para as questões do desperdício deste bem precioso, quer estaremos para conduzir os nossos produtores numa necessária adaptação e reorientação das suas práticas diárias de produção, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É perca de tempo. A senhora não percebeu o debate!

A Oradora: ... tornando-as mais flexíveis às novas circunstâncias, práticas por exemplo como o cultivo mais tardio de milho, a adequação dos efetivos, a diminuição das percentagens de fibroses por outras culturas, uma melhor gestão dos fatores de produção externos e internos, no alerta para uma aposta mais

efetiva por parte dos produtores em armazenamento de água nas explorações, como foi dito pelo Sr. Secretário, e muito bem, no potencial que cada produtor tem nas suas explorações para, por exemplo, o conceito da multifuncionalidade agrícola, que diminui seriamente a dependência ou a sujeição a fatores alheios, como é por exemplo a seca e que acrescenta mais rendimento em atividades complementares, por exemplo, o agroturismo, entre tantas outras.

Para exponenciar também, por exemplo, e eu sei que o Sr. Deputado concorda com tudo isto, para exponenciar a economia circular no setor agropecuário, porque isto sim, são medidas que têm efeito a longo prazo e que também têm que ser trazidas para esta Casa, que têm que ser debatidas, que todas as associações, todas as pessoas com responsabilidade nesta matéria devem transmitir e trabalhar e exponenciar esta estratégia, enfim, tantas outras.

Isto sim é um debate construtivo e útil, isto sim é promover a mudança e as soluções que levem ao sucesso dos nossos agricultores, isto sim é ir ao limite dos nossos recursos para defender os interesses da agricultura, esta sim é a nossa responsabilidade e este sim é o sentido em que trabalhamos todos os dias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto sim é demagogia, Sra. Deputada!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isto sim é demagogia!

Deputada Mónica Rocha (PS): Vai levar com um protesto!

O Orador: Conhece bem a Sra. Deputada o conteúdo das minhas intervenções nesta Casa nos últimos dois anos e sabe o que pensa o setor, o que é que eu acho que é estratégico, o que é que eu acho que é necessário mudar e a cada discussão do plano anual, ganhamos aqui esperança de que deixemos a demagogia e passemos a executar efetivamente o plano.

Nós não temos nem execução financeira do Plano, nem execução material e o desafio que aqui deixo à Sra. Deputada e ao Sr. Secretário Regional, é que o próximo Plano para 2019, seja efetivamente um Plano que mude esse paradigma, da mentira, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Mentira de quem?

O Orador: ... do jogo escondido, dos investimentos que não acontecem, portanto é isso que é preciso tornar transparente. Não são documentos virtuais, nem documentos fictícios!

Deputado Paulo Parece (PSD): Nem demagogia!

O Orador: O que é necessário aqui é materializar.

A Sra. Deputada se faz diálogo com os agricultores e com as suas organizações sabe do que é que estou falando, aliás é dirigente de uma organização de produtores, portanto naturalmente quando fala aqui em nome desses produtores, eu não reclamo aqui que esteja a defender intenções partidárias, é dos agricultores.

É o que eu faço aqui a cada momento que intervenho, portanto, a Sra. Deputada o que tem que perceber é que continue a dialogar com os agricultores, como eu faço e verá que há aqui nos planos anuais, nos investimentos e na concretização das promessas muita demagogia, por isso é que as ajudas de emergência já só irão ser pagas no próximo ano. Isso mostra a evidência da emergência e que o discurso não bate certo com a realidade. Os agricultores vão se aperceber disso,

as organizações e as empresas que vão prestar um serviço ao Governo, aguardando até, digamos, ao limite do razoável, se calhar aquele que é o compromisso do Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim penso que posso dar por encerrado o debate.

O Governo como não dispõe de tempo não poderá fazer uma última intervenção.

Pergunto ao Sr. Deputado António Almeida se quer usar de algum tempo para encerrar o debate?

Não? Prescinde?

Sendo assim vamos também encerrar este ponto e regressamos às 15 horas para dar continuidade aos nossos trabalhos.

Um bom almoço a todos.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Cha ves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos, entrando agora no ponto 3 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro (Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)”**.

Os tempos são os do processo legislativo comum.

Neste caso o Governo e o PS, dispõem de 25 minutos;

O PSD, 20 minutos;

O CDS, 15 minutos;

O BE, 12 minutos:

As Representações Parlamentares do PCP e do PPM, dispõem de 10 minutos.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa essencialmente introduzir uma alteração no âmbito dos métodos de recrutamento para a Administração Pública Regional, passando a partir da sua aprovação, os métodos de avaliação para efeitos de recrutamento serem apenas dois: a prova de conhecimentos com

peso de 70% e a avaliação curricular com peso de 30%, permitindo em caso de situações muito específicas, dada a natureza das tarefas, introduzir uma prova de avaliação específica, que não poderá ter um peso superior a 20% do total, sendo esses 20% retirados na componente da prova de conhecimentos.

Por outro lado, esta proposta visa retirar qualquer carácter de subjetividade na avaliação no âmbito do recrutamento e definir claramente e em exclusividade que a prova de conhecimento e a avaliação curricular com estas ponderações que foram definidas são os métodos únicos de recrutamento e seleção dos recursos humanos para a Administração Pública Regional, que tem como objetivo, como referi, anular qualquer tipo de subjetividade nesse mesmo recrutamento.

Por outro lado, esta legislação, esta alteração legislativa do Decreto Legislativo Regional de 2008, aproveita também para, por um lado colocar sob a forma neste Decreto da terminologia do artigo que já consta do Orçamento da Região para este ano e que é aberto no âmbito da possibilidade definida no Orçamento de Estado, e permitir que anualmente após aprovação de um mapa correspondente se possa fazer a abertura para a fase de acesso a externo nos concursos da Administração Pública Regional, sem ter que passar pela primeira fase interna, nos termos exatamente que já estão definidos e já estão em aplicação este ano, através da norma idêntica que consta já do Orçamento da Região e que passará agora ao vigorar neste Decreto Legislativo Regional, a ser também nesta matéria, estar expressa sem que daí decorra em termos práticos qualquer efeito de alteração que já neste momento está vigente.

Por outro também atualiza alguma terminologia nomeadamente no âmbito do artigo 7.º, que estava desatualizado face à evolução da caracterização do relacionamento da relação jurídica de emprego público e que aproveitando este diploma também se faz essa atualização jurídica, colocando e revogando as normas que já não estavam em vigor.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há muito anos a esta parte que o CDS-PP denuncia nesta Casa, afirmou e até catalogou os concursos públicos, pelo menos alguns deles, como “concurso de alfaiate”, ou seja, o fato era feito à medida do freguês.

Denunciamos isso várias vezes e por isso felicitamos o Governo por esta iniciativa de dar um passo no sentido, embora seja um passo pequenino, um passo no sentido de vir introduzir mais alguma objetividade e diminuir a subjetividade no concurso e a possibilidade de haver aqui favorecimentos, que era o que havia e que é comentado e tivemos várias denúncias dessa matéria.

Vem o Governo então com a proposta inovadora de acabar com a entrevista e a pergunta que se põe é: por que é que se acaba com a entrevista?

Acaba-se com a entrevista porque os senhores que faziam parte do júri, serviam-se da entrevista para meterem quem queriam no concurso, por isso é que a entrevista se tornou má ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Má ou boa!

O Orador: ... e tornou-se um método de seleção falível, ou seja, há casos, ainda bem recentemente tive notícia de um caso, aliás foi dada queixa e está em recursos de quem tinha tido uma nota de 17 na prova escrita e foi dado um 8 na entrevista exatamente para não ter nota e era até num caso de mobilidade de um funcionário e uma vaga aberta no outro, para exatamente meterem quem entendiam, aliás é degradante que numa sociedade democrática como a nossa se diz, se diz mas que não é, se possa saber de antemão quem já vai ficar na vaga. É isso que acontece.

Por isso o PS e havia casos, mas há mais casos, em que o PS vem dar esta ideia que quer introduzir objetividade nos concursos. Mas não basta! É preciso mais. Nós fizemos aqui duas propostas de alteração que passo já a explicar, até tínhamos falado aqui noutra, embora seja de difícil execução, mas possível, que era o júri ser sorteado.

Enveredamos por uma outra proposta que é a prova de conhecimentos e a avaliação curricular, o Governo propõe 70/30 e até os sindicatos concordam.

Nós propomos 60/40. Porquê 60/40? Porque até sabemos de denúncias que há provas que são facultadas antes do teste ser realizado e propomos outra, fazemos outra proposta de alteração: que sejam elaboradas três provas, que sejam fechadas num envelope branco e opaco e que no dia do concurso, seja sorteado de entre todos os candidatos, uma das três provas, ou seja, nunca ninguém sabe qual será a prova escrita, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Podem ser iguais!

O Orador: ... são três provas diferentes ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não! São três provas diferentes.

É um bocadinho mais difícil, eu não sei se *in nilo tempore*, no tempo do PSD também havia esse método de meterem todas iguais nos envelopes, ser a mesma prova nos três envelopes.

Há aqui uma coisa muito engraçada, é que se refinou algumas práticas de *in nilo tempore*, refinaram-se agora nos tempos modernos do socialismo antigo e serôdio, foram refinadas.

Todos nós temos conhecimento, em todas as ilhas e quem disser que não tem é porque não está a dizer a verdade. Todos os Srs. Deputados aqui dentro têm conhecimento de favorecimentos que se fizeram em concursos públicos.

Deputado Francisco César (PS): Eu não tenho conhecimento de nada!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Oh, Sr. Deputado! Mas ouviu falar, ouviu falar como eu ouvi falar.

Deputado Francisco César (PS): E o senhor não tem porque se tivesse já tinha denunciado!

O Orador: Olhe, mas tem conhecimento de gente que foi prejudicada e fez queixa para o superior hierárquico da administração pública e está em processo no Ministério Público. Sabe qual foi a resposta que lhe deram da Administração Pública? Sabe? Não lhe dão resposta.

Esses casos o senhor devia se preocupar como Deputado em ir saber se é verdade ou mentira.

Portanto, o que nós temos que fazer é introduzir ao máximo, limitar ao máximo a subjetividade, o favorecimento e acho que ficamos todos descansados sobre essa matéria e ninguém tem nada a opor a que sejam feitas três provas, sorteadas três provas e na frente dos candidatos escolher uma.

Acho que valorizar o currículo, porque numa prova às vezes, valorizar o currículo de uma pessoa, valorizar quem investiu na sua formação, valorizar a sua formação, acho que é muito importante. Estimula as pessoas a terem formação e essa é um bocadinho mais difícil de falsificar.

Portanto, eu acho que a percentagem correta é 60/40, ainda pensamos 50/50, mas 60/40, 12/8 e estimula as pessoas a terem formação. Julgo que é isso que o Governo quer, gente qualificada e com formação e com certeza vão escolher os que forem mais qualificados e os mais formados para aquela área específica, São duas propostas de alteração. Esta Assembleia não deve querer que isto seja uma operação meramente de cosmética, dizer: “Nós acabamos com a entrevista e a partir daqui os concursos são todos ...” Não! Não! E não! Há casos e casos que nós sabemos como funcionam e toda a gente sabe. Vai ao Ministério público ou fica em casa sentado de poltrona para o amigo lá ir para o sítio.

Mas, toda a gente sabe! É falatório na rua, é falatório no café, é falatório em qualquer sítio.

Acho que estas duas propostas de alteração que o PS devia aprovar, se quer realmente implementar objetividade, se quer realmente isenção, se quer realmente transparência, o CDS deixa aqui o seu contributo, ressalvando que esse é um passo em frente, é um passo necessário, mas não o suficiente para que haja mais transparência e que seja minimamente garantida a transparência e a isenção. É um passo necessário, mas não o suficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Vem aqui o Sr. Vice-Presidente em representação do Governo Regional apresentar uma proposta, não para contrariar aquelas que têm sido as acusações de autênticas manobras de processos menos claros da admissão de pessoal da Administração Pública, mas antes com uma proposta que serve para mudar e mudar porque sim.

Alega aqui o Sr. Vice-Presidente, e com razão, que a vossa proposta o que vem é retirar um fator de subjetividade, agora não explica por que é que está a retirar esse fator de subjetividade porque não lhe interessa, porque não interessa ao Governo Regional e ao PS que o suporta admitir que há um processo, que há um problema, um problema na admissão de pessoal na administração pública, um problema de menos transparência.

É claro que tal como disse o Sr. Deputado Artur Lima, todos nós aqui nesta Casa, já fomos confrontados com queixas de pessoas, não poucas, até bastantes pessoas que se queixam de processos menos claros na admissão de pessoal na administração pública, no entanto o Governo Regional apesar de apresentar

uma proposta que pretende retirar um fator de subjetividade não admite o problema e há um problema. Há um problema porque na realidade a admissão de pessoal na administração pública nos Açores, está envolta em manobras de autêntico caciquismo e essas manobras devem ser eliminadas.

Então o Governo Regional vem aqui e apresenta uma proposta para tentar reduzir ou eliminar um fator de subjetividade.

Nós acompanhamos o Governo Regional nessa intenção como não poderia deixar de ser, agora interessa ao Governo Regional assumir um diagnóstico do porquê de ter feito esta proposta, de eliminar esta subjetividade.

Ora, mas interessa falar claro quando estamos aqui a tratar desta proposta e porquê?

Atente-se ao n.º 9 do art.º 6.º da proposta que considera a possibilidade de recurso à realização de provas específicas. A pergunta que se impõe é: que provas específicas são essas? São aquelas que estão definidas na lei e vamos ver o que é que a lei define no que diz respeito às provas específicas.

Bem, vai desde avaliação de competências de portefólio, que é uma prova raramente utilizada, é verdade, provas físicas, também pelo conhecimento que eu tenho também é outra prova específica raramente utilizada, exames médicos, poderiam ter em alguns casos até ter alguma pertinência e cursos de formação específica e poderíamos pensar que as provas específicas acabavam por aqui, mas não, entre as provas específicas nós temos a entrevista profissional de seleção.

Ora, nós voltamos ao mesmo, ou quase ao mesmo, salvo a condição que agora se impõe com esta alteração que é, poderão ocorrer entrevistas profissionais de seleção, só que a ponderação desta prova específica é reduzida para 20%.

Agora convém não esconder este pequeno detalhe e era importante que o proponente desta proposta assumisse de uma vez por todas que ao contrário do que anunciou publicamente, não pretende excluir a entrevista, introduz,

continua a haver a possibilidade de haver esta prova específica que é neste caso a entrevista.

A única diferença aqui, que é uma diferença substancial, nós partilhamos dessa pretensão, é de reduzir o peso desta prova para 20%.

Agora, uma coisa é certa, acho que não fica nada bem, até mesmo para o proponente vir fazer este jogo público de anunciar que acabaram as entrevistas, quando na realidade as entrevistas poderão continuar, com um valor reduzido, mas continuam.

Existem outros detalhes certamente, como por exemplo a maior parte de nós aqui nesta Casa, não conhece um pequeno grande detalhe, é que as provas de conhecimento podem assumir duas formas: poderemos optar por uma prova de conhecimentos por escrito, que é aquela que é a prática mais comum, mas a mesma lei também prevê a possibilidade de haver provas de conhecimentos orais e essa foi uma pergunta que eu coloquei ao Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão, que era se não havia aqui a possibilidade da prova de conhecimento oral, tornar-se uma prática comum e assim transformar a prova de conhecimentos, quem sabe, numa entrevista.

Penso que também não podemos estar a lançar suspeitas sobre tudo e sobre todos e por isso vamos aguardar ...

Deputado André Bradford (PS): Ah! Depois de ter dito isso tudo é que chega a essa conclusão!

O Orador: ... para ver se não vamos ser surpreendidos com práticas menos transparentes.

É claro que somos confrontados com pessoas que se queixam de processos de seleção menos claros e devo aqui dar um exemplo, entre muitos e devo confessar que sou praticamente um especialista em concursos públicos, eu já fui há mais de 20, já apanhei de tudo: já apanhei processos de seleção, que

certamente foram bastante claros, objetivos e que decorreram com a maior lisura; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não ficou!

O Orador: ... já apanhei também processos de seleção que parece que até decorrem da forma mais clara, da forma mais objetiva, mas que o refinamento das manobras de influencia nos concursos já está de tal forma elaborado, que muitas vezes até parece que a coisa corre bem e também é verdade que já apanhei e apanhei até um concurso muito recente em que é óbvio que o processo é todo claro e transparente e passo a dar um único exemplo por agora e que tem a ver com esses aspetos menos claros e vou concentrar-me num concurso que foi promovido há relativamente poucos meses, para a Direção Regional da Saúde, no qual eu concorri e é um concurso que deu lugar até a uma queixa no Tribunal Administrativo e que neste momento o processo está a decorrer.

Agora, é interessante ver que perguntas é que foram feitas nesta entrevista: imagine que entre uma entrevista de seleção para a Direção Regional de Saúde, no qual entre o júri está a atual Diretora Regional da Saúde e somos confrontados com estas perguntas: o que faria se ganhasse um milhão de euros na lotaria?

Deputado Marco Costa (PSD): Desistia do concurso!

O Orador: Com quem gostaria de trocar de lugar durante um dia?

Reparem para esta pérola: acha que tudo e todos têm o seu preço?

Imagine que tem um ou mais piercings à vista, tirava-o para vir a esta entrevista ou se fixasse colocado na Direção Regional de Saúde? Por que razão?

São perguntas fundamentais para selecionar alguém, para exercer uma função de técnico superior na Direção Regional de Saúde, certamente.

Reparem só neste exemplo de pergunta, em que nós estamos perante uma Diretora Regional da Saúde, que é nomeada politicamente e que lhes faz essa

pergunta: atendendo à polémica que tem sido veiculada pelos órgãos de comunicação social sobre a contaminação, descontaminação dos solos e aquíferos do concelho da Praia, imagine que lhe pedem para opinar sobre esta matéria. O que diria?

Deputado Francisco César (PS): O problema não é o que diria, foi o que o senhor disse!

O Orador: O que acha que as pessoas têm que fazer pelo menos uma vez na vida? Essa é outra pergunta que também me foi colocada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interessante!

O Orador: Sim é interessante.

Eu na altura disse: nascer, morrer. Bem, e eu a tentar arranjar uma relação entre a resposta dada e o cargo para o qual estava a candidatar-me até disse: “Bem, às tantas vou ter que consultar um profissional de saúde ao longo desta vida, em que nasço e morro”. Porquê?

Deputado João Vasco Costa (PS): Bela resposta!

O Orador: As perguntas são tão estapafúrdias que muito dificilmente alguém consegue arranjar uma resposta válida.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Pergunto ao Sr. Deputado Artur Lima quantos anos levou para entrar na Administração Pública?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem iniciasse agora a audição deste debate, sem a apresentação inicial, iria chegar à conclusão que o Governo é que não queria a anulação dos critérios subjetivos, quando é exatamente o contrário-

Quem tomou a iniciativa de acabar com critérios subjetivos, como a entrevista e reforçar a objetividade, foi o Governo dos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quem é que denunciou aqui dentro?

O Orador: Eu não percebo é se os Srs. Deputados concordam com essa proposta, por que é que não a apresentaram?

A questão é aqui: se os senhores achavam que não devia haver entrevista por que é que não tomaram essa iniciativa?

A iniciativa foi do Governo, ...

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Não foi não!

O Orador: ... é uma boa iniciativa. Esta iniciativa visa, concretamente, acabar com qualquer subjetividade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não acaba!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não acaba nada!

O Orador: ... na matéria de concursos da administração pública; assegurar a total transparência do processo e centramo-nos agora no caso da suspeita, porque se é uma prova de conhecimentos e essa prova pode ser já do prévio conhecimento de alguém, isso não há problemas porque não queremos que nada disso aconteça.

Portanto se o PP apresenta uma proposta que diz que devem ser três provas escritas, para serem sorteadas para não restar qualquer dúvida, assim seja, nós estaremos aqui para apoiar essa proposta porque não queremos que reste qualquer dúvida sobre o fim de qualquer subjetividade nessa matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A iniciativa é do Governo dos Açores, poderia ter sido de qualquer partido, não foi, é do Governo dos Açores e é o Governo dos Açores que quer

assegurar a todos os açorianos que os concursos de recrutamento para a Administração Pública Regional, terão apenas critérios objetivos assente na prova de conhecimento e na avaliação curricular, sendo esses os únicos dois aspetos ponderados para essa matéria.

Em relação à eventual prova específica devidamente fundamentada, quero dizer sr. Deputado, que isso foi uma proposta de uma central sindical, da CGTP, em momento de audição.

Deputado Manuel Pereira (PS): Exatamente!

O Orador: Foi a CGTP que propôs a existência de uma prova específica, nomeadamente porque há determinadas categorias profissionais, cuja avaliação das suas condições não se faz com aprova de conhecimento, nem pela avaliação curricular. Dou um exemplo, para ser motorista não basta ter carta de condução, se calhar é necessária uma prova de condução que é uma prova específica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é preciso!

O Orador: Mas quero dizer-lhe que não reste quaisquer dúvidas, como lhe disse, como teve oportunidade de dizer na Comissão, essa matéria da prova específica surgiu por proposta da CGTP, que acolhemos em período de audição prévia à pretensão de iniciativa legislativa e se no vínculo e na descrição de provas específicas terá eventualmente a possibilidade de qualquer tipologia de entrevista, que aqui se apresente uma proposta e se retire essa componente da prova específica para que não reste nenhuma dúvida porque não é essa a nossa intenção, a nossa intenção é que não haja qualquer metodologia subjetiva nos concursos da administração pública regional e que tudo aquilo que fizemos para isso acontecer são bons contributos para a concretização deste nosso objetivo e particularmente desta nossa iniciativa inovadora no contexto regional e inovadora no contexto nacional.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente:

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, esta iniciativa que o Governo aqui traz é um passo, seguramente não é a solução e se o Sr. Vice-Presidente reclama os méritos de a trazer, isto não branqueia tudo aquilo que foi feito para trás e o Sr. Vice-Presidente também tem que assumir as responsabilidades daquilo que era a postura nos concursos públicos de que para beneficiar uns prejudicavam muito os outros.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, a eliminação da entrevista não é uma garantia da maior transparência, o problema não está nos métodos legalmente previstos para a escolha dos candidatos, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não, não! Estás enganado!

O Orador: ... mas sim na forma como o poder político regional contorna esses mesmos métodos políticos, fazendo concursos à medida, para admitir os candidatos que quer e não os mais competentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta decisão de eliminar a entrevista nos concursos, constitui o reconhecimento por parte do Governo Regional de que o método da entrevista foi usado indevidamente.

A eliminação pura e simples da entrevista, como método de seleção dos candidatos, não resolve absolutamente nada e em algumas áreas da Administração Pública, não faz sentido.

Por exemplo, a entrevista faz sentido se estiver em causa a contratação de pessoal que vai lidar diretamente com o público e em que o nível de expressão oral do candidato tem que ser aferido.

Outra grande dúvida, Sr. Vice-Presidente e para que fique claro que o caráter de subjetividade nos concursos da administração pública, não resume apenas e só

á entrevista, outra grande dúvida que paira sobre os processos de recrutamento para a função pública é a prova de conhecimentos, dado que segundo o dirigente sindical, Francisco Pimentel, provas que chegam ao conhecimento dos candidatos apreciados ou desejados.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não estavas cá!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, para corroborar tudo isso vou dar-lhe aqui alguns exemplos:

Foram feitos concursos para assistentes técnicos recentemente em vários departamentos da Administração Pública Regional, cujos métodos de seleção seriam a avaliação curricular e a entrevista.

Para as mesmas funções, para os mesmos cargos, com o mesmo currículo foram dadas notas completamente diferentes. Das duas uma: ou haveria critérios diferentes com o objetivo de integrar alguém que se pretendia, ou então a avaliação foi feita de forma incorreta, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Sr. Deputado, não entre por aí!

O Orador: ... para além de que – vou dar-lhe outro exemplo, Sr. Vice-Presidente - na RIAC, cinco ofertas de emprego, para as mesmas tarefas em que a única diferença era o vínculo, se era termo certo, se era a termo resolutivo, em que foi feita uma única entrevista aos candidatos e, repare, para as cinco ofertas de emprego, com uma única entrevista, notas diferentes, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual era o processo concursal?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu também não me podia esquecer daquilo que foi feito, ou que foi anunciado e publicado a 17 de julho, que foi a abertura de um concurso para o exercício das funções inerente à categoria de técnico superior de relações públicas e comunicação, competindo-lhe a otimização dos recursos de serviço na lavandaria (isto foi para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, Sr. Vice-Presidente).

No dia seguinte foi corrigido para que esse mesmo técnico superior de comunicação já não era na lavandaria, era nos serviços hoteleiros.

Sr. Vice-Presidente, recentemente um concurso para técnico superior do IAMA, que foi anulado e foi reaberto com novos critérios para a avaliação curricular para, talvez, se conseguir integrar alguém que inicialmente não tinha a formação pretendido para o concurso.

Sr. Vice-Presidente, finalmente, a Provedoria de Justiça, num trabalho realizado em 2013, dizia “deixar à entidade avaliadora, o exame psicológico, a liberdade de fixação desses critérios, constituiria um procedimento que objetivamente permitiria a manipulação dos resultados do concurso, ou pelo menos aparentar esses resultados de manipulação”.

Para o PSD, Sr. Vice-Presidente, é possível compatibilizar a transparência e a idoneidade nos recursos de recrutamento dos funcionários públicos e empresas públicas com a escolha dos melhores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, a iniciativa é do Governo e mérito por isso, a denúncia é do CDS há muitos anos e também mérito por isso.

É pena é que tenhamos insistido durante dez anos, ou mais, para não dizer mais, eu hei de ir buscar a frase “concurso de alfaiate”, como era feito.

Como V. Exa. sabe também, nos critérios de seleção pode fazer-se muita coisa, mas registo que é um passo em frente e que é dado e que sim senhor, é inovador como nós sempre dissemos.

Registo também, Sr. Vice-Presidente que as três provas introduzem mais um fator de transparência e que limita um bocadinho a tentação de oferecer conhecimentos prévios nos concursos.

Deputado Manuel Pereira (PS): Só um bocadinho?

O Orador: Portanto, parece-me que sendo assim, eu acho que o 60/40 era mais equilibrado porque valorizava e valoriza mais o currículo das pessoas, mas 70/30, também parece razoável.

Agora a questão, escapou-me, e ainda bem que o Deputado Paulo Mendes aqui falou, eu acho que é interessante a displicência, eu não queria dizer o desprezo, com que encararam o testemunho pessoal de uma pessoa que concorreu a 20 concurso, que deu aqui exemplos claros de como as coisas se faziam e acho que a risota do PS, de alguns Deputado, pelo menos, do PS não dignifica esta Casa; não dignifica a transparência, não dignifica a democracia. Foi ele que os viveu, não foi mais ninguém, não fui eu, não foi o Sr. Deputado João Vasco, não foi o Sr. Deputado Carlos Siva, foi ele! Deu um testemunho próprio.

Podem dizer: “O Artur Lima veio aqui referir casos que lhe foram contar e acrescentou-lhe um ponto”. Mas não! Ele deu um testemunho próprio e os senhores olharam para esse testemunho com desdém e abanam a cabeça que sim!

Deputado Francisco César (PS): Não se trazem casos pessoais!

Deputada Zuraída Soares (BE): Se trazemos genéricos os senhores dizem “provem”, se trazemos casos pessoais os senhores não querem que apresentemos casos pessoais!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima continue a sua intervenção.

Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar.

O Orador: Muito obrigado.

Isto é preso por ter cão, preso por não ter cão.

Deputado João Vasco Costa (PS): Exatamente. Neste caso é exatamente isso!

O Orador: Quanto nós dizemos uma coisa é: “O senhor prove!”.

Sr. Deputado Francisco César, se V. Exa. é vítima de perseguição de algum motivo, tem o meu apoio. Se V. Exa. também o é, também tem por parte de alguém e também o denuncio. Se não quiser denunciar, denuncio eu, como denuncio de qualquer cidadão, agora o que não se pode é por isso, e as pessoas quando vão para um concursos vão preparadas, estudaram, empenharam-se, portanto devem ser no mínimo tratadas com isenção, isso é o mínimo que se pode exigir numa democracia, pese embora as tentações. Quem é perseguido deve ser sempre defendido, sempre e em qualquer circunstância e se: “O senhor está a dizer isto, prove!”. É provado e assobia-se para o lado ... Bom, em que é que ficamos?

De resto Sr. Vice-Presidente, estamos de acordo nesses princípios, aprovando a nossa proposta das três provas, também saberemos dar a resposta com certeza de voto favorável a este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo de muitos anos, sucessivos governos levaram a cabo no nosso País, políticas que se traduziram na destruição de emprego, destruição do aparelho produtivo, liquidação de serviços públicos, retirando direitos laborais e sociais, aprofundando o desemprego e a pobreza.

Os sucessivos Governos Regionais seguidores fieis das políticas retrógradas da direita no que aos trabalhadores diz respeito também seguiram as suas pisadas não só reduzindo postos de trabalho como colocando trabalhadores essenciais ocupando postos de trabalho permanente com contratos de trabalho precários ou recorrendo a programas que assegurassem ocupações temporárias e simultaneamente mascarassem as estatísticas referentes ao desemprego.

Mesmo quando se trata de admitir trabalhadores para os Quadros da Administração Regional os processos são tão condicionados que a frase mais ouvida quando é aberto um determinado concurso deixou de ser a de que o concurso tem em vista admitir fulano ou sicrano, mas passou a ser já: Este concurso é para empregar fulano ou sicrano. Pois é! E não é que o povo acerta sempre na muche!?!?

O povo sabe, sobretudo nos meios mais pequenos, e nem se recusa a comentar que há candidatos que por falta do cartão cor de rosa, ou porque pura e simplesmente pensam por sua própria cabeça e não bajulam determinados caciques políticos locais, rosas são e serão sempre preteridos em qualquer procedimento concursal. Como diz o nosso povo: Está escrito nas estrelas!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peça importante nestes métodos de seleção descritos tem sido sem dúvida a entrevista que neste projeto de Decreto-Legislativo Regional é eliminada. Muitos exemplos poderiam ser referidos de candidatos com capacidades bem superiores ao candidato admitido que embora com classificações superiores nas restantes provas foram eliminados através da entrevista.

A manutenção da entrevista nas provas de seleção dos candidatos era de facto um método de tal forma escandaloso para eliminar os indesejáveis e com uma utilização tão descarada que não restava ao Governo Regional do PS melhor alternativa que pura e simplesmente eliminá-la. E ainda bem dizemos nós!

Esperamos sinceramente que este passo não tenha sido dado para seguir a velha máxima política de que “é preciso mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma”!

Para nós, quando se trata da Bolsa de Emprego Público e das suas candidaturas há que apresentar as soluções que sejam verdadeiramente transparentes e diretas, assegurando que todos tenham a mesma hipótese de acesso e todos se encontrem em efetivo pé de igualdade.

O direito ao emprego é um direito fundamental e é imprescindível que seja garantida a independência, a autonomia e a dignidade na vida pessoal de cada cidadão sem ter de se vergar e de violentar a sua consciência para ter acesso ao emprego.

A opção de ter como métodos exclusivos de seleção a Prova de conhecimentos e a Avaliação Curricular, para carreiras de regime geral faz sentido e por princípio deve promover uma transparência da seleção, pese embora todos saibamos que nem assim o sistema pode garantir a 100% a transparência e a isenção nos concursos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do processo de consulta aos sindicatos ter sido efetuado, a não negociação prévia com os mesmos, deste projeto de alteração não pode deixar de ser alvo de sérias apreensões da nossa parte.

É que por mais que queiramos admitir a bondade deste Governo Regional em se colocar ao lado dos trabalhadores não nos esquecemos a rejeição por parte do Governo e do PS da proposta de recomendação do PCP de aplicação à Administração

Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP).

Se dúvidas houvesse o chumbo desta proposta por parte do PS encarregou-se de explicar e tornar claro de que lado efetivamente o PS se coloca quando se trata de garantir direitos aos trabalhadores, sendo esta recomendação como foi chumbada pelo

PS.

E neste domínio, para que a um posto de trabalho permanente corresponda vínculo de trabalho efetivo muito caminho ainda está por fazer na nossa Região Autónoma dos Açores.

A falha do Governo nesse capítulo é verdadeiramente gritante!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar relembrar o Sr. Vice-Presidente, que o nosso Grupo parlamentar apresentou uma proposta muito semelhante á que aqui presente, em sede de Plano e Orçamento e que foi chumbada pela maioria do Grupo Parlamentar do PS primeiro ponto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Segundo ponto, quanto à entrevista: ora, o problema não está na entrevista. A entrevista enquanto metido de seleção é um instrumento que eu considero valioso, se for bem feita, se for bem conduzida e com os propósitos adequados.

Agora, o que acontece na Administração Pública, é uma usurpação ou utilização da entrevista para outros objetivos que não admitir o melhor, o melhor candidato ou a melhor candidata.

Por isso mesmo é que chegamos a este ponto, em que infelizmente teremos que prescindir de um método de seleção como a entrevista, que poderia ter todas as

vantagens, mas que claramente só é um método valioso porque é subjetivo, mas que agora por ser subjetivo acabou por servir alguns interesses para deturpar e distorcer todos os métodos de seleção de pessoal para a administração pública ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e por isso é que temos que excluir esse método de seleção.

Agora, quanto a casos pessoais, então falemos de outros casos: um caso conhecido, não digo por todos os Deputados e Deputadas desta Casa, mas pelo menos Deputados e Deputadas de todos os Grupos Parlamentares.

Quero recordar, não estive presente nessa reunião, mas a minha camarada Zuraida esteve presente, numa reunião da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial da Região, em que a gerente da empresa pública Espada Pescas, no decorrer da entrevista e em resposta a uma pergunta feita pela Deputada Zuraida Soares, acerca do futuro da própria gestora, porque a Espada Pescas vai ser extinta, então e o seu futuro, o que vai ser de si, o que é que lhe vai acontecer?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde isto já vai!

O Orador: Ela, com toda a naturalidade, assumiu aquilo que muitos açorianos e açorianas sabem por experiência própria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas então qual foi?

O Orador: Aliás, recordo ainda declarações, penso que agora deverá ser ex-Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Angra, que também em audição numa Comissão, disse que tudo estava à distância de um telefonema para o vizinho ou para a vizinha.

Deputada Sónia Nicolau (BE): Sr. Deputado, não foi assim! Ai, não foi neste contexto!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Completamente descontextualizada esta intervenção, Sra. Presidente!

O Orador: Portanto, a gerente da Espada Pescas à pergunta colocada pela Deputada Zuraida Soares, o que veio assumir na Comissão, foi: “Isto resolve-se! Eu terei uma entrada direta na Administração Pública para técnica superior!”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente! Na Lotaçor!

E eu perguntei: e o concurso não há?

E ela respondeu: Não precisa!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: De certeza, caracterizada por uma extrema ingenuidade, mas é a resposta que infelizmente faz corpo à lógica que é neste momento transversal a toda a sociedade açoriana e não só, também no continente português e na Madeira, que só se batiza quem tem padrinhos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Informo que o BE esgotou o seu tempo para este debate.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 25 minutos.

Eram 15 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 36 minutos,

Vamos então continuar o debate.

Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasco costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não surge agora e apenas agora. Esta proposta resulta do programa eleitoral do PS e o Governo consubstancia agora nesta forma e pretende com isso levar à prática uma vontade de melhorar e renovar os procedimentos de admissão reduzindo ao mínimo a margem de discricionarieidade e ao mesmo tempo procurando reforçar ao máximo os mecanismos e as garantias de isenção e igualdade de tratamento.

É um ato de sabedoria governar em contínua busca das melhores soluções e isto é o que tem feito este Governo do PS, e bem.

Neste caso, continuar a melhorar a capacidade e a qualidade dos serviços públicos que é inequivocamente boa.

Diga-se, porque depois de tudo aquilo que ouvimos aqui que é importante referir, sem qualquer margem de dúvida que a atuação da administração pública e a gestão dos recursos humanos realizada pelo Governo e pela maioria das autarquias locais tem sido claramente equilibrada e adequada.

Não assumir isso, não reconhecer isso e dizer o que aqui se disse só se compreende vindo de quem faz política populista e demagógica, sem qualquer critério de racionalidade e equilíbrio democrático.

A lei é geral e abstrata e todas as melhorias que se possam introduzir para regular a nossa vida em comunidade é aquilo que os cidadãos esperam de quem os governo. É isto que neste caso também está a ser feito.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: À proposta apresentada pelo Governo, o Grupo Parlamentar do PS, bem como a do CDS-PP e também o BE, apresentaram propostas de

melhoramento e contributos para que esta procura de maior transparência vá mais avante e nesse sentido entendemos que relativamente aos critérios específicos de avaliação para além daqueles da avaliação curricular e da prova escrita, pensamos que deveria constar do corpo da lei que além dos casos previstos na lei, que isso deveria ser devidamente fundamentado, é mais um fator que entendemos que pode ajudar a reduzir esses fatores de potencial discriminação.

O que a oposição aqui fez foi desconsiderar, na nossa opinião, e ofender todos os júris do País ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que até agora têm sido parte de concursos públicos que se tem efetuado.

Pior, ofendeu claramente também todas as pessoas que integraram os quadros da administração pública, pensando ou levando a crer que todos eles foram admitidos de uma forma ...

Deputado André Rodrigues (PS): O modo de suspeição!

O Orador: É um modo de suspeição a toda a atuação que foi feita até hoje.

Esta é uma situação, do nosso ponto de vista completamente inadmissível.

Então só os júris do PSD e do CDS é que são sérios ...

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... os júris do PS não são sérios para os senhores?

Os senhores têm alguma reserva mental sobre os júris formados de outras forças partidárias que não as vossas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Mas os júris são do Partido Socialista?

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas é proibido ter partido e fazer parte de um júri? É proibido fazer parte de um júri por ser militante do Partido Socialista, ou de outro qualquer partido? Do PSD, do CDS?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O CDS não tem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Esta segunda parte da minha intervenção, dirige-se não tanto ao fundamento desta proposta apresentada pelo Governo, mas mais aos considerandos que os Srs. Deputados foram tomando e que tem a ver com o seguinte: Sr. Deputado Artur Lima, os senhores escolhem os júris, disse há pouco, para fazer fatos à medida, são fatos à medida.

Os senhores, é uma casa de família!

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto nós, que quem faz a escolha e a seleção não é o Governo, são os júris e os júris são independentes.

Vir dizer que o Governo admite pessoas, com fato por medida, é um bocado redutor na minha opinião.

Eu respeito a sua, mas acho que é um bocado redutor, aliás eu tenho a certeza absoluta que o Sr. Deputado, tal como eu, não se revê numa notícia da *Lusa* que diz: “Paulo Portas acusado de influenciar concurso público para dar obra à Mota Engil”. Eu não acredito que isso tenha acontecido, aliás, tanto não acredito que tenha acontecido que também não tenho conhecimento de ter havido qualquer condenação por isso.

Sr. Deputado Paulo Mendes, não interessa eliminar a subjetividade?

Claro que interessa eliminar a subjetividade e se, eu não vou formular um juízo de valor, nem devo, sobre a sua atuação na transposição para esta Casa de um facto pessoal, devo dizer-lhe que eu não faria isto, mas independentemente disso a sua intervenção só vem confirmar aquilo que é a nossa opinião. As situações que as pessoas reclamaram e que também levaram a que agora se apresente esta proposta, essas situações que as pessoas reclamam e se sentem injustiçadas é mais um mau perder, do que o próprio resultado da atividade da administração. É óbvio que quem concorre não quer perder; é óbvio que alguém que concorre e tem um 15 numa prova escrita, não entende muito bem que

possa ter um 8 na prova oral e que passe para trás de outra pessoa que teve menor nota na escrita. É natural!

Daí concluir que é tudo aqui uma cabala, uma suspeição e quase uma paranoia, vai um passo de gigante que nós não aceitamos nem corroboramos.

O conhecimento antecipado das provas é outro assunto... Como compreende isso é um caso de polícia, isso é para os tribunais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah pois devia ser, isso é verdade! Concordo!

O Orador: É sim senhor!

Portanto, a gente tem que dar espaço a cada uma das instituições poder funcionar como tal. Os tribunais existem exatamente para isso. Têm conhecimento de situações dessas, denunciem-nas.

Eu lembro que em sede de Comissão foram questionados os sindicatos que lá apareceram, se tinham conhecimento de alguma situação de condenação por parte de algum júri de concurso por prática de crime ou de fraude na contratualização. Eles desconheciam, nós também.

Sr. Deputado Bruno Belo é um passo, é verdade, é um passo, uma coisa de cada vez, cada coisa depois da outra, cada coisa até ao fim, é assim que tem que ser.

Deputado André Bradford (PSD): Muito bem!

O Orador: A sociedade evolui, ainda não permanecemos com as regras da monarquia porque a sociedade vai evoluindo e vão-se aplicado novas regras.

Portanto, a sociedade é dinâmica, as pessoas vivem em sociedade e essa sociedade exige que se vá regulando e regulamentando a nossa vida em sociedade, adaptando-a à sociedade enquanto tal, portanto não percebo qual é a sua dúvida.

Diz que o Governo contorna para meter quem quer. Será que se quer referir a alguma autarquia em especial, principalmente o Sr. Deputado Paulo parece certamente saberá ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Eu não sou autarca!

O Orador: ... a autarquia de Vila do Porto num mês, depois de saber desta proposta de alteração, num mês contratou mais gente, que em cinco anos!

Deputado Paulo Parece (PSD): Quantos do PS?

O Orador: Será por isso? Não sei, não faço a mínima ideia.

Portanto, Srs. Deputados, parece-me que isto, neste caso não tenho a mínima dúvida que todas as bancadas concordarão que esta é uma medida benéfica para a transparência, é uma medida benéfica que reduz os critérios de subjetividade e a discricionariedade que possa haver, aumenta a segurança nas contratualizações, portanto não pode ser aqui preso por ter cão e preso por não ter.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo propôs, propôs muito bem e nós certamente que aprovaremos essa proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** À parte inicial da intervenção do Sr. Deputado, em que o Sr. Deputado acusa o BE de ter insultado e de ter denegrido a reputação e a imagem dos júris.

Presidente: Tem a palavra.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Na realidade não havia necessidade. Não havia necessidade porque após o nosso debate o Vice-Presidente foi muito claro no sentido de acolher aquilo que dito pelo Deputado Paulo Mendes e de abrir a possibilidade de uma proposta de alteração que vai acontecer, no sentido de eliminar a entrevista.

Chegados aqui e chegados inclusive à proposta que nós temos em mão para debate e votação, que é a prova clara de que existe, de que tem existido favorecimento e discricionarismo em alguns concursos da função pública na nossa Região, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é uma acusação

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é uma acusação falsa!

A Oradora: ... a prova disso é a opção do Governo em eliminar um desses fatores de favorecimento e discricionarismo que é a entrevista, venha o Sr. Deputado João Costa com toda, enfim, o apreço que tive pela sua intervenção de uma maneira geral, mas a sua parte inicial não!

Deputado José San-Bento (PS): Que demagogia é essa!

A Oradora: Nós não podemos de maneira nenhuma branquear aquilo que existe de errado de discricionariedade, de favorecimento da parte de alguns concursos sobejamente conhecidos de todos e de todas nós, não vale a pena apontar o dedo...

Deputado José San-Bento (PS): Conhecidos só na sua cabeça!

A Oradora: ... confundir isso, branquear isso, dizendo que a nossa crítica é extensiva a todos os júris e a todos os concursos. Não, Sr. Deputado! Não é extensiva! Não é possível debaixo desse manto de não estigmatizar os júris dos concursos, branquear aquilo que alguns não fazem bem. Desculpe lá, Sr. Deputado! É como nesta Casa: quando nós metemos o pé na argola, como se costuma dizer, também nos retratamos e também ali está a Sra. Presidente para lhe chamar a atenção, tantas vezes.

Os júris não estão acima da crítica e a prova de discricionarismo e de favorecimento, é a proposta de alteração que o Governo apresenta.

Portanto, criticar uns, não é criticar todos. Isto é tão claro que não vale a pena insistir.

Portanto, Sr. Deputado, eu acho lamentável, a parte inicial da sua intervenção, o senhor vir dizer que o BE tinha insultado todos os júris. Não! Não! O BE denunciou nesta casa e continuará a fazê-lo, situações concretas em que os júris não se portam com decência, com isenção e sem discricionarismo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora não ouviu o que eu disse. Eu não disse que o BE tinha insultado todos os júris.

O que eu disse foi que ofendeu, ofendeu!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não ofendeu!

O Orador: Não foi o BE, foi toda a oposição, ofendeu todos os júris e todos os candidatos que foram admitidos porque pôs tudo no mesmo saco. Os senhores é que puseram. Os senhores não falaram só num caso ou noutra. Os senhores levantaram um manto de suspeição, querendo fazer crer ...

Oh, Sra. Deputada, não podem crer fazer crer que o facto de se fazer uma melhoria à lei, uma alteração que pugna por eliminar fatores que podem ser de distorção ...

Deputada Zuraida Soares (BE): E são!

O Orador: Se são, são todos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são todos, são alguns!

O Orador: Mas então diga que são alguns, não foi o que disse.

Na nossa opinião esta alteração não surge por causa da situação deste ou daquele, a lei é geral, é abstrata e deve ser cumprida para todos.

Portanto, se é uma possibilidade de se melhorar, nós pretendemos melhorar, concordamos convosco.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pronto! Então é isso que eu quero!

O Orador: Certamente que haverá júris mais competentes que outros! É como tudo na vida! Há pessoas mais competentes que outras, uns serão bons, outros serão menos bons, mas daí inferir que, uma atitude, na minha perspetiva, quase paranoica, são todos uma cambada de pessoas que não prestam, estão ali para meter o fato à medida de qualquer um.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são todas, são algumas!

O Orador: Portanto, não interprete mal aquilo que eu disse porque acho que percebeu e percebeu muito bem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, da minha parte, da parte do PPM, devo dizer-lhe em primeiro lugar que nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Governo e vamos votar esta iniciativa porque este é de facto um problema, a entrevista significava um elemento de subjetividade em que existem queixas sobre diferentes júris há muitos anos.

Eu lembro-me, por exemplo, de intervenções, o senhor ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, realizava quando estava na oposição, em que

dizia que (eu até sei a frase mais ou menos de core) estava farto e era preciso impedir aqueles concursos em que as pessoas saíam com lágrimas nos olhos porque percebiam que o lugar já estava destinado a fulano A, B ou C, ligados ao partido governamental. Isto era a crítica que fazia então, Carlos César, em 1996. Portanto, o que eu devo dizer é que evidentemente todos nós temos queixas, uma serão, como dizia há pouco um Sr. Deputado do PS, uns tem a ver com o mau perder, pura e simplesmente o concurso correu bem, mas há pessoas sempre que encontraram um pode expiatório; outras há de facto interferência e há uma entrevista que apresentava uma nota que alterava completamente a avaliação curricular, alterava não, desequilibrava.

Eu lembro-me de pessoas que tinham uma nota elevadíssima na entrevista, o que fazia com que depois alcançassem o primeiro lugar.

Todos nós conhecemos este tipo de situações.

Eu até, para não ficar apenas na abstração, vou referenciar um dos casos que detetei em 2012 nesta casa, como por exemplo este caso do concurso para a admissão de um fisioterapeuta na Unidade de saúde da Ilha do Corvo.

Pedi explicações para anulação do concurso e a resposta ao requerimento dizia o seguinte: “Por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde, de 26 do 10 de 2012”. E o que é que eu fiz? Eu perguntei: “Então peça ao Governo que me dê a cópia do despacho do Secretário Regional da Saúde, datado de 26 do 10 de 2012”. Sabem qual foi a resposta? É evidente que tinha ficado colada uma pessoa que não agradou.

A resposta do requerimento do Governo foi a seguinte: “A orientação dada por Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde, de 26 do 10 de 2012, foi dada verbalmente, pelo qual não é possível remeter uma cópia”, ou seja, a indicação para a anulação foi dada verbalmente. Quando eu pedi cópia do despacho, foi-me dito: “Não existe! Foi dado verbalmente”. Isto está no requerimento n.º 1610 de 23 de janeiro de 2013.

Portanto, esta é uma das situações que eu detetei, a anulação de um concurso.

Portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias de concursos que de facto existem razões para existir suspeição em relação aos seus resultados e esta iniciativa do Governo Regional, não resolvendo um problema totalmente, é evidente que é um passo nesse sentido, ainda por cima quando aceita a iniciativa aqui do CDS-PP, que fez um conjunto de propostas que tornam ainda mais transparente este processo e portanto são válvulas de segurança que permitem tornar o processo mais seguro e portanto V. Exa. já transmitiu que está na disposição de aceitar essas propostas de alteração.

Portanto, nesse sentido, penso que estão criadas as condições para votar favoravelmente esta iniciativa, tendo em conta que evidentemente enquanto estiver em vigor e for aplicada vamos encontrar algumas insuficiências, mas cá estaremos para voltar a fazer uma intervenção no diploma, se tal se revelar necessário.

Portanto, aqui o que tenho a dizer é que é uma proposta que, não resolvendo o problema, o problema da subjetividade até na análise curricular há sempre um elemento de subjetividade, não é possível eliminar completamente, o que é possível é de facto que quem está nos concursos o faço com toda a seriedade e isso não é possível garantir inteiramente, nenhum Governo do mundo consegue garanti-lo.

De qualquer das formas é uma iniciativa que considero que é positiva. Há uma boa proposta do CDS que será acolhida e, portanto, nestas condições, a Representação Parlamentar do PPM, votará favoravelmente esta iniciativa do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado João Vasco Costa, respeito a sua opinião, tal qual V. Exa. respeita a minha. Nessa matéria estamos entendidos.

O que eu não percebo é por que é que V. Exa., eu acho que quando a gente se dirige à oposição, a oposição não é toda igual: o BE é uma coisa, o CDS é outra, o PPM é outra e o PSD é outra.

Deputado Manuel Pereira (PS): Às vezes não parece!

O Orador: A oposição não é toda igual!

Portanto, quando se dirigir a mim e eu vou responder à parte que se dirigiu a mim.

V. Exa. não tem que ficar chateado, acho eu, por o CDS votar favoravelmente essa iniciativa do Governo e achá-la positiva e nós não vamos fazer nenhum drama disso, porque há muito tempo que defendemos isso, há muito tempo que eu digo, não é de agora. Se for consultar o diário das sessões, se tiver essa paciência, eu próprio “concurso de alfaiate” a expressão é minha e ao fim de uns anos foi-se detetando, podia não ser, podia até ser uma coisa boa, mas não é, desvirtuaram a entrevista e não digo que a culpa é do Governo. Nem todos os concursos desta Região foram naturalmente para beneficiar alguém.

Devo dizer-lhe, eu próprio fui presidente de júri de vários concursos, inclusivamente para um médico dentista para a sua ilha, inclusivamente fui presidente desse júri e inclusivamente tive que me chatear com o Sr. Diretor do Centro de Saúde, eu e os meus dois colegas do júri, porque não aceitamos pressões de forma alguma.

Por acaso, agora falando em partidos, na altura nenhum de nós tinha responsabilidades políticas, um veio do PS, o outro do CDS e a outra do PSD. Portanto, nenhum de nós tinha responsabilidade políticas, éramos em 2001 médicos dentistas dos quadros do centro de saúde da Região e não aceitamos pressões, mas elas foram feitas e como nós não aceitamos, também há quem as tenha aceite, ou quem tenha cedido e eu conheço casos desses.

Eu não estou a dizer que foi o Governo, que foi o secretário, que foi o presidente do Governo, que foi o Sr. Vice-Presidente, isso raramente acontece. É nas chefias intermédias!

Havia uma expressão na faculdade que eu não vou aqui dizer, aliás eu vou dizê-la porque ela não ofende ninguém, quando a gente se referia ao professor e ao assistente, portanto o professor era a entidade máxima e o assistente era o que estava cá por baixo e quando o gajo nos malhava, a gente dizia “pois é, o cão é pior que o dono”.

Portanto, às vezes na Administração Pública, muitas coisas que acontecem não são culpa do Governo, são culpa de alguns “mangas de alpaca” que lá estão e existem, não é só aqui, é aqui, é na Madeira, é no continente, onde ela existe e é condenável em qualquer parte e nisso o Sr. Deputado está de acordo comigo, ela é condenável em qualquer parte e nós temos o dever e a obrigação de combatê-la. É isso que eu quero fazer, o Governo deu um passo em frente, ainda bem, aceita a proposta do CDS para tornar mais transparente este concurso, ainda bem, portanto estamos todos bem e nós tínhamos até outras propostas do 60/40, mas consideramos razoável também a de 70/30, do Governo.

Portanto, o que interessa aqui, o que nós queremos aqui garantir é que haja o máximo de transparência, que haja o máximo de isenção nos concursos públicos.

O Governo deu o seu contributo, um passo decisivo, o CDS deu o seu contributo e fica satisfeito que o PS aceite a proposta do CDS que vem tornar mais transparente os concursos públicos na Região Autónoma dos Açores. Ficam a ganhar os açorianos, ficam a ganhar todos. A classe política credibiliza, os membros do júri que ficam mais salvaguardados e os concorrentes que ficam com a garantia de terem o concurso o mais isento possível, não é o concurso perfeito, mas o mais isento possível.

É isso que nós aqui defendemos, é essa a proposta que nós aqui fizemos, portanto, eu acho que ao ser aprovado ficamos todos satisfeitos nessa matéria, Sr. Deputado João Vasco Costa.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Ninguém bateu palmas!

O Orador: Pode aplaudir Sr. Vice-Presidente, faça favor.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Até agora!

O Orador: Não, mas vai concordar comigo porque aliás já se falou nessa coisa, que é, por exemplo, eu acho que quando um chefe de divisão - aliás o Governo tem pensado sobre isso e tem falado sobre isso – um diretor de serviços, etc, por exemplo a nomeação em regime de substituição eu entendo que não deve contar no currículo desse indivíduo para o lugar em causa, quando for a concurso. Nomeia-se em regime de substituição. Substituição de quem, se não tinha lá ninguém? Esta é uma pergunta e é uma questão que eu aqui deixo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Seis meses. Não precisa abrir concurso!

O Orador: Um chefe de divisão, um diretor de serviços, é nomeado em regime de substituição o Joaquim Francisco, mas vai substituir quem? Não havia lá ninguém!

Portanto, quando dá jeito tem que se fazer, mas na minha opinião, o CDS vai refletir sobre essa matéria, o desempenho desse cargo nessa altura, nesses seis meses, nesses quatro ou cinco meses que lá estão, não deve contar para a avaliação sumativa desse candidato, porque é nomeado sem nenhuma experiência, é nomeado porque é nomeado, pronto!

É outro nível que também nós temos que discutir aqui.

Portanto, acho que é uma boa alteração, acolhendo as propostas neste caso do CDS e presumo que outras que haverão também do BE, que eu tenha conhecimento, portanto não é de toda a oposição, é do CDS, é do BE, é do PSD. As do CDS são estas, eram duas, razoavelmente achamos que aprovando aquela já introduz mais um fator de controlo, mais um fator de isenção ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... portanto, muito obrigado Sra. Presidente pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 17 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 41 minutos.

Vamos continuar o debate sobre esta iniciativa do Governo.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco, na sequência das suas palavras, o Sr. Deputado insinuou que eu talvez me tivesse a referir a algum concurso de alguma câmara municipal e que aparentemente estariam a fazer os concursos apressadamente para que o procedimento da entrevista ainda fosse realizado e depois deixaria de ser realizado.

Só queria lembrar-lhe que neste momento o Governo Regional procedeu à abertura de 762 vagas ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Que comparação!

Deputado João Vasco Costa (PS): Eu não penso assim, mas pronto.

O Orador: ... e não me queira dizer que é precisamente por isso também.

Sr. Deputado, o PSD vai aprovar essa proposta, o PSD concorda com esta proposta, não obstante as críticas que fez ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Injustas!

O Orador: ... e o PSD não criticou os júris, o PSD aquilo que fez, e faz, é criticar as ingerências no júri, que é uma coisa diferente de criticar o júri.

Sr. Deputado, aquilo que o PSD não quer, e peço-lhe atenção, é alguma coisa do tipo daquilo que lhe vou ler, isso tem a ver com o concurso da RIAC que eu falei na minha intervenção anterior: “é de realçar que o Presidente do júri, que tem como habilitações literárias o equivalente ao 12.º ano, tirado no curso profissional de cabeleireira é a atual coordenadora da RIAC, que passou de operadora de *front office* da RIAC para coordenadora, sendo o motivo da sua nomeação pelo vogal da direção ter gostado dela”.

Parafraseando o vogal da direção: “Eu gostei dela!”.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não gosta de cabeleiras?

O Orador: Portanto, é isso que o PSD não concorda que se façam nas nomeações e nos concursos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Vasco Costa (PS): Então diz uma coisa, depois diz outra!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, esta proposta que o Governo apresenta, é mais um contributo inovador, no contexto nacional da administração pública para reforçar aquilo que são os princípios da transparência, do rigor e da isenção da Administração Pública Regional.

Fizemo-lo com sentido inovador quando criámos a bolsa de emprego público dos Açores, porque até essa altura os concursos públicos eram dispersos por jornais e por publicações mais ou menos periódicas e não havia um único sítio onde obrigatoriamente todos os concursos públicos tivessem devidamente anunciados.

Para reforçar esses objetivos criámos a Bolsa de Emprego Público dos Açores, onde todos os concursos públicos são obrigatoriamente publicados e faz com que todos os açorianos ou não açorianos possam ter acesso, em igualdade de circunstâncias a esses mesmos concursos.

Depois, de acordo com um compromisso assumido nesta legislatura, estamos a cumprir este compromisso ao anular qualquer possibilidade de subjetividade nos concursos, reforçando assim a sua transparência, o seu rigor e a sua isenção, na medida em que se define como métodos de seleção exclusivamente a prova de conhecimentos e a avaliação curricular e para reforçar ainda mais estes princípios acolhemos, no âmbito deste debate uma proposta do PP e iremos acolher também outra proposta do BE.

Permitam-me que vos diga que cada vez que identificar um exemplo mais ou menos verídico, não vou discutir essas matérias, sobre situações no âmbito de concursos, mais valida a oportunidade desta proposta, mais valida a iniciativa do Governo dos Açores e mais assegura que o Governo dos Açores, quer efetivamente, sem qualquer tipo de dúvidas, que todos os concursos da Administração Pública Regional, sejam caracterizados pela máxima

transparência, pelo máximo rigor e pela máxima isenção a bem dos Açores e a bem de um administração pública, cada vez melhor ao serviço dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, em função da proposta apresentada pelo BE, com a qual concordamos e para que aprovando a nossa, não se consiga aprovar a vossa que consideramos mais completa, o Grupo Parlamentar do PS retira a sua proposta, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Viva a democracia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sendo assim não deverão considerar esta proposta do PS na votação.

Informo que todas as Sras. e Srs. Deputados, dispõem da proposta de alteração entregue à Mesa pelo CDS e pelo BE.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar às votações.

Este diploma apresentado pelo Governo tem seis artigos.

O seu art.º 1.º propõe alterar o art.º 2.º e 6.º do diploma original.

As propostas de alteração são apenas para o art.º 6.º.

Coloco à votação então a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 6.º.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Se calhar podíamos votar só as propostas de alteração referentes ao ponto 9 em separado e depois todas as outras em conjunto, se for possível.

Presidente: Vamos então fazer a votação em separado.

Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 9 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração para o n.º 10, deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 11 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 12 do art.º 6.º.

(Aparte inaudível)

Presidente: Ah, é a renumeração.

Sendo assim não faz sentido colocar à votação nem o n.º 12, nem também o n.º 13, que é o antigo n.º 9 da proposta do Governo.

Muito bem, avançamos então agora para as propostas de alteração apresentadas pelo BE.

Pergunto também se iremos votá-las ponto a ponto, em relação ao BE?

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) Deputado André Bradford (PS): Em relação ao Grupo Parlamentar do PS nós podemos votar o ponto 9 em separado e os outros em conjunto.

Presidente: Pergunto se há alguma objeção a esta proposta de votação?

Não há?

Será então votado desta forma.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao n.º 9 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do BE, nomeadamente para os n.ºs 12, 13 e o 14 que era também uma renumeração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 1.º desta Proposta de DLR, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votarmos os restantes cinco artigos deste diploma em conjunto.

Julgo não haver oposição.

Sendo assim está à votação o art.º 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE veio reforçar aqui aquela que foi uma proposta apresentada pelo Governo Regional, que de facto procura impor rigor, isenção e transparência na admissão de pessoal na Administração Pública Regional.

Com a proposta de alteração da nossa autoria, do BE e com a sua aprovação temos maiores garantias de que a entrevista não será novamente uma prática corrente.

Lamentamos, tão somente, que duas das nossas outras duas propostas de alteração não tenham sido aprovadas. São propostas que se fundamentam não em preciosismos por parte do BE, mas sim em pareceres do próprio Provedor de Justiça que tem a ver com a possibilidade de os júris de concurso serem maioritariamente ao mapa de pessoal que integra o posto de trabalho objeto do concurso e a garantia de anonimato na realização de provas de conhecimentos.

Consideramos que apesar de tudo esta proposta agora aprovada de alteração, digamos aos trâmites de seleção e admissão de pessoal da Administração Pública Regional, trará uma mais valia para a nossa Região e é também uma forma de honrar todos aqueles que se sentiram e que efetivamente foram prejudicados em processos de seleção menos claros.

É também uma forma de honrar o princípio constitucional de garantir a igualdade de acesso à administração pública.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS congratula-se com a aprovação das alterações apresentadas e do diploma também apresentado, que manifesta de uma forma clara, inequívoca, na nossa perspetiva, uma vontade de maior transparência, de maior igualdade de tratamento, possibilitar uma cada vez maior igualdade de tratamento, sabendo-se que o caminho da legislação se faz caminhando e portanto também isso prova que independentemente de cor ou de credo, o Grupo Parlamentar do PS quando as propostas são boas, também as aprova.

Muto obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 4 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 86/XI – “Alargamento da participação de cada jovem no programa Bento de Góis”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa Bento de Góis destina-se a jovens residentes nos Açores, com idades entre os 12 e os 26 anos e visa promover a sua mobilidade regional, nacional e internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante, no sentido de entidades açorianas e de cidadania europeia.

Programas como este constituem para os jovens um instrumento fundamental, de fomento da sua autonomização, projeção criativa e mobilidade, mobilidade esta que deve ser concebida como meio privilegiado para alargar e enriquecer a formação e as experiências dos jovens, reforçar a sua versatilidade e

empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural e social.

Assim, espera-se dos poderes públicos a capacidade de interpretar os impactos da aplicabilidade dos diplomas em vigor, em caso em apreço junto dos jovens e entidades promotoras, apoiando-os no seu desenvolvimento e na construção de oportunidades para que os jovens sejam participantes ativos na vida das suas comunidades.

O programa Bento de Góis tem sido um instrumento fundamental e positivo na acessibilidade de jovens ao território nacional, à Europa e à diáspora, pois apoios como este tem um valor acrescido numa Região marcada pelo seu carácter arquipelágico e ultraperiférico.

No entender do Grupo Parlamentar do CDS importa aperfeiçoá-lo e melhorá-lo, tendo em conta as experiências dos candidatos.

As entidades promotoras que apresentam candidaturas ao programa Bento de Góis são diversas, entre as quais estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional e proporcionam a participação de jovens em atividades em diferentes áreas como a expressão sócio cultural, recreativa, artística, pedagógica ou científica.

Para muitas instituições é através deste apoio que é possível a participação de jovens em diversos eventos em outras ilhas a nível regional, ou mesmo a nível nacional, pois tais instituições não têm possibilidade de assegurar estas despesas de deslocação, nem muitas vezes os próprios encarregados de educação têm capacidade financeira para tal, proporcionando assim igualdade de oportunidade dos nossos alunos relativamente aos restantes do território nacional.

Contudo, no diploma em vigor relativo a este programa, a portaria n.º 36/2011 de 19 de maio de 2011, n.º 3, do at.º 6.º, só é possível cada jovem participante integrar um projeto por cada ano civil, o que muitas vezes impossibilita o jovem que obteve o melhor resultado de participar na fase seguinte do evento, como

acontece quando o jovem se desloca a outra ilha para participar na fase regional de determinado evento, em que ganha o mesmo e fica impossibilitado de participar, de realizar uma candidatura para participar na fase seguinte.

Por outro lado, o Grupo parlamentar do CDS entende que o limite fixado para as candidaturas no âmbito do programa atualmente compreendida entre os 12 e os 26 anos deve ser alargado, de forma a permitir uma maior amplitude da sua ação.

Neste sentido o CDS propõe que a idade mínima para o acesso ao programa seja fixada nos oito anos de idade, de forma a permitir a participação dos mais jovens no âmbito do projeto.

Esta proposta do CDS visa assim melhorar e adaptar o programa Bento de Góis, passados sete anos após a sua implementação.

Tratam-se de medidas que foram aceites pela generalidade dos pareceres recebidos em sede de comissão e que constituirão com a sua aprovação um alargamento das condições de participação a alunos, professores, formandos e encarregados de educação.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do CDS propõe que esta Assembleia recomende ao governo o alargamento que confere a possibilidade de cada jovem poder integrar mais do que um projeto por ano civil do que a idade dos destinatários seja compreendida entre os oito e os 26 anos de idade e que o programa seja alargado no âmbito da ajuda às deslocações, ao alojamento, à alimentação, procedendo assim à clarificação das condições e pressupostos das candidaturas, permitindo uma maior amplitude da prossecução dos objetivos do programa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa Bento de Góis, visa efetivamente promover a sua mobilidade a sua mobilidade regional, nacional e internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante no sentido de identidade açoriana e de cidadania europeia.

É um instrumento fundamental de fomento da sua autonomização, projeção criativa e mobilidade.

Esta mobilidade deve ser concebida como um meio privilegiado para alargar e enriquecer a formação e as experiências dos jovens, reforçar a sua versatilidade e empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural e social.

Mais, o programa Bento de Góis tem sido um instrumento fundamental na acessibilidade dos nossos jovens ao território nacional, à Europa, à nossa diáspora, pois apoios como este têm um valor acrescido numa Região marcada pelo seu carácter arquipelágico e ultraperiférico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acabei de citar partes do enquadramento que é feito pelo CDS-PP no seu Projeto de Resolução.

Quase que poderia dizer: “eu não diria melhor”, mas efetivamente vou fazê-lo, até porque este é um programa que este Grupo Parlamentar e este partido se orgulha de ter implementado nesta Região e que é reconhecido pelos jovens açorianos como um bom programa, tendo uma boa abrangência.

Por isso acho pertinente esclarecer, dizer e informar as pessoas do seguinte:

O programa Bento de Góis tem três ações, uma delas que promove as deslocações na Região e no restante território nacional, intercâmbios na Região e também uma mobilidade internacional.

Tem faixas etárias, como foi dito pelo Sr. Deputado, que abrangem jovens dos 12 aos 26 anos, não significando isso que quem não esteja nesta faixa etária, não tenha acesso a apoios.

À data da audição do Governo, em Comissão, tivemos a informação por parte do Sr. Secretário que este programa já tinha abrangido só este ano, cerca de 1 700 jovens, isso mostra efetivamente a abrangência do programa deste bom programa do Governo Regional.

O programa bento de Góis à semelhança de outros, conseguiu que os jovens açorianos de uma forma generalizada, conhecessem até a sua própria Região; faz com que os jovens açorianos tenham experiências dentro da sua própria Região, em ilhas diferentes das suas e até em outras Regiões; que promovam o seu enriquecimento cultural e pessoal porque isso efetivamente enriquecerá a nossa própria Região. Nós acreditamos isso e efetivamos esse objetivo.

Disse.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD concorda e reconhece tudo aquilo que foi dito até agora, nomeadamente todos os elogios feitos ao programa, não há a mínima dúvida que é um programa com muita qualidade, gostaríamos nós que essa abrangência obviamente fosse alargada a outras faixas etárias e não vinha mal ao mundo se de facto o programa fosse tomado um programa infantojuvenil, iniciando-se a partir dos oito anos de idade porque de facto seriam mais jovens e neste caso crianças açorianas, tuteladas à partida por professores que poderiam usufruir do plano, portanto, isto só prova a qualidade do programa em que estamos a falar e a possibilidade de ser alargado a outras faixas etárias.

Lamentamos que mais uma vez o PS se feche em si próprio, nas suas convicções e que não reconheça aqui a benesse de alargar esta faixa etária, até porque se é certo que a partir dos oito anos se considera que estas crianças estão fora da abrangência da Direção Regional da Juventude, também estarão a partir dos 12 anos que não engloba, obviamente a faixa etária que o Sr. Secretário usou como um argumento em sede de Comissão que obviamente a Direção Regional da Juventude estava focada para jovens entre os 15 e os 34 anos, mas também é certo e basta ler um dos pareceres, nomeadamente a Escola Profissional a Horta, que diz que de facto não faz muito sentido a faixa etária limite estar nos 26 anos de idade, até porque com base naquilo que está estipulado na Região podemos ter alunos com 28 anos de idade que ainda podem frequentar o ensino profissional, mas não podem de forma lamentável usufruir deste programa, portanto faria todo o sentido que aqui houvesse uma revisão da faixa etária de possíveis alunos que podem usufruir do programa e assim dotar o mesmo programa de mais experiências e de possibilitar a todos os açorianos de forma idêntica, poderem usufruir deste programa.

Recordo também que a nível de taxas de execução e olhando para a taxa de execução do ano passado, portanto de uma dotação de 120 mil euros, não foi gasto na totalidade, portanto não há de ser por falta de financiamento, poderia haver aqui um esforço por parte da Direção Regional de alargar este programa, no sentido de viram mais jovens açorianos e não vem mal ao mundo, como já referi, torná-lo um programa infantojuvenil.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação do Programa "Bento de Góis" trouxe uma inovação a nível regional com a integração de todos os programas de educação e formação e da juventude sob um mesmo enquadramento. Este programa visa igualmente proporcionar ao jovem açoriano o acesso à mobilidade internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante.

Os projetos aprovados agregam opções nas áreas da expressão sociocultural, recreativa, artística, pedagógica, desportiva e científica. Julgo ser unânime a ideia de que a juventude enfrenta hoje desafios únicos. As alterações no mercado de trabalho, as mudanças sociais e a evolução tecnológica permanente serão, talvez, as mais significativas. Desta forma o PCP entende que devem ser feitos todos os esforços necessários para apoiar todos os jovens e crianças açorianas.

Consideramos que as melhorias que a resolução propõe para fazer face às deficiências do programa são insuficientes. As verbas a serem atribuídas a este programa deveriam ser um dos principais focos deste debate.

Defendemos que o programa deve custear todo o período fora da RAA (deslocação, alojamento, alimentação).

Realçamos que só algumas despesas são assumidas, o que promove a perspectiva do ensino e da formação numa lógica mercantilista de satisfação do mercado. No projecto resolutivo faltam muitas recomendações que levem a uma efectiva democratização e promoção do acesso ao programa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda relativamente à resolução apresentada, o aumento da limitação da idade em nada irá prejudicar o programa e os seus candidatos bem pelo contrário proporciona a que o alcance seja maior.

A possibilidade de mais que um projecto por jovem deve ser aceite desde que essa medida não crie constrangimentos no programa que já está em vigor, ou seja, não deve impedir o leque de jovens de aumentar sendo que todos têm direito a usufruir destes apoios.

Ao aumentarmos as condições deste programa incentivar-se-á indirectamente o sucesso escolar e o interesse pelo conhecimento. Sugerimos ainda a ponderação para um aumento da idade integrada no projecto de 26 para 28, sendo esta mais abrangente das várias faixas etárias que frequentam o ensino açoriano, ou seja, a inclusão dos alunos que frequentam o ensino profissional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então concordam!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este programa deve ser apoiado por este parlamento porque muitas famílias açorianas têm grandes dificuldades para proporcionar aos jovens experiências que sejam mais dispendiosas como o simples facto de viajar.

Uma viagem para uma família torna-se num custo agravado que afecta a economia anual da mesma.

As condicionantes intrínsecas da insularidade, sobretudo em ilhas menos populosas e mais isoladas, dificultam ou impedem, em muitos casos, o acesso ao conhecimento não apenas da realidade geográfica e cultural do seu próprio arquipélago, como do continente de que fazem parte.

Os poucos recursos financeiros, que caracterizam uma significativa mostra dos nossos alunos, é efectivamente outra realidade e factor limitativo à mobilidade jovem dentro e para o exterior do nosso país, conforme defendido no projecto em análise.

Assim este programa vem apoiar as famílias açorianas na sua adaptação e inserção na realidade socio-económica e proporciona aos jovens um enriquecimento da sua formação e realização pessoal.

E reforçamos que é necessário adaptar as verbas concedidas com a realidade económica actual para possibilitar o alargamento e enriquecimento da formação e das experiências dos jovens, reforçando a sua versatilidade e empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural. Esperando que estes um dia mais tarde sejam participantes activos na vida das suas comunidades.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a apalavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava aqui a pensar em relação à forma como estão aqui a decorrer estes trabalhos, eu penso que que ilustram bem a posição de cada partido e também a forma como o debate político se faz na nossa Região.

Há pouco aprovámos um diploma do Governo, aprovado pela oposição que apresentou dúvidas, apresentou sugestões e aprovou a iniciativa do Governo de forma construtiva.

Deputado André Bradford (PS): Acabámos de aprovar duas propostas da oposição!

O Orador: Temos agora uma iniciativa do CDS-PP, que começa por valorizar o programa em questão, o programa Bento de Góis, que valoriza, que considera que é um programa importante e que pretende melhorar e alargar o seu âmbito para que possa ser mais justo e que possa ter uma importância ainda maior, no âmbito do seu impacto na juventude e na mobilidade da juventude açoriano.

Bem, mas agora que é uma proposta da oposição já o Governo tende a desvalorizar aquilo que é uma iniciativa da oposição, ou seja, o diálogo é importante, as sugestões são importantes, mas é apenas quando valorizam as questões, os diplomas ou as iniciativas do Governo.

Deputado André Bradford (PS): Veja lá se daqui a bocadinho não vai dizer outra coisa contrária àquilo que está a dizer!

O Orador: O que eu acho é que nesta matéria, olhando para o conjunto de argumentos que foram apresentados, para os pareceres que foram apresentados também pelas diversas instituições, que foram consultadas, não há nenhuma dúvida que as propostas que o CDS-PP aqui faz valorizam o programa, valorizam o programa, tornam mais justo a sua aplicação e portanto conduzem a um conjunto de vantagens bastante significativas, até porque como aqui já foi referenciado por parte do PSD, a execução não tem sido uma execução a 100% , portanto existem os meios financeiros para permitir este alargamento do programa.

Nestas circunstâncias eu não vejo que existam argumentos válidos para que esta proposta do CDS-PP, porque é um contributo muito positivo, a aprovação possa ser inviabilizada no âmbito deste Parlamento.

Nós da nossa parte, a nossa postura é a mesma de há pouco, aprovámos uma iniciativa do Governo que considerámos que era positiva e agora também consideramos que esta iniciativa do CDS-PP, é uma iniciativa que introduz justiça no programa, que alarga o seu âmbito de uma forma também justa e eficaz, por isso nós vamos também votar favoravelmente esta iniciativa do CDS-PP e o meu apelo é que o Governo também faça uma análise justa desta iniciativa e que também faça uma apreciação que não enverede na guerrilha política de quem é quem, ou de achar que apenas o Governo é ele que tem razão, ou que as suas propostas é que são as propostas válidas.

Num debate político que se quer com elevação é importante que se reconheça o conjunto de argumentos que são positivos e os argumentos apresentados pelo CDS-PP no âmbito desta iniciativa são justos e não foram de forma nenhuma rebatidos no âmbito da discussão da Comissão e também na discussão que aqui

já se realizou. Não foram rebatidos, não foram inviabilizados, portanto o diploma tem todas as condições para ser aprovado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE reconhece a pertinência da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, já estou a ver ali o Sr. Deputado Artur Lima com ligeiras reservas ou desconfianças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! É só por causa da minha hérnia cervical!

O Orador: Consideramos que o Grupo Parlamentar do CDS identificou lacunas neste programa, mais do que isso essas lacunas levam a concluir que o programa está desatualizado, desde já, estou a referir-me a alguns aspetos, um deles até foi referenciado pela Sra. Deputada Mónica Seidi e tem a ver com o alargamento da idade limite que faz todo o sentido e faz todo o sentido se atendermos àquela que é a realidade do ensino profissional em que os alunos podem até terminar o curso, até completarem os 28 anos de idade, portanto faria sentido alargar a idade limite para acesso a este programa.

Deputado André Bradford (PS): Por que é que não vai para os cinco anos? Por que é que vai para os oito?

O Orador: Depois também é de referir a comparticipação atual do custo da viagem que se situa nos 60%, tendo como referência a tarifa de residente mais económica.

Ora, esse também será um critério que está desatualizado face ao novo modelo de apoio à aquisição de viagens para o continente por parte de residentes e claramente o apoio que é neste momento prestado para alojamento, está não só

desatualizado, como é deveras insuficiente, porque 10 euros de comparticipação diária para alojamento, parece-nos que é muito pouco e esse valor deverá ser de todo aumentado.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Começo por cumprimentar e saudar o Sr. Deputado Jorge Paiva, a Sra. Deputada Rute Gregório, a Sra. Deputada Sabrina Furtado ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é que é falar!

O Orador: ... pelo início das suas funções neste Parlamento, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das vossas funções que agora iniciam.

Tendo em conta aquilo que está aqui em discussão, o programa Bento de Góis que é um dos instrumentos que a Região tem de apoio à mobilidade juvenil, é sempre um gosto para o Governo dos Açores, abordar este assunto, abordar o tema da mobilidade pela importância que tem para o futuro da nossa Região.

Tem sido nossa preocupação, de quem tutela as políticas de juventude na Região, de valorizar a importância da mobilidade para reforçar a coesão no futuro dos Açores. É assim por exemplo no cartão Interjovem, é assim também no Bento de Góis, isto porque achamos que quanto maior for o conhecimento dos jovens açorianos das outras ilhas dos Açores, maior será a sua predisposição para no futuro conhecer e reconhecer as evidentes diferenças que existem entre cada uma das ilhas e desta foram contribuir ativamente para um reforço dessa coesão e da nossa identidade coletiva enquanto Região.

Além disso também temos vindo a reforçar e é importante que continuemos a reforçar a perspetiva, permitem-me a expressão, pedagógica e educativa deste

tipo de instrumentos de mobilidade, para que isto não possa ser vítima da visão redutora que às vezes existe nestes instrumentos de apoio à mobilidade que só servem para fazer viagens e ir aos festivais de verão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olá! Os barcos andavam vazios, desembarcavam aí!

Orador: Temos trabalhado ... sendo que é importante também ir aos festivais de verão, mas temos valorizado aqui a perspetiva de aprendizagem, de enriquecimento curricular, de enriquecimento da educação não formal, por isso é que, por exemplo, no âmbito do Cartão Interjovem, o Cartão Interjovem passa a dar entradas gratuitas nos museus e centros interpretativos da nossa Região e no caso do Bento de Góis temos valorizado também os grupos escolares que fazem deslocações no âmbito de visitas de estudo e de intercâmbios que potenciem a aprendizagem dos jovens que frequentam este tipo de programas.

O CDS-PP apresenta aqui este Projeto de Resolução que prevê, na sua perspetiva, legítima com certeza, alterações em três âmbitos: primeiro âmbito, no que tem que ver com as questões relacionadas com a idade, enfim, a faixa e a idade que é adotada para apoiar; em segundo lugar, naquilo que tem que ver com a proibição, ou não de, no mesmo ano civil, o jovem ou o grupo poder candidatar-se novamente ao programa Bento de Góis e a terceira vertente é a consagração do apoio ao alojamento e à alimentação.

Naquilo que se refere à questão da idade, eu devo dizer que não concordo com essa proposta, aliás segundo aquilo que consta do enquadramento das políticas de juventude na Região Autónoma dos Açores, que está aliás consagrado em Decreto Legislativo Regional, está definido como limite mínimo para os apoios à juventude e serem considerados enquanto ilegíveis para concorrer aos programas da Direção Regional da Juventude, o limite mínimo de idade de 12 anos. Isso tem que ver e essa definição tem que ver também com o facto e na abordagem aquando da construção deste programa foi feita, os 12 anos tem que

ver também com o início do 3.º ciclo de escolaridade, em que há também já um conjunto de projetos escolares que consideram e que tem em conta, também, a possibilidade de deslocações de vistas de estudo já numa idade, permitam-me a expressão em termos logísticos, permita também isso.

Daí esta definição e este limite mínimo também dos 12 anos no programa Bento de Góis.

Portanto, seria com certeza interessante que qualquer projeto de apoio à mobilidade juvenil pudesse abranger todas as faixas etárias da nossa Região.

No caso da Direção Regional da Juventude, o programa Bento de Góis define limite mínimo também tendo em conta aquilo que está consagrado em termos legislativos do limite mínimo de idade os 12 anos e foi a opção que isso fosse até aos 26 anos.

Portanto, naquilo que se refere a esta primeira vertente da idade, o Governo dos Açores naquilo que é a sua competência e que é minha tutela na Direção Regional da Juventude, não concordamos com essa alteração, sem prejuízo naturalmente para as outras faixas etárias existirem programas que apoiem os projetos que têm que ver com essas faixas etárias e isso na nossa perspetiva enfim, poderá também ser considerado e avaliado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas porquê?

O Orador: Naquilo que tem que ver com a proibição de concorrer no mesmo ano, isso não está dito de forma clara na parte resolutiva, mas está abordado no preâmbulo e de facto o CDS tem razão e ocorria depois de me ter chegado uma queixa à Direção Regional da Juventude, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, já alterou!

O Orador: ... o CDS-PP tem razão, porque o Bento de Góis promovia na nossa perspetiva, até com alguma divergência com os serviços e os quadros intermédios da Direção Regional da Juventude, promovia aquilo que na minha perspetiva é uma injustiça, de facto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vote!

O Orador: ... ou seja tendo em conta aquilo que consta do enquadramento legal e tendo em conta a forma como a plataforma em que se concorre ao Bento de Góis está construída e que é construída conforme aquilo que é definido, quer em letra de lei, quer através da portaria que define os critérios e regras de funcionamento do programa, impedia que um jovem que tivesse concorrido uma vez naquele ano, não pudesse voltar a concorrer. Isso faz sentido, faz sentido porque isso permite que outros jovens e outras organizações, possam concorrer também.

Aquilo que não faz sentido e aí é que é a injustiça, é que um jovem ou uma organização que, através do Bento de Góis concorrem a um concurso, passe o pleonasma e ganham, passando para a fase seguinte, o Bento de Góis tem que considerar que indo à segunda fase ou às fases seguintes possa ser também apoiado e nesta perspetiva o CDS sinalizou corretamente essa questão, tal como pude também referir na audição que tive na audição que tive na Comissão Parlamentar e nesta questão em concreto o CDS tem razão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não temos razão nenhuma!

O Orador: ... de facto não faz sentido e o programa Bento de Góis será alterado nessa perspetiva para quando está em causa um projeto em que se candidata e que tenha várias fases, a plataforma e a portaria que regula este programa tem que garantir que quem passa a primeira fase tem que ser apoiado também nas fases seguintes, como acontece também nos programas que temos aqui, no âmbito do Parlamento de Jovens, no concurso Euroescola, quem ganha a fase regional, tem obviamente apoio para a fase nacional e ganhando a fase nacional tem também apoio para a fase europeia em Estrasburgo e, portanto, desse ponto de vista o CDS tem razão.

Quanto à questão do alojamento e alimentação a ação 1, que prevê a mobilidade no território regional e nacional e ação 2, de intercâmbio nos Açores, já prevê

apoio para a alimentação e para o alojamento. Define um valor fixo por dia, por pessoa, para esse apoio.

Sras. e Srs. Deputados, eu também devo dizer o seguinte, porque é isso que temos visto: o programa Bento de Góis tem corrido muito bem, todos os projetos apresentados mediante a sua avaliação, têm sido considerados, mas é também, importante também que não se perca a corresponsabilização das organizações que concorrem a este programa e os projetos que temos visto, eu tenho presenciado e testemunhado muitos projetos por essa Região fora, em que as equipas, as instituições, as organizações, além do apoio que o Governo lhes concede, tem também uma outra vertente em que eles próprios se organizam para angariar fundos e cofinanciar o projeto que é também apoiado pelo bento de Góis. Eu acho que essa perspetiva não se pode perder. Não nos parece correto que nós passemos a apoiar, em maior medida do ponto de vista financeiro, quem a estes programas concorre, de forma a desvalorizar a corresponsabilização de quem concorre a este programa, porque isso na nossa perspetiva desvirtua aquilo que é absolutamente fundamental, a corresponsabilização dos jovens e das organizações quando concorrem ao programa Bento de Góis.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, para dizer o seguinte e daí a não concordância geral: nós concordamos com a parte referente à proibição que existia de não se poder concorrer relativamente à segunda fase e sendo a Resolução sobre essa matéria naturalmente que teria o nosso apoio e a nossa concordância. Com a alteração da faixa etária e das idades nós não concordamos pelas razões que eu referi e a questão da alimentação e do alojamento também já é considerada na ação 1 e na ação 2, tal como referi e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, é esta a nossa perspetiva que nos parece legítima, voltando a realçar que na forma como a Resolução está construída, tem uma vertente com a qual nós concordamos e subscrevemos, tem outra que já existe, portanto também merece a nossa

concordância porque já existe nos modelos que existe atualmente e quanto à alteração das idades, nós não concordamos.

Devo dizer também e informar a câmara que o Bento de Góis será alvo de alguns ajustamentos e algumas alterações, a nova Portaria está praticamente definida, vai acautelar já esta preocupação do CDS-PP, nós não publicámos a Portaria porque este assunto estava no Parlamento e não queríamos estar a publicá-lo porque queríamos discuti-lo aqui com esta discussão, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: ... isto para dizer que este contributo do CDS relativamente à proibição é um bom contributo, é um contributo correto e o CDS sinaliza algo que era uma injustiça ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Concorda, mas chumba!

O Orador: ... que na nossa perspetiva também não fazia sentido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também concordamos com a proposta do alargamento de aumentar a idade dos 26 para os 28, como já foi aqui dito.

Deputado André Bradford (PS): Ui, mas porque é que não há-de ser para os 35?

O Orador: Quanto ao alargamento da idade dos 12 para os 8, isto surge porque tem-nos sido transmitido em alguns projetos pedagógico, principalmente para o primeiro ciclo, 5.º e 6.º ano, que seriam importantes participar, até temos alguns alunos interessados com capacidade para tal, mas como não tem ajuda acabam por não o fazer, porque este tipo de projeto nunca ocorre em S. Jorge, por

exemplo, normalmente é em S. Miguel ou na Terceira, o que implica despesas de deslocação e como tal neste momento está a ser um fator limitador.

Aqui o que estava em causa era alargar as idades também e clarificar um pouco os pressupostos de uma candidatura ao programa.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito simples ali para o Sr. Secretário, uma vez que falou no DLR n.º 18/2008 e que de facto fala no limite de idades e o art.º n.º 2 deste DLR diz que de facto o limite mínimo são os 12 anos, mas que o limite máximo são os 30.

A minha pergunta é muito direta, no sentido de saber se o Governo está disponível para de facto alargar a idade máxima até aos 28 anos.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi telepatia, eu ia fazer exatamente a pergunta que a Sra. Deputada que me antecedeu já realizou, penso que é uma questão bastante relevante que vai no sentido dos pareceres, por exemplo, da Escola Profissional da Horta também e também do parecer da Assembleia de Escola, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, acho que é um contributo e não vejo nenhuma razão lógica para excluir os alunos até aos 28 anos de idade também.

Portanto, também reitero a questão colocada pela Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

O Governo está disponível para avaliar essa possibilidade, tendo em conta que a Portaria está em processo de revisão e, portanto, será naturalmente avaliada essa possibilidade, sem qualquer tipo de problema.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vamos lá ver se nos entendemos: o CDS tem razão! O CDS tem razão! O CDS tem razão...

Deputado André Bradford (*PS*): Tem razão uma vez!

O Orador: Três vezes!

... mas o PS vai votar contra!

Então o que é que incomoda o PS?

Deputado André Bradford (*PS*): Não incomoda nada!

O Orador: É o pagamento do alojamento e dos transportes que já previsto, não sei quê, estamos disponíveis para retirar, para fazer uma proposta de substituição.

Portanto, o desafio que eu faço ao PS, é este: os senhores aceitam o limite de alteração a essa questão dos transportes e aceitam obviamente a alteração do limite de idade para os 28 anos. Isso os senhores estão disponíveis.

Agora, vir o Sr. Secretário aqui dizer: “nós vamos considerar na Portaria ... temos aqui a proposta, mas vamos considerar na Portaria, a proposta a gente chumba, mas depois considera aquilo que os senhores propõem”.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo não chumba nada!

O Orador: Oh Sr. Secretário, o senhor é que disse, o senhor é que acabou de dizer. “Nós vamos considerar aquilo que o CDS propõe”! Então o PS aprova aquilo que o CDS propõe.

Não percebo por que é que as crianças com oito anos, não hão de participar nesse programa?

Deputado André Bradford (*PS*): Já foi explicado!

O Orador: Não foi explicado, os senhores disseram que não, “tout cours”. Não, não devem participar neste programa!

Então jovens infantis, eles participam no atletismo com essa idade, em programas na Região Autónoma, por que é que não hão de participar? Porque os senhores não querem, tem que ser com 12!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não tem nada a ver!

(Aparte inaudível)

O Orador: Pois, não apoia!

Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Apoia a Direção Regional do Desporto!

O Orador: Para umas competições podem ter oito anos, para o programa Bento de Góis não podem ter oito anos, tem que ser com mais, tem que ser com mais de doze.

O senhor entende que os outros não podem ter, todas as iniciativas do programa. Não podem ter porque o senhor não quer! Podem ir para o cortamato ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o que é triste é o seu discurso! É o senhor vir aqui dizer que o CDS tem razão, o CDS tem razão, mas o PS vai chumbar e nós vamos ter em consideração em Portaria aquilo que o CDS propõe! Isto é que não faz sentido! Isto é que é mesmo chumbar, por chumbar e eu quero, posso e mando.

Os senhores aprovam uma proposta de alteração e já acham que fizeram um milagre. Não! Esta proposta é válida, os senhores não apresentaram um único argumento que rebatesse, por que não os oito anos? Eu percebo que o do transporte já está previsto, estamos disponíveis para alterar. Quero saber a vossa resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Prescinda?

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Governo já reconheceu aqui que esta injustiça que era limitar um jovem, que tinha sucesso num determinado programa, ficava em primeiro lugar, era classificado para a fase seguinte, era algo que era penalizador para os jovens que participavam no programa, porque o sucesso do jovem açoriano era depois penalizado com o facto de não poder participar na segunda fase desse concurso.

Portanto, nessa parte o Governo está de acordo.

O Governo já considerou, pelo menos no limite máximo até aos 28 anos, que essa é uma questão que foi apresentada por diversos intervenientes e as entidades foram ouvidas, exatamente para isso, para enriquecer o debate

parlamentar e acho que esse contributo foi um contributo muito positivo da parte das diversas entidades.

Deputado André Bradford (PS): Por acaso gostava de lembrar que fomos nós que criámos o programa!

O Orador: Também aí é possível melhorar o programa.

Portanto há aqui um conjunto de matérias que aproximam muito o Governo da proposta que foi apresentada pelo CDS-PP, que melhora de facto e que referencia algumas das questões que V. Exa. está disponível para alterar.

Por isso, eu considero que este apelo ao diálogo, para que se encontre aqui uma solução, é importante e pode valorizar esta proposta e pode ser um bom exemplo de que apesar das divergências políticas e partidárias é possível encontrar pontos de convergência.

Faço este apelo para que seja possível aproximar posições e que uma iniciativa que V. Exa. já disse que o CDS tem em grande parte razão, possa ser aprovada e possa ser viabilizada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima, enfim, pensava que tinha sido claro, pelos vistos não fui tendo em conta a sua intervenção, poderá não ter ouvido aquilo que eu disse.

Mas aquilo que eu disse, eu acho que foi perfeitamente perceptível e, portanto, eu reitero o que disse e repito o que disse.

O CDS-PP, propõe alterações em três vertentes: eu disse que numa tem razão e que será corrigido e considerado no âmbito da revisão deste programa; na segunda nós discordamos e eu expliquei porquê, tendo em conta o

enquadramento legal que existe no âmbito daquilo que define o regime de enquadramento das políticas de juventude na nossa Região, no Decreto Legislativo 18/2008/A em que o limite dos programas apoiados dos jovens deve ter doze anos e a terceira, no âmbito dos apoios à alimentação e ao alojamento que a ação 1 e a ação 2, já apoiavam o alojamento e a deslocação e também disse que no âmbito das percentagens e dos valores que nós apoiamos, achava que não devíamos desvirtuar a corresponsabilização de jovens que concorrem a essas ações.

Portanto, Sr. Deputado não deve haver drama nenhum, eu acho que fui absolutamente claro, ou seja, nós concordamos com uma vertente, a outra vertente já existe e uma terceira vertente nós não concordamos com o alargamento de idade. Foi isso que eu referi e reitero.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 07 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eu informo a câmara que deu entrada na Mesa e já foi distribuído por todas as bancadas parlamentares, uma proposta de substituição integral a esta iniciativa que estamos a debater.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entregamos esta proposta de substituição integral do Projeto de Resolução, acolhendo as sugestões dos outros partidos e do Governo, indo assim de encontro ao que foi aqui debatido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PS não se fecha, o PS das suas funções nunca se fechou e nunca se vai fechar.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O PS no exercício das suas funções, sejam elas governativas ou legislativas, tem sabido e tido a capacidade de analisar e melhorar aquelas que foram as suas próprias propostas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O PS nunca se fecha e nunca se fechará.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS, no âmbito do processo legislativo normal e de uma forma democrática, desprendido da realidade maioritária que detemos nesta Assembleia, vê com bons olhos que o Grupo Parlamentar do

CDS-PP, depois de dizer que o Grupo Parlamentar do PS não tinha argumentos, que o Governo não tinha argumentos para chumbar essa proposta, vê com bons olhos que o Grupo Parlamentar do CDS-PP, reconhecendo os nossos próprios argumentos, apresenta uma alteração do seu próprio Projeto de Resolução.

Disse.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Ávila, sim senhor reconhecemos com humildade a abertura do PS, mas devo dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado, ainda bem que o PS não se fecha e está aberto. Essa tem sido sempre a postura do CDS nesta Casa. Bem-vindo ao clube!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: De resto devo dizer-lhe o seguinte, não estou aqui, nem nós estamos e a proposta que o Sr. Deputado Jorge Paiva aqui trouxe, em nome do CDS, é uma proposta que não é para o CDS, é para os açorianos, é para quem dela vai beneficiar e trabalhar para os açorianos, nós juntamo-nos ao PS, quando for preciso, o que nos interessa é que tenha sido conseguido alargar até aos 28 anos e tenhamos prescindido de alguma daquela que era a nossa posição inicial. Não nos afeta em nada! Não nos cai os parentes na lama! Achamos que não é o ideal, foi o possível, mas a política é a arte de fazer o possível todos os dias e nisso cá estamos nós, a darmos o nosso contributo a favor dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto bem-vindo também a essa posição do PS, que nós saudamos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É democracia!

O Orador: ... sem nenhum problema e com toda a humildade Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu quero felicitar o Grupo Parlamentar do CDS-PP, por esta iniciativa porque de facto beneficia os jovens no âmbito do programa Bento de Góis, alarga de facto o âmbito em que a sua participação se pode fazer, por exemplo, nomeadamente em algo muito importante, que é premiando o êxito dos jovens, no âmbito do seu desempenho nos concursos, portanto o seu desempenho passa a ser premiado. Se ficam em primeiro lugar e participam numa segunda fase, pois têm a garantia que serão apoiados por terem tido êxito, por terem tido qualidade e um programa que premeia a ambição, a qualidade, o mérito é um programa melhor e é isto que aqui se conseguiu.

Deputado André Bradford (PS): Por acaso gostava de lembrar que fomos nós que criámos o programa!

O Orador: Por isso neste caso também o PS convergindo para uma posição comum que de facto melhora o programa, eu também da minha parte o que lhe quero dizer é que considero que o PS também tomou uma posição bastante válida para resolver e melhorar este programa.

No fundo, o que aqui se conseguiu foi melhorar um programa, que é um programa muito válido, melhorando no sentido de premiar o mérito e alargar o seu âmbito etário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu não tenho dúvidas nenhuma que o nosso clube é os Açores. Todos!

Umhas propostas melhores, outras piores, umas melhoradas, outras nem por isso, portanto, Sr. Deputado, bem-vindo ao clube, pelos Açores, com os açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver, mais inscrições, até porque estamos em clima de perfeita harmonia e convergência.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Jorge Paiva, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com agrado que o CDS vê aprovado este projeto de Resolução, o que permite premiar os resultados positivos alcançados pelos alunos açorianos, nos eventos que participam ao abrigo do programa Bento de Góis.

Estamos aqui de uma forma humilde, alteramos o nosso Projeto de Resolução e estamos aqui sempre a favor dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto 5 da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 12/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018, da Assembleia foram elaborados pelos serviços deste Parlamento sob a supervisão do Conselho de Administrativo, recebeu parecer favorável da Mesa e também da CAPAT, que é a Comissão competente nesta matéria e pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM como se sabe e tem repetido aqui, no âmbito da discussão deste assunto, nós não concordamos com o pagamento das subvenções vitalícias.

Consideramos que o pagamento da subvenções vitalícias é algo, é um privilégio que se mantém, evidentemente, não para os Deputados que desempenham atualmente funções, mas aqueles que desempenharam funções até 2005, mas é um privilégio que numa sociedade como a nossa, com tão grandes dificuldades, com tão grandes desigualdades e em que a atividade política deve ser uma atividade em que exista um despreendimento material em relação ao exercício de funções e portanto, que não se tenha pelo facto de estar a desempenhar

funções públicas, qualquer tipo de privilégio, nós não podemos concordar que as subvenções vitalícias se mantenham.

É uma despesa muito significativa para o Parlamento dos Açores, significa mais e dois milhões de euros e nós não concordamos com a manutenção deste privilégio, nós não concordamos com a manutenção desta despesa e por isso vamos votar contra.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou referir no seguimento aliás da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, propriamente ao caso das subvenções, digamos assim, porque já o fiz, numa anterior intervenção em Plenário, exatamente a propósito do Orçamento desta Casa.

A posição do BE é conhecida, a luta que travámos para que estas subvenções não existissem também e, portanto, não vale a pena chover no molhado.

Gostava apenas de recordar uma coisinha que parece um pormenor, mas na realidade é um por maior, é que o Tribunal Constitucional, apesar de todas as queixas e de todos os pedidos de confirmação da constitucionalidade destas subvenções, disse que elas não podiam ser retiradas.

Portanto, o Tribunal Constitucional disse, cada um de nós é livre de concordar ou não, enfim, com as decisões do Tribunal Constitucional, mas o certo é que está assim decidido e, portanto, esta matéria tem que ser atacada de uma outra maneira.

Contudo, Sra. Presidente, eu gostava de aproveitar esta oportunidade que este debate me dá, nesta matéria, para dizer o seguinte: é público e todos e todas nós sentimos isso na pele praticamente todos os dias, que a política e sobretudo os políticos e as políticas estão debaixo de fogo.

São tidos e são olhados pela opinião pública em geral como seres privilegiados que são capazes de ter aquilo a que têm direito, mas também aquilo a que não têm direito, sobretudo em situações de maior penúria económica para a generalidade das pessoas.

Ora eu acho que seria um ato de pedagogia, quer política, quer cívica que o nosso orçamento passasse a incluir o número de Deputados que recebem neste momento as subvenções vitalícias, quando é que saíram desta Casa e por que é que as recebem? Porque as pessoas lá fora pensam que cada um de nós que sai daqui vai com as subvenções vitalícias atrás, vai com uma reforma altamente choruda ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é verdade!

A Oradora: ... vai com tudo e mais alguma coisa.

E Sras. e Srs. Deputados, não, não somos todos iguais para o bem e para o mal, mas há diferençazinhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, eu acho que era, digamos, um contributo para a tal da abstenção que tanto nos preocupa, para as críticas injustas a que muitos e muitas de nós são sujeitos, que nós passássemos a pôr no orçamento da nossa Casa: quantos Deputados (e já não estou a referir-me aos nomes dos Deputados, porque bem sei que há, digamos, um parecer da proteção de dados, que diz que isso não deve ser feito) mas no mínimo quantos são? Em que anos? De que ano a que ano trabalharam? Por que foram embora? E depois à medida que forem outros saindo, porque é bom que as pessoas saibam que quem foi Deputado até 2005 e cumpre determinados tipos de critérios, tem direito a esta subvenção. Mas quem foi Deputado, ou Deputada, depois de 2005, não tem direito a coisa nenhuma, terá a sua reforma. Ponto final!

Pedagogia, Sra. Presidente é uma proposta.

A outra, e termino é que sabendo bem que o dinheiro não dá para tudo e é preciso fazer opções, geri-lo é isso mesmo, é fazer opções e que neste momento o Orçamento desta Casa resolveu investir em obras, tão necessárias também para a dignidade do nosso trabalho e até em termos de opinião pública, deixar aqui a sugestão, já que não intervirei muitas mais vezes ao longo deste período legislativo, deixar a sugestão que de uma próxima vez a prioridade sejam os equipamentos tecnológicos que nos permitem fazer videoconferências, com uma rentabilidade e uma decência mínima, o que é neste momento o caso, em nenhuma delegação da nossa Assembleia.

É um instrumento que favorece a proximidade, favorece a democracia, favorece o bom andamento dos trabalhos, no fundo favorece-nos a todos e se nos favorece a nós, também favorece o trabalho em prol das pessoas que estão lá fora e que nós representamos, a aposta nos equipamentos tecnológicos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Ficará aqui o registo das sugestões para o Orçamento de 2020.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Levanto-me sobretudo para fazer alguns esclarecimentos que acho absolutamente necessários na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, embora em bom rigor não seja a primeira vez que a respeito exatamente do nosso orçamento, a questão é levantada, mas talvez seja por isso mesmo absolutamente essencial sobre isto, dizer duas ou três coisas e desde logo quem ouvir apenas este discurso fica legitimamente a pensar duas coisas: que as subvenções vitalícias continuam a existir e a vigorar para os Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e mais do que isso,

por decisão desta Assembleia, designadamente quando aprovamos o nosso orçamento.

É absolutamente essencial por corresponder à verdade lembrar duas ou três coisas.

Se é certo que temos a prerrogativa constitucional de no nosso Estatuto Político-Administrativo fixar-mos também o estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio da Região, a verdade é que aqui nos Açores, ao longo de todos os tempos nós todos, sempre os fixámos remetendo para a Assembleia da República e com ligeiras diferenças, em regra para menos, designadamente ao nível remuneratório para aquilo que é o Estatuto dos Deputados à Assembleia da República.

Também é um facto, independentemente da opinião que se tenha sobre esse assunto que as subvenções vitalícias foram extintas em 2005.

Também é um facto independente da opinião que se tenha sobre isso que esse período correspondeu à única legislatura da Assembleia da República, em que o PS teve maioria absoluta. É um facto!

Tendo em conta estes pressupostos é bom também dizer que sendo essa uma prestação continuada, ao nível da interpretação sobre os direitos adquiridos, foi o Tribunal Constitucional que entendeu que quem tivesse nalgumas situações teria esse direito adquirido e devia recebê-la.

O que esta Assembleia faz anualmente, portanto, é dentro dessa interpretação cumprir uma decisão do Tribunal Constitucional e cumprir o estado de direito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é absolutamente fundamental nós percebermos isso porque às vezes incoerências acontecem, Sr. Deputado Artur Lima (estava a dizer isso em aparte). Também se calhar já houve pessoas que defenderam que os Deputados quando deviam exercer funções, deviam vencer pelo seu

vencimento de origem, mas depois pelo seu comportamento prático mudaram de opinião.

Portanto, é bom nós percebermos isso e é bom nós termos a consciência que as subvenções vitalícias acabaram em 2005. Por decisão do Tribunal Constitucional alguns dos antigos titulares têm nos termos estabelecidos na lei, direito a isso, se calhar com a mesma lógica e a mesma argumentação com que o Tribunal Constitucional a respeito de outros direitos fundamentais, os trabalhadores, usando o argumento dos direitos adquiridos designadamente ao nível do subsídio de férias e de natal, também resolveu mantê-los, a verdade é essa, se calhar a lógica é a mesma e portanto é bom que se saiba que o que nós fazemos aqui ao aprovarmos o nosso orçamento e nesta parte em concreto, é cumprir a lei.

Não dizer isso, ou por omissão dar a entender outra coisa, parece-me que não é factual, nessa medida não é honesto e acaba por dar, ainda por cima, quando não é verdade uma imagem da realidade dos Deputados dos Açores que não é verdadeira e não corresponde à realidade como também lembrou a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela sua última parte, Sr. Deputado Francisco Coelho, quem me dera a mim, quando vim para esta Casa tivesse a opção de ter optado pelo meu vencimento de origem, aliás posso mandar-lhe a si e a quem quiser a minha declaração de rendimentos de 2007 e a atual.

Deputado Francisco Coelho (PS): Também lhe mando a minha!

O Orador: Sei que a sua também é interessante porque já falámos sobre essa matéria e o senhor sabe muito bem, o que é que o senhor perdeu e o que é que eu perdi, apenas em duas avenças para onde nós os dois até trabalhávamos.

Portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho sobre essa matéria, pode servir o chapéu a alguém a mim não é.

Segunda questão: tomara eu estar a ganhar o meu vencimento de origem, tomara eu!

A minha opinião sobre as subvenções vitalícias é conhecida e não muda, já aqui a disse o ano passado e não vou sequer a esse aspeto.

Vou também aqui ao aspeto da transparência e devo dizer que eu não sou de eufemismos e não gosto, porque quando eu pego no Orçamento da Assembleia e vejo: Caixa Geral de Aposentações, 2 milhões de euros. Ninguém sabe o que é que isto é, mas isto quer dizer subvenções vitalícias pagas aos senhores ex-Deputados desta Casa e era isso que devia estar aqui escrito. Caixa Geral de Aposentações, barra, travessão, vírgula, dois pontos – dinheiro pago de subvenções vitalícias. Dois milhões de euros pagos a ex-Deputados desta Casa. Era o que devia, transparência, que se exigem a nós, exigimos a todos e eu não reconheço a nenhum ex-Deputado desta Casa, um estatuto de pedestal diferente de quem cá está, tem os mesmos deveres e as mesmas obrigações que nós temos. Não reconheço a nenhum deles, nem vou pôr nenhum em pedestal. Nenhum!

Já agora, esse parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, eu gostava de vê-lo porque nunca o vi.

Eu pego nisto, e falando da transparência e até na vossa proposta que fizeram há tempos sobre transparência, eu pego nisto, eu vejo aqui os ordenados da Sra. Presidente, quanto é que ela ganha; eu vejo quanto é que nós ganhamos, eu vejo quanto é que ganham os funcionários da Assembleia e por que é que não hei de

saber quanto é que ganham as subvenções, quanto é que recebem? Os nossos são públicos e as subvenções não são públicas?!

Eu pego por aqui abaixo e vejo os ordenados todos discriminados: técnicos de informática, coordenador técnico, assistente técnico, secretária geral, presidente do grupo parlamentar, por aí fora ...

Quer dizer, tudo vem por aqui abaixo, tudo discriminado, a subvenções de suas excelências não podem vir? São secretas! Em democracia, em dinheiro público, não há secretismos, toda a gente tem que saber quem recebe o quê, quanto, desde quando, ou pelo menos quantos são, porque esta lista, ela até é pública, circula aí nos meios, não está aqui, mas devia estar, a bem da transparência e de uma Resolução que até o PS aprovou nesta Casa.

Como disse, digo: nem todos são iguais e às vezes dizem-me assim: Ah, estás-te consolando, quando saíres daqui recebes a tua reforma. Não! Eu quando sair daqui não vou receber nenhuma subvenção, eu quando sair daqui não vou receber um tostão, portanto não somos todos iguais.

Eu quando sair daqui não vou receber nada, até por uma questão de princípio.

Deputado André Bradford (PS): Nenhum de nós!

O Orador: Alguns vão receber, eu não vou receber nada.

Portanto, que fique claro, isso acabou como dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho em 2005, acabaram as subvenções, a não ser quem tenha direito a elas até àquela altura.

Portanto, eu não vou receber um tostão quando sair daqui e há coisas que têm que ficar esclarecida e claras e é isso que eu quero deixar aqui claro e esclarecido e não vejo qual é o secretismo de se divulgar, de dois milhões como é que são pagos e a quem? Não percebo, faz-me confusão em democracia, quando os ordenados de toda a gente estão aqui escarrapachados, estes não são dados, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoriza isto? Então como é

que é? Toda a gente assinou para se divulgar estes seus ordenados? Isto é público?

Bom, a Assembleia não é assim tão grande para eu saber quem é o coordenador da informática, não é assim tão grande para eu saber quem são os coordenadores técnicos, não é assim tanta gente para eu saber quanto é que ganham.

Portanto, há aqui uma proteção que eu não percebo e faz-me confusão.

De facto, Sr. Deputado Francisco Coelho, foi o Partido Socialista em maioria que terminou com as subvenções por bandeira hasteada, com quantos braços tinha, com aquele inesquecível, será sempre inesquecível, José Sócrates, que renunciou à sua subvenção na altura e anunciou que sim, que não precisava dela. De facto, parece que não precisava.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Agora já veio pedir o direito a tê-la. Acabou com ela para os outros, mas para ele serve.

E há outra coisa que me mete confusão neste processo todo, não querendo de maneira nenhuma entrar no direito, nem discussão do Tribunal Constitucional, mas causa-me alguma impressão quando funcionários públicos que viram os seus ordenados cortados, como por exemplo os professores, que se quer pagar retroativos, não pode ser, é muito dinheiro, é uma chatice, é uma desgraça, não pode ser e temos que fazer dois anos e nove meses, não pode ser.

Deputado Carlos Silva (PS): Esse discurso é perigoso!

O Orador: Mas aos senhores ex-Deputados, foi-lhe pago tudo e com retroativos.

Portanto, estamos aqui a falar de quê? Temos todos os nossos direitos constitucionais ou não temos? Pelos vistos uns têm, porque têm poder de ir ao

Tribunal Constitucional e reivindicar. Quem não tem, não os tem e fica a perdê-los, é o que acontece nomeadamente com os professores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, acho que valeu a pena este debate, porque ficamos todos esclarecidos acerca dos factos que levam a constar anualmente e para quê esta verba no nosso orçamento regional.

Ficamos também a saber que nós para cumprirmos uma decisão do Tribunal Constitucional, não podemos pura e simplesmente retirá-la porque vivemos num estado de direito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! É fundamental!

O Orador: Mas é fundamental saber isso, porque quem ouvia apenas a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, não ficaria certamente com essa ideia.

Depois também é bom dizer aqui outra coisa, Sr. Deputado Artur Lima: nesta matéria talvez seja bom e eu respeito perfeitamente a sua posição, cada um dizer efetivamente o que pessoalmente pensa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu disse a partir de 2007!

O Orador: O que alguns dirigentes do meu partido fizeram, eles certamente responderão pessoalmente por isso, tal como naturalmente alguns dirigentes e ex-Deputados do seu partido.

Portanto, sobre esta matéria estamos entendidos, mas de resto concordo com a defesa da transparência que o Sr. Deputado faz, naturalmente que também a Comissão Nacional de Proteção de Dados é um órgão independente, se nós gostamos de órgãos independentes também não vamos criticá-los quando

discordamos e gostar apenas quando concordamos, embora não tenha problema nenhum em dizer pessoalmente que não percebo e até acho que esses dados também devem ser públicos, sob esse ponto de vista, Sr. Deputado, estamos de acordo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não ver.

Vamos então passar à votação do Orçamento da Assembleia Legislativa para 2019.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria deixar aqui um elogio aos serviços da Assembleia e à gestão rigorosa da Mesa, como tem gerido os dinheiros desta Casa.

Deixar aqui um elogio a todos os funcionários e à Sra. Presidente, com certeza, como Presidente da Mesa, mas queria que percebessem a nossa abstenção.

A nossa abstenção vai apenas no sentido de vir especificado, eu acho que é possível, dizer a que é que corresponde os dois milhões de euros da Caixa Geral de Aposentações a que é que dizem respeito e a quantas pessoas?

Posto isto, a nossa única objeção que nos leva à abstenção é essa, quando isso for esclarecido para o orçamento de 2020, cá estaremos naturalmente com o nosso voto a favor, porque quanto ao resto está tudo muito correto e não temos nada a objetar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, julgo não haver mais declarações para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Para uma interpelação Sra. Presidente.

No sentido de solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, vamos então concluir os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 38 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante à sessão:

Partido Social Democrata (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

LISTAGEM DA CORRESPONDÊNCIA

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, e n.º 284/99, de 26 de julho - n.º 974/XIII/3.ª (PCP) – n.º 190/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 04;

Assunto: Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial - n.º 979/XIII/3.ª (BE) – n.º 192/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 08 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 21.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: **Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - n.º 144/XIII/3.ª (ALRAM) – n.º 191/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 08 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 19.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: **Projeto de Resolução n.º 1769/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente do Aeroporto da Horta - n.º 189/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 –07– 23

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 08 – 13.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: **Procede à revisão do modelo de gestão da prestação dos serviços de atribuição de faixas horárias e de horários facilitados a nível nacional e aprova as correspondentes bases da concessão de serviço público - MPI-(Reg. DL 231/2018) – n.º 88/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 08 – 22;

Assunto: Altera o Estatuto da Aposentação, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor - MTSSS - (Reg. DL 253/2018) – n.º 89/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 08 – 09

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou menos - MTSS (Reg. DL 302/2018) – n.º 90/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 08 – 09

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Altera o Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice - MTSSS (Reg. DL 257/2018) – n.º 91/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 08 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 05;

Assunto: Aprova o regime jurídico do exercício da atividade profissional da pesca comercial marítima e da autorização, registo e licenciamento dos navios ou embarcações utilizadas na referida atividade - MM - (Reg. DL 290/2018) – n.º 92/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 24;

Assunto: Aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio - MM - (Reg. DL 297/2018) – n.º 93/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 24;

Assunto: Institui um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo simplificado de navios e embarcações - MM - (Reg. DL 326/2018) – n.º 94/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 24.

5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores – n.º 22/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 09 – 24;

Assunto: Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores – n.º 23/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores – n.º 24/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Programa Regional para as alterações climáticas – n.º 25/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Cria o Monumento Natural do Vulcão dos Capelinhos e procede à primeira alteração ao DLR n.º 46/2008/A, de 7 de novembro, que Cria o Parque Natural da Ilha do Faial – n.º 26/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – n.º 27/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 01.

6 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019 – n.º 12/XI](#)

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2018 – 08 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer:

7 – Petições:

Assunto: [Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade - n.º 28/XI](#)

Proveniência: [Hildeberto Manuel Pereira Peixoto](#)

Data de Entrada: 2018 –07– 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: Aguarda admissibilidade;

Assunto: [Solicitação da intervenção do Governo Regional para a Resolução do problema do "Bairro dos Americanos" de Santa Rita - n.º 29/XI](#)

Proveniência: Lucas Filipe Dias Almeida

Data de Entrada: 2018 –07– 18

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: Aguarda admissibilidade;

Assunto: [Contra a incineração em São Miguel- n.º 30/XI](#)

Proveniência: Filipe Machado Tavares

Data de Entrada: 2018 –07– 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite de parecer: Aguarda admissibilidade;

Assunto: [Saúde Mental, Prevenção do Suicídio e Colocação de Barreiras nas Pontes da SCUT do Nordeste - n.º 31/XI](#)

Proveniência: João Diogo Mendes Coelho

Data de Entrada: 2018 –09– 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: Aguarda admissibilidade.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Turismo cultural](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24

Referência: 54.01.00 – N.º 494/XI;

Assunto: [Renovação do Atestado de Incapacidade Multiusos](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 25

Referência: 54.03.03 – N.º 495/XI;

Assunto: [Unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 26

Referência: 54.01.02 – N.º 496/XI;

Assunto: [Rede Valorizar - para quando formação de certificação na Ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 30

Referência: 54.01.05 – N.º 497/XI;

Assunto: [Para quando a elaboração do Plano de Ordenamento do espaço marítimo dos Açores?](#)

Autores: Luís Garcia e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Referência: 54.03.00 – N.º 498/XI;

Assunto: [Novas regras de utilização de gruas sob alçada da Direção Regional das Pescas](#)

Autores: Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 31

Referência: 54.01.00 – N.º 499/XI;

Assunto: [Irregularidades no pagamento de ajudas ao abate de bovinos](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 500/XI;

Assunto: [Ligação Terceira-Porto a realizar pela SATA no próximo inverno IATA](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03

Referência: 54.01.03 – N.º 501/XI;

Assunto: [Solicitação de informações associadas à produção e gestão de resíduos na Região](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Paulo Parece Baptista e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 502/XI;

Assunto: [Revisão da 3.ª versão do projeto da 2.ª fase do reordenamento do Porto da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 10

Referência: 54.03.07 – N.º 503/XI;

Assunto: [O Governo ignora compromissos assumidos com pescadores das Flores](#)

Autores: Bruno Belo e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 13

Referência: 54.03.08 – N.º 504/XI;

Assunto: [Captação do Cabeço Pequeno](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 16

Referência: 54.03.06 – N.º 505/XI;

Assunto: [Implementação do Perímetro de Ordenamento Agrário Cedros/Salão](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 17

Referência: 54.03.07 – N.º 506/XI;

Assunto: [Para quando a reparação da máquina de gelo do porto de Rabo de Peixe?](#)

Autor: Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 17

Referência: 54.03.02 – N.º 507/XI;

Assunto: [Violação da Zona Especial de Proteção das Lajes do Pico](#)

Autores: Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 22

Referência: 54.06.06 – N.º 508/XI;

Assunto: [Apoios para a minimização das consequências da seca na Região](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 22

Referência: 54.01.00 – N.º 509/XI;

Assunto: [Voos do Faial para Lisboa sem lugares durante 26 dias](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 23

Referência: 54.03.07 – N.º 510/XI;

Assunto: [Combate ao abandono precoce de educação e formação](#)

Autora: Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 511/XI;

Assunto: [Regulamento de funcionamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\)](#)

Autores: Carlos Ferreira e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 512/XI;

Assunto: [Falta de bom senso e razoabilidade nas decisões pode comprometer o futuro dos alunos](#)

Autores: Bruno Belo e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29

Referência: 54.03.08 – N.º 513/XI;

Assunto: [Cirurgias novamente suspensas no Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 08 – 31

Referência: 54.03.07 – N.º 514/XI;

Assunto: [Provedor do Utente da Saúde](#)

Autor: Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 515/XI;

Assunto: [Cumprimento de normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 516/XI;

Assunto: [Inspeções às fábricas da COFACO e Corretora](#)

Autores: Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 05

Referência: 54.06.02 – N.º 517/XI;

Assunto: [Relatório do Inquérito da Inspeção Regional da Saúde Relativo às Evacuações Médicas](#)

Autores: Mónica Seidi, Bruno Belo e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 518/XI;

Assunto: [Certificação civil da infraestrutura aeronáutica da Base Aérea das Lajes](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 14

Referência: 54.01.03 – N.º 519/XI;

Assunto: [Pagamento das valorizações remuneratórias decorrentes do descongelamento de carreiras na Administração Pública Regional](#)

Autores: Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 520/XI.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Qual o planeamento da Azores Airlines para a rota Horta-Lisboa no verão IATA de 2018](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24

Referência: 54.03.07 – N.º 391/XI;

Assunto: [Acidente mortal ocorrido em outubro de 2017 no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo e o apuramento das responsabilidades](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24

Referência: 54.07.09 – N.º 446/XI;

Assunto: [Carta de Riscos Geológicos da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24

Referência: 54.01.00 – N.º 449/XI;

Assunto: [Quando e como vai funcionar o Programa Nacional de Recolha de Dados, em 2018, nos Açores?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 451/XI;

Assunto: [Explorações afetadas pela seca nas Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 27

Referência: 54.03.08 – N.º 490/XI;

Assunto: [Porto das Ribeiras](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 30

Referência: 54.03.06 – N.º 465/XI;

Assunto: [Sinaga](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 30

Referência: 54.04.02 – N.º 485/XI;

Assunto: [Unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 02

Referência: 54.01.02 – N.º 496/XI;

Assunto: [Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica nos Hospitais da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 459/XI;

Assunto: [Parque Arqueológico do Slavonia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 23

Referência: 54.04.08 – N.º 489/XI;

Assunto: [Indeferimento reiterado de requerimentos para a mobilidade intercarreiras ou intercategorias na Administração Pública Autónoma](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 474/XI;

Assunto: [Atendimento de doentes oncológicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 445/XI;

Assunto: [A obra de construção ECOMUSEU – do Museu do Tempo encontra-se atrasadíssima e voltou a parar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 477/XI;

Assunto: [Negociações sobre o acordo “Interlines” com a Delta Air Lines](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 480/XI;

Assunto: [Corte no Complemento Regional de Pensão a beneficiários com pensões no estrangeiro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 481/XI;

Assunto: [“Favorecimento à Domusplanet S.A.?”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 482/XI;

Assunto: [Escassez de lapas na costa da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 08 – 28

Referência: 54.01.05 – N.º 493/XI;

Assunto: [Irregularidades no pagamento de ajudas ao abate de bovinos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 500/XI;

Assunto: [Novas regras de utilização de gruas sob alçada na Direção Regional das Pescas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 04

Referência: 54.01.00 – N.º 499/XI;

Assunto: [Estação Geodésica na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 05

Referência: 54.04.08 – N.º 488/XI;

Assunto: [Calendário da 2.ª fase de requalificação da Escola Básica António José de Ávila](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06

Referência: 54.03.07 – N.º 469/XI;

Assunto: [Investimentos a concretizar nos açores no âmbito do “Atlantic International Research Center”](#).

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 443/XI;

Assunto: [Estaleiros Navais da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11

Referência: 54.04.06 – N.º 458/XI;

Assunto: [Estaleiros Navais Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11

Referência: 54.03.06 – N.º 467/XI;

Assunto: [Resultados de Ações Inspetivas à Empresa Estufaçor](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11

Referência: 54.06.02 – N.º 470/XI;

Assunto: [Rede Valorizar - para quando formação de certificação na Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 497/XI;

Assunto: [Transferência de pessoal administrativo da RIAC para as Universidades de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 479/XI;

Assunto: [Para quando a elaboração do Plano de Ordenamento do espaço marítimo dos Açores?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 498/XI.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer os pêsames pelo falecimento de Artur da Cunha Oliveira

Proveniência: Antonieta Lopes Oliveira

Data de Entrada: 2018 – 07 – 20;

Assunto: Ofício remetendo parecer sobre o Projeto de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM)

Proveniência: Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2018 – 07 – 24;

Assunto: Email remetendo o relatório 08/2018 - Riscos orçamentais e sustentabilidade das finanças públicas

Proveniência: Nádya Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 07 – 25;

Assunto: Ofício remetendo documentos de Prestação Anual de Contas do Setor Público Empresarial Regional relativos ao exercício económico de 2017

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03;

Assunto: Ofício remetendo parecer sobre a Proposta de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Proveniência: Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2018 – 08 – 14;

Assunto: Ofício a agradecer a mensagem de pesar pelo falecimento do Dr. António Arnaut

Proveniência: Carlos César, PI'o Presidente do Partido Socialista

Data de Entrada: 2018 – 08 – 24;

Assunto: Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Maria da Graça Amaral da Silveira, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária apresentado pela Sra. Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira e pelo Sr. Deputado Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa, a substituição será feita pela candidata Rute Isabel Dias Gregório, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Catarina de Oliveira Cabeceiras, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária apresentado pela Sra. Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras, a substituição será feita pelo candidato não eleito Jorge Miguel Azevedo Paiva, que se segue na lista apresentada ao círculo eleitoral de São Jorge

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a informar a alteração na direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP, uma vez que, a partir de 1 de setembro de 2018 o Sr. Deputado Alonso Miguel exercerá as funções de Vice-Presidente do GPCDS-PP

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 29;

Assunto: Ofício com indicação dos Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as Comissões Parlamentares Permanentes da Assembleia Legislativa, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2018

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 08 – 30;

Assunto: Ofício do Conselho Geral da Ordem dos Advogados a acusar a receção e a agradecer a carta de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o falecimento de António Duarte Arnaut, datada de 30 de julho de 2018

Proveniência: Pedro Benodis Silva, Chefe de Serviços

Data de Entrada: 2018 – 09 – 04;

Assunto: Ofício SAI-SRAPAP/2018/375, a remeter o Relatório de Análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do Concelho da Praia da Vitória, conforme previsto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 20/2015/A, de 12 de junho

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 09 – 05;

Assunto: Ofício a solicitar substituição para efeito de licença parental, por motivo de gravidez de risco clínico, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Maria João Carreiro, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06;

Assunto: Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Francisco Manuel Raposo Gaspar, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição para efeito de licença parental, por motivo de gravidez de risco clínico, apresentado pela Senhora Deputada Maria João Carreiro, a substituição será feita pela candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06;

Assunto: Relatório 09/2018, Análise da Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações no 1.º semestre de 2018, enviado por correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas (CFP)

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Agricultura – Impacto da Seca e Gestão da Água

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 07;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Educação e reivindicações dos docentes

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2018 – 09 – 10;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Mar, Ciência e Tecnologia

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 09 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XI - Portal das nomeações

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o relatório 10/2018, “Execução Orçamental da Administração Local no 1.º Semestre de 2018

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 18/2018-VIC/SRATC - Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências

Proveniência: Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 17/2018-VIC/SRATC - Escola Básica Integrada dos Arrifes

Proveniência: Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 16/2018-VIC/SRATC - Escola Básica e Secundária da Povoação

Proveniência: Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a remeter o aprovado n.º 05/2018-FS/SRATC - Auditoria à Nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

Proveniência: Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13.

11 – Relatórios:

Assunto: Contra a Incineração em São Miguel

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 08 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 62/XI - Revisão Urgente da Portaria de Condições de Trabalho, aplicável aos Bombeiros Voluntários que exercem funções de Tripulante de Ambulância, aprovada pela Portaria n.º 10/2010, de 28 de janeiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11;

Assunto: Proposta de DLR n.º 17/XI - Segunda alteração ao DLR n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo DLR n.º 17/2009/A, de 14 de outubro (Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 09 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 106/XI - Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória](#)

Proveniência: [Comissão de Política Geral](#)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 84/XI - Disponibilização de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 85/XI - Recomenda ao governo a disponibilização de ensino de LGP a alunos e alunas ouvintes e a criação de um grupo de recrutamento para docentes de LGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Audição do gestor público indigitado para a recondução na presidência do Conselho de Administração da SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, SA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 27;

Assunto: [Audição n.º 182/XI- AR - Proposta de Lei n.º 140/XIII/3.^a \(GOV\) - Autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da atividade da pesca comercial marítima](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03;

Assunto: [Audição n.º 189/XI- AR - Projeto de Resolução n.º 1769/XIII/3.^a \(BE\) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente do Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03;

Assunto: [Audição n.º 87/XI- GR - Projeto de Decreto-Lei que procede à reestruturação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE, da Direção Geral de Energia e Geologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia - ME - \(Reg. DL 333/2017\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 08 – 03;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 78/XI - Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do grupo central e restabelecimento da ligação entre a Calheta e São Jorge e o Porto das Pipas](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 81/XI - Construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 98/XI - Apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social \(IPSS\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 07;

Assunto: [Proposta de DLR n.º 21/XI - Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 12.

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.^{os} 61, 62, 63, 64, 65, 66 a 67.

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*